

**Adriano Nepomuceno de Carvalho**

**O SERVIÇO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:  
AVALIAÇÃO DE SUA EXECUÇÃO NA ÁREA DO 41º BATALHÃO  
DE POLÍCIA MILITAR**

Belo Horizonte

2011

**Adriano Nepomuceno de Carvalho**

**O SERVIÇO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:  
AVALIAÇÃO DE SUA EXECUÇÃO NA ÁREA DO 41º BATALHÃO  
DE POLÍCIA MILITAR**

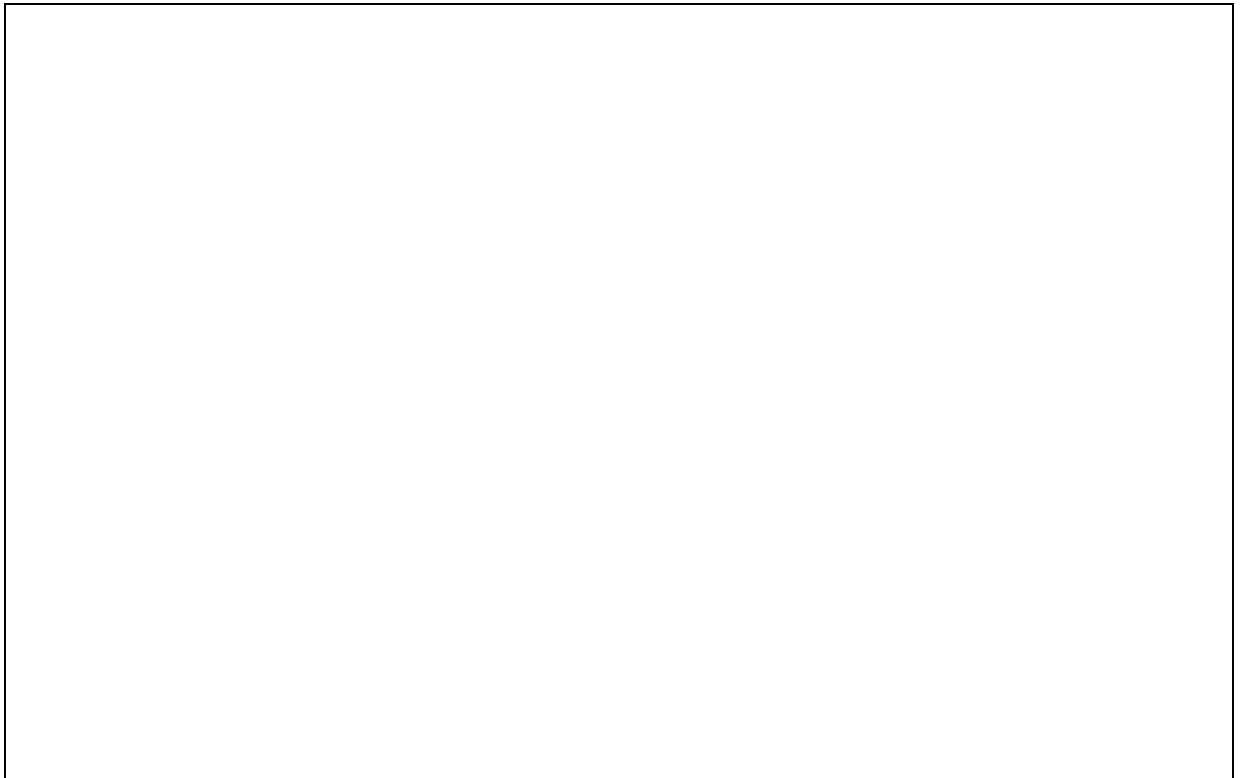
Monografia apresentada à Academia de Polícia Militar e à Fundação João Pinheiro como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Segurança Pública.

Área de Concentração: Defesa Social

Orientador: Coronel PM QOR Cícero Nunes Moreira

Belo Horizonte

2011



Monografia intitulada “O Serviço de Prevenção à Violência Doméstica: Avaliação de sua Execução na Área do 41º Batalhão de Polícia Militar”, de autoria do aluno Adriano Nepomuceno de Carvalho, apresentada ao Curso de Especialização em Segurança Pública da Academia de Polícia Militar e da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Segurança Pública.

Área de Concentração: Defesa Social

Aprovada pela Banca Examinadora

---

**ORIENTADOR:** Coronel PM QOR Cícero Nunes Moreira (PMMG)

---

**AVALIADOR:** Coronel PM Irani Alvear Saraiva (PMMG)

---

**AVALIADOR:** Professor Olinto Nogueira (UFMG)

Belo Horizonte, 17 de outubro de 2011

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela minha vida e pelas oportunidades de crescimento, evolução e superação com as quais tenho me deparado;

Ao meu orientador, Senhor Coronel PM QOR Cícero Nunes Moreira, pelo exemplo de profissional que representa, pelo auxílio e pela compreensão na condução deste trabalho;

Ao Senhor Major PM José Geraldo, pelo apoio e bons conselhos nos momentos de dificuldade;

Aos professores da Academia de Polícia Militar e Fundação João Pinheiro, pelo zelo na transmissão dos conhecimentos;

À professora Maria Helena Rossi Vallon, pelas aulas tão ricas e pelas orientações tão pacientemente repassadas;

À professora Helena Schirm, pelo auxílio, apoio técnico e orientação, desde o início do curso;

Aos colegas do CESP, fonte eterna de aprendizagem e autoconhecimento.

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é uma análise dos reflexos que a execução do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) provocou na área do Quadragésimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar, no período de 21 de junho de 2010 a 20 de junho de 2011. A violência doméstica está presente no mundo todo, independentemente de classe social, raça ou etnia. A maioria das vezes ocorre em espaço da vida privada, o que proporciona invisibilidade ao agressor. A publicação da Lei Federal n. 11 340 (Lei Maria da Penha), em 7 de agosto de 2006, representa uma nova abordagem sobre a violência doméstica, através da criação de diversos dispositivos de proteção às vítimas, consubstanciando-se numa nova ferramenta de tutela e proteção. No ano de 2010, em Belo Horizonte, a Polícia Militar de Minas Gerais inaugura o serviço PVD, cuja proposta é um tratamento especializado e diferenciado ao problema da violência doméstica. Trata-se este trabalho de uma avaliação da execução desse serviço, que se valeu de uma pesquisa do tipo descritiva para a qual foi realizada uma pesquisa de campo, com aplicação de questionários em uma amostra de vítimas com maior quantidade de registros de agressões e em policiais que atuam diretamente com ocorrências relacionadas à violência conjugal. Sobressai-se desta pesquisa que, tanto os policiais quanto as vítimas, enxergam no serviço PVD uma possibilidade concreta de melhoria na qualidade de vida das vítimas e de diminuição do sentimento de frustração antes experimentado pelos militares que atuavam diretamente com violência doméstica. Conclui-se que os resultados apontam para uma aprovação dessa nova modalidade de serviço, que produz resultados positivos tanto para seus executores quanto para seus destinatários.

**Palavras-chave:** Violência Doméstica; Prevenção; Vítima; Agressor; Polícia Militar de Minas Gerais.

## **ABSTRACT**

This research is an analysis of the reflections that the service performed for the prevention of domestic violence (PVD) in the area caused the forty-first Military Police Battalion, from June 21, 2010 to June 20, 2011. Domestic violence is present worldwide, regardless of social class, race or ethnicity. Most often occurs in the space of private life, which gives invisibility to the abuser. The publication of the Law Federal Law 11 340 (Maria da Penha Law) on August 7, 2006, represents a new approach to domestic violence through the creation of various devices to protect victims, manifested in a new tool for guardianship and protection. In 2010, in Belo Horizonte, Minas Gerais Military Police inaugurated the service developing countries, whose purpose is a specialized and differentiated treatment to the problem of domestic violence. It is this work of evaluating the implementation of this service, which drew upon a survey of the descriptive type for which it was conducted a field survey with questionnaires in a sample of victims with the greatest amount of aggression and records officers who work directly with domestic violence-related events. Emerges from this research that both police and victims, see the service developing countries a real possibility of improving the quality of life of victims and decrease the frustration experienced by the military before that worked directly with domestic violence. We conclude that the results point to an approval of this new type of service, which produces many positive results for his executioners and for their recipients.

**Keywords:** Domestic Violence Prevention, Victim Offender; Military Police of Minas Gerais.

## LISTA DE SIGLAS

<b>BO</b>	Boletim de Ocorrência
<b>BO</b>	Business Objects
<b>BPM</b>	Batalhão da Polícia Militar
<b>CEGESP</b>	Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública
<b>DGEOp</b>	Diretriz Geral para Emprego Operacional
<b>DPSSP</b>	Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública
<b>ICV</b>	Índice de Criminalidade Violenta
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IC</b>	Índice Geral de Criminalidade
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro Demográfico de Geografia e Estatística
<b>LOB</b>	Lei de Organização Básica
<b>NPA</b>	Núcleo de Prevenção Ativa
<b>PAC</b>	Patrulha de Atendimento Comunitário
<b>PBH</b>	Prefeitura de Belo Horizonte
<b>PVD</b>	Prevenção à Violência Doméstica
<b>PMMG</b>	Polícia Militar de Minas Gerais
<b>RPM</b>	Região da Polícia Militar
<b>REDS</b>	Registro de Eventos de Defesa Social
<b>SAMURB-B</b>	Secretaria de Administração Regional Municipal Barreiro
<b>SIDS</b>	Sistema Integrado de Defesa Social
<b>SPM</b>	Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres
<b>TPB</b>	Treinamento Policial Básico

## LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1 – O ciclo da violência doméstica segundo o modelo feminista .....	31
Figura 2 – Modelo para geoprocessamento da criminalidade e violência na Polícia Militar de Minas Gerais focando autores de ilícitos e ambiente – ago. 2011.....	38
Figura 3 – Diagrama ilustrando a orientação esperada da Polícia Militar Minas Gerais para atuação face à teoria das oportunidades ou das atividades rotineiras.....	39
Figura 4 – Triângulo do crime (violência conjugal) proposto para nortear o serviço de prevenção à violência doméstica da Polícia Militar de Minas Gerais – ago. 2011 .....	46
Mapa 1 – Antiga área do 5º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011.....	50
Mapa 2 – Divisão da área do 5º Batalhão de Polícia Militar, destacando a nova configuração da Unidade e a área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	51
Mapa 3 – Área do 41º Batalhão de Polícia Militar por bairros e por Companhias Policiais Militares Especiais (Cia PM Esp) – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	52
Mapa 4 – Área do 41º Batalhão de Polícia Militar, mostrando a distribuição espacial dos aglomerados urbanos – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	55
Mapa 5 – Distribuição dos centros comerciais na área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	56

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Densidade demográfica por regiões administrativas no período 1999/2010 – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	53
Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por regiões administrativas no período 1999/2010 - Belo Horizonte – ago. 2011 .....	53
Tabela 3 – Renda per capita por regiões administrativas no período 1999/2010 – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	54
Tabela 4 – Percentual da população abaixo da linha de pobreza por regiões administrativas no período 1999/2010 - Belo Horizonte – ago. 2011 .....	54
Tabela 5 – Comparação da evolução histórica dos registros de ameaça, vias de fato/agressão e demais naturezas típicas de violência doméstica na área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – jul. 2009 – jun. 2010 .....	66
Tabela 6 – Comparação da evolução histórica dos registros de ameaça e vias de fato/agressão e demais naturezas típicas de violência na área do 41º Batalhão de Polícia Militar Belo Horizonte – jul. 2010 – jun. 2011 .....	68
Quadro 1 – Pontos fracos e fortes do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar segundo os policiais militares integrantes do serviço PVD – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	85
Quadro 2 – Identificação do perfil de agressores e vítimas de violência doméstica segundo os policiais do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	87
Quadro 3 – Principais mudanças na qualidade do atendimento de ocorrência pelas patrulhas de atendimento comunitário (PAC) segundo os policiais do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	88
Quadro 4 – Principais reflexos que os policiais do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar perceberam em si mesmos como consequência do dia a dia do serviço – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	90
Quadro 5 – Razões da preferência pelo atendimento dos policiais do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar e do aumento da sensação de segurança subjetiva conforme as vítimas de violência doméstica (VD) – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	100

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Percentual das ocorrências típicas de violência doméstica na área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – jun. 2009 – jun. 2011.....64
- Gráfico 2 – Evolução histórica dos registros da ocorrência ameaça, típica de violência na área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – jun. 2009 – jun. 2011 .....65
- Gráfico 3 – Evolução histórica dos registros da ocorrência vias de fato/agressão típica de violência doméstica, na área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – jun. 2009 – jun. 2011 .....65
- Gráfico 4 – Evolução histórica das demais ocorrências típicas de violência doméstica na área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – jun 2009 – jun. 2011 .....66
- Gráfico 5 – Evolução histórica do crime de ameaça ocorrência típica de violência doméstica, na área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – jun. 2010 – jul. 2011 .....68
- Gráfico 6 – Evolução histórica do crime de vias de fato/agressão, ocorrência típica de violência doméstica, na área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – jun. 2010 – jul. 2011 .....69
- Gráfico 7 – Evolução histórica das demais ocorrências típicas de violência doméstica na área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – jun. 2010 – jul. 2011 .....69
- Gráfico 8 – Faixa etária dos policiais militares comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011 .....71
- Gráfico 9 – Tempo de serviço dos policiais militares comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011 .....71
- Gráfico 10 – Graduação dos policiais militares comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011 .....72
- Gráfico 11 – Nível de escolaridade dos policiais militares comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011 .....72
- Gráfico 12 – Percentual dos policiais comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar que receberam treinamento sobre atuação em ocorrências de violência doméstica – Belo Horizonte – ago. 2011.....73
- Gráfico 13 – Origem do treinamento sobre atuação em ocorrências de violência doméstica recebido pelos policiais comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011 .....73

Gráfico 14 – Avaliação do serviço de Prevenção à Violência Doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar pelos comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do mesmo Batalhão – Belo Horizonte – ago. 2011...	74
Gráfico 15 – Opinião dos comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar sobre melhoria geral no atendimento à violência doméstica provocada pelo serviço de Prevenção à Violência Doméstica (PVD) – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	75
Gráfico 16 – Avaliação dos comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar sobre atuação deles no atendimento às ocorrências de violência doméstica – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	75
Gráfico 17 – Avaliação dos comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar sobre alteração da compreensão e significado da violência doméstica, como reflexo do serviço de Prevenção à Violência Doméstica (PVD) – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	76
Gráfico 18 – Avaliação sobre a existência de mudança na rotina de atendimento às ocorrências de violência doméstica pelos comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar, como reflexo do serviço de Prevenção à Violência Doméstica (PVD) – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	77
Gráfico 19 – Avaliação do serviço de Prevenção à Violência Doméstica (PVD) pelos comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	78
Gráfico 20 – Opinião dos comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar sobre a continuidade do serviço de Prevenção à Violência Doméstica (PVD) – Belo Horizonte – ago. 2011. ....	78
Gráfico 21 – Sentimento dos comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar após a criação do serviço de Prevenção à Violência Doméstica (PVD) – Belo Horizonte – ago. 2011. ....	79
Gráfico 22 – Sexo dos policiais militares componentes do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	81
Gráfico 23 – Graduação dos policiais militares integrantes do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	81
Gráfico 24 – Faixa etária dos policiais militares integrantes do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	82
Gráfico 25 – Tempo de serviço dos policiais militares integrantes do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	82

Gráfico 26 – Nível de escolaridade dos policiais militares integrantes do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	82
Gráfico 27 – Tempo de serviço na atividade de prevenção à violência doméstica (PVD) exercido pelos policiais militares integrantes do serviço PVD do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	83
Gráfico 28 – Avaliação que os policiais militares integrantes do serviço de prevenção à violência Doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar fazem do treinamento que receberam sobre atuação PVD – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	83
Gráfico 29 – Opinião dos policiais militares integrantes do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar sobre o serviço PVD estar ou não cumprindo os fins para os quais foi previsto – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	85
Gráfico 30 – Nível de satisfação dos policiais militares integrantes do serviço de prevenção à violência Doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar com o serviço PVD – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	89
Gráfico 31 – Faixa etária das vítimas de violência doméstica (VD) da área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	92
Gráfico 32 – Nível de escolaridade das vítimas de violência doméstica (VD) da área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011... ..	93
Gráfico 33 - Profissão das vítimas de violência doméstica (VD) da área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011.....	93
Gráfico 34 – Tempo de convivência com o agressor das vítimas de violência doméstica (VD) da área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011.....	94
Gráfico 35 – Tempo de convivência com o agressor para vítimas de violência doméstica (VD) com mais de 6 anos de relacionamento da área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	94
Gráfico 36 – Quantidade de acionamentos à Polícia Militar feitos por vítimas de violência doméstica (VD) com mais de 6 anos de relacionamento da área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	95
Gráfico 37 – Comparação entre o atendimento prestado pelos integrantes do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar e o dos demais policiais conforme as vítimas de violência doméstica – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	95
Gráfico 38 – Avaliação do atendimento prestado pelos integrantes do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar independentemente de comparação conforme as vítimas de violência doméstica – Belo Horizonte – ago. 2011..	96

Gráfico 39 – Avaliação da própria situação após atendimento do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar conforme as vítimas de violência doméstica (VD) – Belo Horizonte – ago. 2011.....	96
Gráfico 40 – Resposta das vítimas de violência doméstica (VD) à pergunta “a Polícia Militar deve manter o serviço de prevenção à violência doméstica (PVD)?” – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	97
Gráfico 41 – Alteração da sensação de segurança subjetiva das vítimas de violência doméstica (VD) após atendimento pelo serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	98
Gráfico 42 – Opinião das vítimas de violência doméstica (VD) sobre por quem gostariam atendidas caso precisassem ligar para a Polícia Militar e solicitar ocorrência policial no 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011... ..	99
Gráfico 43 – Elevação da confiança na Polícia Militar como consequência do contato com os policiais do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar conforme as vítimas de violência doméstica (VD) – Belo Horizonte – ago. 2011 .....	99
Gráfico 44 – Notas atribuídas à Polícia Militar na área do 41º Batalhão de Polícia Militar conforme vítimas de violência doméstica (VD) – Belo Horizonte – ago. 2011.....	101
Gráfico 45 – Notas atribuídas ao serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar conforme as vítimas de violência doméstica (VD) – Belo Horizonte – ago. 2011.....	101

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: MODELOS TEÓRICOS DE CONCEITUAÇÃO....</b>	<b>18</b>
2.1 A perspectiva feminista .....	19
2.2 A perspectiva não-feminista .....	23
2.3 Construindo pontos de convergência entre os dois modelos.....	29
<b>3 A POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS COMO AGENTE FOMENTADOR DA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA .....</b>	<b>35</b>
3.1 Prevenção e Polícia Militar .....	35
3.2 O serviço de Prevenção à Violência Doméstica (PVD) . .....	40
3.3 O Quadragésimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar (41º BPM) .....	49
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>58</b>
<b>5 ANÁLISE DOS REFLEXOS DO SERVIÇO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (PVD) NA ÁREA DO 41º BPM .....</b>	<b>63</b>
5.1 Evolução histórica das ocorrências típicas de violência doméstica na área do 41º BPM .....	63
5.2 Análise das informações obtidas com os policiais militares .....	70
5.2.1 Primeira resposta do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) .....	70
5.2.2 Segunda resposta do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) .....	80
5.3 Análise das informações obtidas com as vítimas de violência doméstica.....	92
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>111</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>113</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Constitui-se tema desta pesquisa a análise da execução do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) na área do Quadragésimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar (41º BPM).

A violência doméstica é caracterizada como aquela que ocorre na esfera da vida privada, dentro do âmbito caseiro e familiar. É uma situação delicada e de difícil identificação, pois está permeada de vínculo emocional/afetivo entre autor e vítima. Para Soares (1999), a dinâmica da violência doméstica tende a entrelaçar agressor e vítima num enredo de violência cíclica, do qual não encontram meios de se ver livres.

A origem dessa violência, acredita-se, remonta a tempos antigos. Contudo, conforme Moreira (2006), apenas recentemente, com o movimento feminista da década de 70, é que se passou a construir sua história.

Há duas teorias que procuram explicá-la. A primeira delas, a teoria feminista, relaciona-a à violência de gênero. Assim, atribui à cultura patriarcal um papel relevante em sua estruturação e manutenção. O fundamento dessa teoria está em se afirmar que essa cultura (patriarcal), por construir um papel social de subalternidade da mulher em relação ao homem, potencializa e até legitima a violência intrafamiliar. Por isso, o modelo feminista atribui à mulher, sempre, o papel da vítima e, ao homem, o do agressor (BRASIL, 2001).

Uma segunda teoria indica outra versão para essa violência. Essa corrente afirma que não se pode, de maneira radicalizada, colocar, sempre, a mulher na posição de vítima e o homem como autor. Defende-se que a violência doméstica tem causas diversas e origem em todos os membros da família. Por isso, pode vitimar tanto os homens quanto as mulheres (SOARES, 1999).

O serviço PVD é uma nova modalidade de policiamento criada na Primeira Região da Polícia Militar (1ª RPM), em meados do mês de junho do ano de 2010, para atuar exclusivamente em casos de violência doméstica conjugal.

Essa nova modalidade procura ter objeto de trabalho diferenciado do modelo tradicional de policiamento, cujo foco é localizar e prender o infrator. Tal serviço recebe orientação para manter ações voltadas para a proteção e empoderamento da vítima, para o ambiente onde o crime ocorre e, também, para o agente.

A função básica do serviço é fazer acompanhamento específico e contínuo de casos em que esteja havendo violência doméstica. Esse acompanhamento se opera por

intermédio de visitas às casas onde tenha ocorrido registro de ocorrência relativa ao tema, quando se põe em ação o modelo de procedimento policial previsto para a atividade.

Dessa forma, busca-se romper com o modelo tradicional de policiamento, voltado à gestão de incidentes, para atuar com gestão de casos. Cada caso representa uma família onde se registrou ocorrência de violência doméstica e, nesse lar, o serviço PVD faz acompanhamento por intermédio de visitas.

As vítimas são informadas sobre os direitos que o ordenamento jurídico lhes assegura, com especial destaque para a Lei Federal n. 11 340, de 2006 (Lei Maria da Penha). Em situações mais graves, elas são encaminhadas a órgãos e entidades de apoio e, dependendo do caso, diretamente ao Ministério Público e/ou poder judiciário, buscando-se o amparo de medidas protetivas.

De igual forma, o serviço também faz contato com os agressores, a fim de retirá-los a invisibilidade, expor as consequências jurídicas da violência, transmitir orientações e fazer encaminhamentos.

Para a realização deste estudo, delimitou-se o tema à circunscrição territorial de um Batalhão da Polícia Militar e se escolheu o 41º BPM, a fim de conhecer com mais profundidade os reflexos do serviço PVD nos policiais e nas vítimas. Acredita-se que um universo menor de pesquisa atende melhor aos objetivos deste trabalho. Quanto ao tempo, elegeu-se o período compreendido entre 21 de junho do ano de 2010 e 20 de junho de 2011, por representar os primeiros doze meses de implantação do serviço na Unidade pesquisada.

O objetivo geral desta pesquisa é, portanto, avaliar a execução do serviço PVD na área do 41º BPM no período referido. Dessa forma, pode-se, também, fomentar mecanismos para otimização do treinamento policial e de procedimentos policiais.

São objetivos específicos: verificar se houve alteração na quantidade de registros de ocorrências típicas de violência doméstica após o lançamento do serviço PVD; conhecer a sensação de segurança subjetiva das vítimas e a confiança na Polícia Militar; verificar o reflexo da execução do serviço PVD junto aos policiais militares do 41º BPM (os que trabalham no serviço e os demais).

Justifica-se este estudo pelo fato de a violência doméstica ser uma realidade concreta, que atinge pessoas de todas as idades, classes sociais, raças e etnias e estar presente no mundo todo, no Brasil e, mesmo, em Belo Horizonte (MINAS GERAIS, 2011).

Trata-se de prática criminosa, com expressa vedação no ordenamento jurídico pátrio e que provoca males diversos, tanto para a própria vítima, quanto para todos os demais membros da família.

O tema é objeto de preocupação nacional, em nível de Política de Governo, tanto que se criou a Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres (SPM). Tal Secretaria recebeu *status* de Ministério e a função de assessoramento direto à Presidência da República (BRASIL, 2004).

A Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), cuja missão constitucional é a “polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”, conforme art. 144, § 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, mostra-se ciente do problema e se engaja na busca de soluções.

A resposta específica é a criação do serviço PVD, em junho de 2010, e publicação da Instrução 01/2011-1 RPM, em janeiro de 2011, oficializando-se essa nova modalidade de policiamento na PMMG (MINAS GERAIS, 2011).

Este trabalho representa, pois, um estudo do serviço PVD, na área do 41º BPM, por intermédio da observação de sua execução, prestando-se a funcionar como uma espécie de verificação de alinhamento da atividade lá exercida com os fins para os quais ela foi concebida.

Por isso, a pergunta norteadora da pesquisa é no sentido de investigar se a execução do Serviço de Prevenção à Violência Doméstica, na área do 41º BPM, tem cumprido aos objetivos propostos nas normas que orientam a sua execução.

Formula-se como hipótese básica que a implementação e execução do serviço PVD acarretou melhoria geral no trato com a violência doméstica na área da Unidade.

Quanto à metodologia, trata-se de pesquisa descritiva, de natureza quantitativa (com traços de qualitativa), para a qual foi realizada uma pesquisa de campo com aplicação de questionários. Como técnica de pesquisa, utiliza-se da pesquisa documental e bibliográfica. Esta última tem como ênfase uma abordagem recente das teorias sobre a questão da violência doméstica, a fim de se travar um debate atual e relacionar o tema ao serviço PVD, em autores como Soares (1999), Saffioti (1997), Moreira (2006), entre outros.

Para compreensão do tema, este trabalho foi dividido em seis seções: a seção **1** é a introdução e apresenta uma ideia geral de todo o conteúdo da pesquisa.

A seção **2** apresenta uma visão teórica sobre o tema da monografia. Nessa seção, discorre-se sobre os conceitos de violência doméstica e intrafamiliar, mostrando-se o modelo feminista e o não-feminista. Ao final, seguindo-se a linha de pensamento apresentada por Soares (1999), menciona-se a construção de pontos de convergência entre as duas teorias, na tentativa de se chegar a um objeto comum, isto é, a não violência.

A seção **3** caracteriza o objeto de pesquisa, onde se expõe a estrutura jurídico/doutrinária da PMMG enquanto instituição policial militar. Em seguida, destaca-se a função de prevenção e de garantia da cidadania que cabem à Instituição, com os detalhes trazidos pela Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública n. 3.01.01/2010 (MINAS GERAIS, 2010). Por último, faz-se exposição da estrutura e previsão de funcionamento do serviço PVD, de acordo com a Instrução 01/2011 – 1RPM (MINAS GERAIS, 2011). É o momento em que se mostra a ideia inicial do serviço, nascida em 2006 com Moreira (2006), até culminar com a criação do serviço em 2010 em nível da 1ª Região da Polícia Militar (1 RPM).

A seção **4** apresenta a metodologia utilizada para a pesquisa. Mostra-se que se tratou de pesquisa descritiva, com aplicação de questionários às vítimas e aos policiais da primeira e segunda respostas, a fim de avaliar o atingimento ou não de algumas das metas qualitativas previstas na Instrução 01/2011 – 1RPM (MINAS GERAIS, 2011). De igual forma, apresenta-se também análise da evolução histórica das ocorrências típicas, nos doze meses anteriores e igual período após a criação do serviço, a fim de aferir se a implantação do serviço teve reflexos na quantidade de registros.

Na seção **5**, está a análise dos resultados da pesquisa. É o momento em que são expostas e analisadas as repostas dos questionários, cruzando-se os resultados obtidos com a evolução histórica das ocorrências típicas e com as teorias utilizadas para embasar a pesquisa.

Por último, na seção **6**, vem a conclusão da pesquisa, onde se menciona, em que medida, a pergunta de pesquisa foi respondida e, em que grau, confirmaram-se as hipóteses levantadas.

## 2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: MODELOS TEÓRICOS DE CONCEITUAÇÃO

Nesta seção, pretende-se apresentar alguns modelos teóricos de conceituação da violência doméstica.

Buscar-se-á uma noção geral desse tipo de violência, para, na sequência, passar-se às nuances do modelo feminista. Em seguida, pretende-se expor a abordagem da violência doméstica (não-feminista) e, por último, apontar pontos de convergência nos dois modelos.

A violência ora em estudo é uma realidade que atinge pessoas de todas as idades, raças e etnias. Está presente no mundo e no Brasil, sendo que, especificamente em Belo Horizonte, não é diferente, conforme demonstram, por exemplo, Moreira (2006), Instrução 01/2011 – 1 RPM (MINAS GERAIS, 2011), entre outros.

Soares (1999) indica que o problema, além de perpassar raças etnias e povos, atravessa também todas as classes sociais. Para a autora, o fato de essa violência ser mais visível nas classes mais baixas não é indicativo de que não ocorra nas mais elevadas. Segundo ela:

A literatura corrente sugere que a violência atravessa as classes sociais, os grupos étnicos e as tradições religiosas. Embora algumas pesquisas, como vimos, indiquem maior prevalência da violência doméstica entre operários e famílias de baixa renda (Steinmetz; Straus, 1974), supõe-se que as famílias com mais recursos estejam sub-representadas, tanto nas pesquisas como nas estatísticas policiais. Os motivos são simples: os mais ricos dispõem de alternativas variadas e não utilizam, com a mesma frequência, os serviços disponíveis – como abrigos, linhas diretas, emergências públicas, etc [...] (SOARES, 1999, p. 128).

Trata-se de evento atinente à vida privada dos casais, normalmente protegido pelas paredes do lar, dentro da circunscrição da família. Essa situação tão especial, quando analisada em conjunto com a vinculação afetiva, presente ou pretérita, entre autor e vítima, agrava e dificulta qualquer tentativa convencional de interferência ou proposta de solução.

Soares (1999, p. 37) apresenta esse posicionamento, quando assinala que a violência doméstica é “violência relacional [...] inscrita em histórias particulares, que mobiliza, normalmente, emoções extremas, vividas no contexto de relações significativas [...]”.

Reforça Soares (1999) que a violência doméstica se dá em plano privado (não público), via de regra, dentro do domínio do lar, no seio da família e, não raro, o agressor tende a ficar oculto e desconhecido (invisível), “protegido” do olhar da comunidade e do Poder Público. Defende ela que:

As relações conjugais representam [...] o ponto nodal das querelas em torno da violência doméstica e, junto com a violência contra as crianças, forma responsáveis pela maior parte das transformações sociais e das iniciativas, públicas e privadas, nesse campo (SOARES, 1999, p. 40).

Ao se aprofundar no significado da violência doméstica, chega-se a duas correntes de pensamento. A primeira delas, a chamada corrente feminista, afirma que o viés do gênero permeia a violência doméstica, com a mulher a ocupar o lugar da vítima e o homem, o do autor. É o que assinala Soares (1999, p. 39), para quem:

O problema da violência é recortado pelo ângulo de gênero. Não importa se os abusos são perpetrados no domínio público ou privado, se ocorrem no trabalho, na escola, na rua ou dentro de casa. A mulher é a vítima majoritária de um certo tipo de violência masculina e essa violência atravessa as dimensões da experiência feminina.

A segunda corrente, defendida por quem não compartilha a visão feminista, trata a questão como “violência familiar” e propõe um significado mais abrangente ao termo. Seus defensores não aceitam o gênero como único “elemento determinante” da violência doméstica e afirmam que várias são as suas causas. Conforme Soares (1999, p. 39 – 40):

[...] as mulheres não são as únicas vítimas [...]. A violência é multidirecionada e, segundo essa perspectiva, o eixo central do problema é a própria família, já que todos os seus membros podem ser, igualmente, vítimas e perpetradores. Nesses termos, a violência doméstica ou familiar adquirem sentido mais abrangente, no que diz respeito às relações de gênero e às relações familiares [...].

Essa diferenciação de compreensão é essencial para um entendimento mais amplo do problema, pois expande seu significado e extensão.

## **2.1 A perspectiva feminista**

O modelo feminista de conceituação da violência doméstica está ancorado no viés da violência de gênero.

A estrutura sócio-cultural de onde se extrai esse conceito (de gênero) da forma como está posto na sociedade atual, por sua vez, encontra boa base de sua sustentação na chamada cultura patriarcal ou patriarcalismo.

Esses dois conceitos (gênero e patriarcalismo), portanto, estão entrelaçados ao pensamento feminista, motivo pelo qual se fará necessário um maior aprofundamento em seus significados.

Destaca-se, em princípio, que os aspectos da vida em sociedade que esses dois termos procuram sintetizar guardam bastante semelhança e pode-se até dizer que, em certa medida, estão interligados (em relação de causa e consequência).

Há, portanto, que se frisar que, neste modelo, o gênero está na base de sustentação da violência doméstica. Dentro dessa perspectiva, tem-se, então, que esse tipo de violência caracteriza-se como aquela perpetrada por homens, em desfavor das mulheres, motivada pela necessidade de controle e Poder (SOARES, 1999).

A esse respeito, Soares (1999, p. 125) afirma existir um “padrão de comportamento aprendido e, de várias formas, endossado pela sociedade. [e que] não é, de forma alguma, uma patologia individual, mas uma licença social [...]”.

O pano de fundo dessa licença social, ou aprendizado social, é a chamada cultura patriarcal, a qual, segundo o modelo feminista, é instrumento de opressão das mulheres.

Saffioti (1997, p. 41, destaque da autora) compartilha esse posicionamento, pois afirma que a cultura patriarcal já vitimiza, *a priori*, a mulher por construir para ela um papel social subalterno em relação ao homem. Sobre gênero, a autora indica tratar-se de “[...] uma *construção social* que define o *ser homem* e o *ser mulher*”, a qual, de forma alguma, liga-se apenas a diferenciação genital entre o masculino e o feminino.

Em estudo sobre a violência doméstica, o Ministério da Saúde editou o “Caderno de Atenção Básica – nº 8”, em que formula orientações para a prática em serviço aos profissionais da saúde e busca, também, definições sobre gênero. Na obra, fazem-se acepções semelhantes e afirma-se tratar (o gênero) de construção cultural coletiva, baseada em atributos de masculinidade e feminilidade. Destaca que é uma conceituação não atrelada à diferenciação das características biológicas de cada sexo, de cada indivíduo, mas sim, à definição do papel social que é imposto ao ser humano do sexo masculino e ao do sexo feminino. Dessa forma, o gênero está relacionado à definição social de papéis e de condutas esperadas do homem e da mulher e, exatamente por isso, possui nível mais abrangente do que o mero diferenciador biológico dos sexos (BRASIL, 2001).

Esses papéis sociais, construídos para homem e mulher, definem as relações de hierarquia, de poder, de acesso ao mercado de trabalho, de aplicação das normas jurídicas, entre outros. Assim, por intermédio do gênero, define-se o ser homem e o ser mulher, ou seja, o conjunto de condutas esperadas do indivíduo masculino e do feminino (BRASIL, 2001).

No mesmo sentido, Kronbauer e Meneghel (2005) salientam que as relações de gênero estão profundamente arraigadas na sociedade e se baseiam nas diferenças entre os

sexos para construir disparidades entre a distribuição de poder entre homens e mulheres. Fala-se, então, da dimensão social da sexualidade.

Eles assinalam, inclusive, que a violência contra a mulher é compreendida como problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde (KRONBAUER; MENEGHEL, 2005).

Ainda nessa mesma linha, Giffin (1994) faz indicações igualmente semelhantes, quando aponta um conceito social que suplanta as diferenças biológicas e fisiológicas entre homens e mulheres, destacando que:

O desenvolvimento do conceito de gênero, no âmbito dos estudos da mulher, opera uma desconstrução das categorias “sexo feminino/sexo masculino”, apontando a naturalização de aspectos sociais antes fundidos com os aspectos biológicos nestas duas categorias. No combate às explicações biologicistas, antes hegemônicas, num primeiro momento foi preciso demonstrar que anatomia não era destino e que o corpo feminino não determinava a condição social da mulher. O objeto de estudo destas análises — a construção social dos gêneros — tinha de ser “liberado” de sua submersão em diferenças biológicas cujo significado principal são justamente as diferenças genitais (GIFFIN, 1994, p. 148-150, destaque do autor).

Salienta também Giffin (1994) o aspecto psicológico da divisão de poder entre homens e mulheres em função do gênero. Ao homem, é dado o papel de dominação e, à mulher, o de ser dominada. Para ele:

[...] a posição do homem é de fazer da mulher um objeto, tanto na sua violência contra ela como no seu autocontrole racional. A posição da mulher é de se sentir um objeto passivo e aceitar sua falta de controle [...]. Assim, a origem psicológica da dominação erótica pode ser encontrada na diferenciação unilateral, isto é, na separação destes impulsos e sua designação a homens (diferenciação) e mulheres (reconhecimento), respectivamente (Giffin, 1994, p. 153).

Tem-se, então, sobre gênero e construção de papéis sociais, que o gênero feminino é mais tradicionalmente relacionado à esfera familiar e à maternidade. Em ordem inversa, o gênero masculino é atrelado à esfera pública e à acumulação e concentração dos valores materiais, o que lhe confere (ao homem) o *status* de provedor e protetor da família (GIFFIN, 1994).

Sobre a questão da vida familiar e da maternidade, durante séculos e por razões diversas (sendo a principal o esforço pela garantia da paternidade – por meio do controle da sexualidade da mulher), construiu-se um papel de subalternidade da mulher em relação ao homem. Tal estrutura permitiu a criação e perpetuação de um ambiente de desigualdade de gênero, concedendo-se ao homem poder de mando e imposição de dever de obediência à mulher (BRASIL, 2001).

Essa estrutura (a chamada cultura patriarcal) fomentou a socialização de gênero, por intermédio da qual se construíram e se difundiram os papéis que a sociedade impôs (e, ainda hoje, impõe) ao homem e à mulher. Depois disso, para se tornar aceitos socialmente, eles (homem e mulher) precisaram (ou ainda precisam) se submeter às expectativas e condutas construídas para cada sexo e nelas se conformar.

Forma-se, então, um ambiente cultural que permite, aceita e até legitima a violência do homem contra a mulher, tanto pelo viés físico quanto pelo psicológico, sexual, patrimonial, entre outros (BRASIL, 2001).

Com efeito, se a cultura patriarcal confere ao homem *status* de poder e dominação sobre a mulher, está-se diante de uma lógica que tende a ser permissiva com a violência masculina. Afinal de contas, a quem é dado poder, nada mais natural do que a aceitação de seu exercício.

Esse é o cerne do pensamento feminista sobre a violência doméstica. Entende-se que é uma violência praticada com base no “ser homem” e no “ser mulher”, de acordo com as expectativas sociais que se tem para cada um desses papéis. Como o homem recebeu, pela cultura patriarcal, um papel de superioridade, ele se impõe à mulher e exige que se dê seguimento a esse estado de coisas. Já a mulher, por ter aprendido, também pela cultura patriarcal, o papel de subalternidade e de inferioridade, tende a tolerar a violência, pois toda essa estrutura (de gênero, em que o homem é forte e independente e a mulher, frágil e dependente) faz parte de seu aprendizado cultural.

Por isso, conforme salienta Soares (1999, p. 124 e 128), para o modelo feminista, “[...] a violência resume-se, fundamentalmente, à questão de gênero [...]” e ainda, “no modelo feminista, toda mulher é vítima em potencial da violência masculina. [E] o único fator comum entre as mulheres agredidas é o fato de serem mulheres [...]”.

Então, as mulheres se tornam dependentes e fragilizadas em relação ao homem, sem ter onde procurar mecanismos de defesa e autoproteção. Kurz<sup>1</sup> (1993b, *apud* SOARES, 1999, p. 126) assinala que:

[...] as mulheres estariam vulneráveis aos abusos masculinos, em função da própria estrutura (patriarcal) do casamento e da atribuição de papéis de gênero, que facilitam a dependência das esposas em relação aos maridos, agravada pela falta de treinamento profissional e de creches disponíveis.

---

<sup>1</sup> KURZ, Demie. Physical Assaults by Husbands, a Mayor Social Problem. In: Gelles, R. e Loseke, E. (eds.). **Current Controversies on Family Violence**. California: Sage Publications, 1993b.

Retoma-se, dessa forma, o modelo de Saffioti (1997), para quem a cultura patriarcal já vitimiza, *a priori*, a mulher por construir para ela um papel social subalterno em relação ao homem. Por isso, qualquer ato violento da mulher (mesmo uma violência física) é entendido como legítima defesa (em última instância, como defesa contra a cultura patriarcal).

Ao manifestar-se sobre a perspectiva feminista da violência doméstica, Soares (1999, p. 126) confirma a tese de Saffioti sobre a postura de vítima, incondicional, que a mulher assume. Afirma ela que:

[...] no modelo feminista, as manifestações da violência feminina vão ser entendidas como gestos de autodefesa, como respostas emocionadas a vitimizações (presentes ou pretéritas) ou, simplesmente, como acontecimentos isolados que, por serem minoritários, não abalam o modelo.

Por isso, as feministas “[...] relutam, no entanto, em equiparar, sob o nome de ‘violência doméstica’, as agressões perpetradas por esposas, companheiras e namoradas contra cônjuges ou parceiros masculinos e do mesmo sexo” (SOARES, 1999, p. 122, destaque da autora).

No modelo feminista, a vítima não participa da produção da violência, mas é uma pessoa impotente e incapacitada de libertar-se de seu agressor, seja pelas patologias que adquiriu exatamente por ser vítima de violência (doméstica), seja “[...] pelas limitações e barreiras que a dinâmica da violência impõe [...]” (SOARES, 1999, p.150).

Soares (1999) cita, de acordo com modelos pesquisados nos Estados Unidos, que a estratégia feminista de combate à violência contra a mulher passa pela desconstrução dos papéis sociais, aprendidos pela socialização de gênero e pela cultura patriarcal.

Nesse contexto, a solução, inexoravelmente, precisa passar pelo desfazimento desses papéis de subalternidade feminina. Chama-se a atenção para a necessidade de um resgate da autoestima das mulheres e da inserção do pensamento e sentimento de dignidade e igualdade em relação ao mundo masculino. Isso porque “[...] a mulher *aprendeu* sua identidade de gênero. *Aprendeu* a esperar pacientemente que a violência termine ou diminua (*learned hopefulness*) e *aprendeu* a perder as esperanças de que qualquer atitude sua possa dar fim aos abusos (*learned helplessness*)” (SOARES, 1999, p.144, destaque da autora).

## 2.2 A Perspectiva não-feminista

Este modelo é aquele que concebe a violência doméstica não apenas pelo viés do gênero, mas como o resultado de um conjunto de outras variáveis, como, por exemplo, o

*status* sócio-econômico, a aceitação da violência, o estresse, enfim, como produto de análises multifatoriais. Embora se reconheça que as mulheres são mais vitimadas do que o homem, o determinante de gênero, aqui, não é visto como o único agente motivador da violência (SOARES, 1999).

Para esta teoria, a violência doméstica não é entendida apenas como aquela que um homem perpetra contra uma mulher para imposição de poder, controle e domínio. Ao apresentar esse viés, de causas múltiplas das agressões, Soares (1999, p. 156) cita Kurz<sup>2</sup> (1993), para quem

[...] todos os membros da família podem ser vítimas de violência [...], maridos e esposas, uns contra os outros, por pais contra os filhos, por filhos contra pais e entre irmãos. Defendem a idéia de que a violência doméstica se origina nas normas sociais mais amplas, que reforçam a violência na estrutura da família contemporânea.

Trata-se de modelo que contradiz abertamente a teoria feminista, motivo pelo qual abriu grande polêmica e, por mais contraditório que pareça, sujeitou seus defensores constrangimentos pessoais, profissionais e até a ameaças.

Soares (1999) apresenta um relato de Straus, Gelles e Steinmetz<sup>3</sup> (1980), no qual eles afirmam que, após a publicação da pesquisa e apresentação desse novo modelo de violência doméstica (a intrafamiliar, não-feminista), começou a ocorrer o seguinte:

[...] alguns de nós nos tornamos alvos de amargos ataques acadêmicos e pessoais, incluindo ameaças e tentativas de intimidação...Suzane K. Steinmetz, co-investigadora na primeira Pesquisa Nacional de Violência Familiar, foi vítima de ataques mais sérios. Houve uma campanha por cartas, na época em que ela foi avaliada para promoção, solicitando que fosse negada. Ela recebeu telefonemas que a ameaçavam e à sua família e sofreu ameaça de bomba numa conferência [...] (SOARES, 1999, p. 162).

Soares (1999, p.155 a 157, destaque da autora) cita a pesquisa sobre violência doméstica desenvolvida nos Estados Unidos pelos pesquisadores Richard Gelles<sup>4</sup> e Murray Straus (*National Family Violence Survey*, 1975, replicada em 1985, utilizando uma amostra de 2.143 e 6.002 famílias, respectivamente). Neste trabalho, seguiu-se a linha da violência intrafamiliar (não-feminista) e os resultados, além de chocarem a opinião pública daquele país, revelaram um “lado sombrio da vida privada”:

<sup>2</sup> KURZ, Demie. Social Science Perspectives on Wife Abuse: Courrente Debats and Future Directions. In: Bart, P. e Moran, E. (eds.). **Violence Against Women – the Bloody Footprints**. California: Sage Publications, 1993.

<sup>3</sup> STRAUS, M. A.; GELLES, R. J.; STEINMETZ S. K. **Behind Closed Doors: Violence in American Families**. Nova York: Doubleday, 1980 (*apud* Kurz, 1993; Dutton, 1995).

<sup>4</sup> STRAUS, M. A.; GELLES, R. J. **Societal change and change in family violence from 1975 to 1985 as revealed by two national surveys**. Journal of Marriage and the Family, 48 pp. 465-479, 1986 (*apud* Kurz, 1993; *apud* Gross).

[...] 11% das crianças e adolescentes de 0 a 17 anos (6.900.000) tinham sido vítimas de severas agressões cometidas pelos próprios pais; 5,3% tinham atingido gravemente seus irmãos ou irmãs (3.300.000); 16% dos casais americanos (8.700.000) tinham experimentado alguma forma de violência física, no ano referente à pesquisa: 6,3% (3.400.000) estiveram envolvidos em episódios de violência severa (como chutes, socos, esfaqueamento etc); 12,4% dos maridos (6.800.000) haviam agredido suas esposas; e 11,6% das mulheres (6.250.000) agrediram seus maridos. Em 3,4% dos casos os maridos agrediram severamente as mulheres e em 4,8% as mulheres agiram do mesmo modo em relação ao marido [...] (SOARES, 1999, p. 157).

Ainda em Soares (1999, p. 158), afirma-se que a tradição de que o homem, sempre, é mais violento do que a mulher não pode ser interpretada rigidamente, argumentando-se que o padrão mais comum é o da violência recíproca. Assinala-se que “quarenta e nove por cento dos casais que relataram alguma violência experimentaram agressões perpetradas tanto pelo marido como pela mulher”.

Stets e Straus<sup>5</sup>, citados por Soares (1999), apresentam conceitos semelhantes de igualdade na origem da violência. Eles assinalam que “as mulheres partem para a violência tanto quanto os homens”. É o que demonstra a análise dos dados da pesquisa de 1990, a qual conclui que:

Apesar de serem tão violentas quanto os homens, as mulheres tendem a apresentar mais lesões do que eles, requerendo atendimento médico com maior frequência, o que se explicaria tanto pelo fato de o homem ser, geralmente, maior e mais forte do que a mulher [...] quanto pela propensão feminina (socialmente aprendida) a perceber com maior presteza e acuidade os sintomas corporais[...] (STETS; STRAUS *apud* SOARES, 1999, p. 158 e 159).

E ainda que a:

[...] violência intrafamiliar endêmica seria resultante da combinação de diferentes fatores, como: a) o estresse a que estão submetidas às famílias, no atual contexto econômico e social. Contexto que exacerbou a privacidade familiar, dificultando o controle e o escrutínio das famílias; b) a própria estrutura da vida em família (tempo de convivência, múltiplas atividades e interesses comuns, intensidade do envolvimento, intervenção nas atitudes, decisões e comportamentos dos outros membros, diferenças de sexo e idade, atribuição e assunção de papéis, privacidade e isolamento, pertencimento involuntário, intimidade etc); c) empréstimo dos padrões social que, generalizadamente, endossam a violência como forma de solução de conflitos; e (como vimos anteriormente) d) **a socialização da criança, segundo o padrão amplamente aceito de punição pela força física: a violência seria gerada pela própria família e transmitida de geração em geração** [...] (SOARES, 1999, p. 159, destaque nosso).

De acordo com Soares (1999, p. 159), a pesquisa absolve o homem de ser o único culpado pela violência doméstica, alertando para a taxa de agressividade entre as crianças, com reflexos em toda a família. Indica-se que:

---

<sup>5</sup> STETS, Jan; STRAUS, Murray A. Gender Differences in Reporting Marital Violence and its Medical and Psychological consequences. In: STRAUS, M. e Gelles, R. (Eds.). **Physical Violence in american Families**. New Brunswick: Transaction Publishers, 1990.

As crianças são as pessoas mais violentas nas famílias norte-americanas. Quase todas as crianças bateram no irmão ou irmã e mais de uma em cada cinco crianças bateram no pai ou na mãe. A taxa de violência dentro da família no final da adolescência (15 a 17 anos) é bem mais baixa, mas ainda assim significava: cerca de dois terços bateram no irmão ou irmã e 10% bateram no pai ou na mãe [...] (SOARES, 1999, p. 159).

Destaque-se, conforme Soares (1999, p. 159), um artigo publicado, nos Estados Unidos, por Suzan Steinmetz<sup>6</sup> sob o título “‘*The Battered husband syndrome*’ (A síndrome do marido agredido)”, em que “calculava existirem 250.000 maridos vitimados por suas esposas”. Conforme a autora citada, a divulgação da pesquisa foi ampla na mídia e gerou enérgicas reações das “defensoras do modelo feminista”.

Uma das grandes críticas que as feministas fazem a este modelo é o fato de as estatísticas criminais demonstrarem uma maioria arrasadora de mulheres vitimadas por homens ao invés do contrário (homens vítimas de crime em que as mulheres são as agressoras). Como comprovação, cita-se uma pesquisa de 1982 (nos Estados Unidos), em que “[...] 91% de todos os crimes violentos cometidos entre cônjuges foram cometidos contra mulheres por seus maridos ou ex-maridos [...]”. (SOARES, 1999, p. 161)

Straus e Gelles<sup>7</sup> (*apud* SOARES, 1999, p. 162) respondem às críticas afirmando que o que resulta nos dados dessa forma são as técnicas de pesquisa. Segundo eles, em 1982, a pesquisa é apresentada “[...] aos seus respondentes, como um estudo de crimes, ao contrário dos *National Family Violence Surveys*, que são identificados pelos pesquisadores que aplicam os questionários como estudos sobre problemas familiares [...]”. Os autores afirmam que “[...] os respondentes não situam as agressões conjugais no campo da criminalidade [...]”.

Outro argumento apresentado é o de que a pesquisa feita por eles utilizou múltiplas técnicas de análise:

(quantitativa e qualitativa) [...], replicando as pesquisas, [...] [além de] investigar os processos e sequências [...] presumindo que o “contexto” é extremamente importante mas que em geral é desejável medir as variáveis do contexto separadas da variável da violência [...] (SOARES, 1999, p. 161, destaque da autora).

Soares (1999) apresenta posicionamento semelhante, dizendo que as taxas de iniciativa das agressões eram semelhantes entre homens e mulheres. Ela cita que:

---

<sup>6</sup> STEINMETZ, Suzanne K. **The Battered Husband Syndrome**. *Victimology* 2, 1977-78 (*apud* BRUSH, 1993 e KURZ, 1993).

<sup>7</sup> STRAUS, M. A.; GELLES, R. J. **Societal change and change in family violence from 1975 to 1985 as revealed by two national surveys**. *Journal of Marriage and the Family*, 48 pp. 465-479, 1986 (*apud* Kurz, 1993; *apud* Gross).

A replicação da pesquisa de 1985 permitiu, além disso, a análise sobre quem iniciara as agressões e qual a proporção de casos em que os maridos ou as mulheres atacaram sem ter sido atacados (no ano corresponde à pesquisa), com base no depoimento das próprias mulheres. As taxas eram equivalentes para os maridos (25,9%) e esposas (25,5%) [...] (SOARES, 1999, p. 161).

Soares (1999, p. 162) assinala que os resultados da pesquisa provocaram contestação dos conservadores, “por colocarem em xeque a sacralidade da família” e reações furiosas das feministas, conforme já se constou neste trabalho.

A revelação da pesquisa, além das ameaças aos seus condutores, provocou dissabores e comportamentos “perturbadores”. Soares (1999, p. 163), destaca que esses comportamentos:

[...] deram lugar a atitudes antiéticas por parte de pesquisadores, como a supressão de informações consideradas “politicamente incorretas”. As autoras de um estudo conduzido pela comissão de mulheres de Kentucky teriam, por exemplo, ocultado a informação, obtida junto às próprias mulheres, de que 38% dos ataques eram cometidos por elas contra homens que não as tinham agredido. Esse não é, segundo Straus, um caso isolado. Para esse autor, é doloroso ter que reconhecer as altas taxas de violência doméstica perpetrada pelas mulheres, pois esse reconhecimento abala a utopia da mulher intrinsecamente não-violenta, além de favorecer atitudes misóginas que legitimam a violência dos homens. Mas mesmo considerando que as agressões femininas são menos lesivas do que as masculinas, ainda que, hipoteticamente, se resumissem aos tapas cinematográficos que expressam indignação e ultraje, esse autor afirma que a violência das mulheres deve ser igualmente prevenida e condenada, pois consolida um padrão de violência familiar que engendra mais violência contra as mulheres e contra as crianças [...] tese que na perspectiva feminista consiste em mais uma forma de culpar a vítima [...].

De acordo com Soares (1999), com o passar do tempo, nos Estados Unidos, foi se impondo a aceitação de um modelo de análise da violência doméstica menos centrado na ideologia feminista. Aos poucos, a perspectiva da violência doméstica (intrafamiliar, não-feminista) foi ganhando terreno e legitimidade.

Esta teoria, como assinala Soares (1999), traz a vantagem de colocar em discussão um ponto de vista diferente do modelo feminista e estabelecer um diálogo mais equilibrado sobre o problema da violência doméstica.

Soares (1999) mostra exemplos, dos Estados Unidos, de homens vitimados por mulheres, algumas vezes, com transcrição longa do relato desses indivíduos, os quais revelam o sofrimento que passaram com a agressividade de suas companheiras. Cita-se, por exemplo, o caso de alguns:

[...] grupos de homens que se dizem vítimas da violência feminina e que reivindicam um tratamento equivalente ao conferido às mulheres, já que se consideram vitimados por um sistema policial e jurídico excessivamente contaminado pelo bias feminista [...] (SOARES, 1999, p. 164).

Soares (1999, p. 164), sobre a vitimização masculina pelas mulheres, relata casos narrados em *sites* desses grupos na Internet. São, por exemplo, os relatos de Tracy e Skip:

[...] Tracy era regularmente atacado por sua esposa e sempre chamava a polícia. Quando percebiam do que se tratava, os policiais apenas riam e sugeriam que ele não levasse a coisa tão a sério. Certa noite, depois de sua esposa lhe ter batido com um sapato e lançado sobre ele um telefone, Tracy decidiu, finalmente, dar um basta na situação. Quando a mulher novamente o agrediu, ele a esbofeteou. Ela, então, imediatamente, deixou de atacá-lo e chamou a polícia. Quando os policiais chegaram, alguns minutos depois, Tracy tentou explicar o ocorrido: esbofeteara em autodefesa. Havia cortes e arranhões em seu corpo, mas, mesmo assim, ele recebeu uma ordem de prisão por golpear a esposa. O mesmo teria acontecido com Skip, que, depois de reportar a violência de sua mulher à polícia, foi intimado a acompanhar um programa para homens violentos, enquanto sua mulher foi colocada em um programa para mulheres espancadas.

Descreve-se longamente, ainda, outro exemplo de homem vítima da violência feminina. Trata-se de Christopher Raun, cuja história está permeada de agressões sofridas pela companheira e, ao reagir, ele é preso e processado. Christopher relata que, em sete meses de relacionamento, na primeira metade do período, ela lhe batera três vezes no rosto. Após a reconciliação, ela lhe dissera que “era aceitável uma mulher bater num homem, e que era até ‘meio romântico’” (SOARES, 1999, p. 167, destaque da autora).

O próximo episódio de violência narrado por Christopher ocorre de madrugada, quando ele recebe ligação telefônica dela solicitando conversar. Ante a negativa de Christopher, ela vai à casa dele, determinada a se aconchegar e dormir lá. Ele (Christopher) conta: “finalmente, olhei nos seus olhos e disse: ‘Não me toque.’ Ela me deu um soco na cara. ‘Que é isso’, exclamei. ‘Você não vai mais fazer isso comigo.’ Dei-lhe um soco na barriga e a agarrei pelo pescoço. Minha razão interrompeu [...]” (SOARES, p. 167, destaque da autora).

Ao final, ela vai à polícia e Christopher passa a noite na prisão. Depois, precisa contratar advogado e, para ser solto sem condenação e sem registro policial (porque o promotor verificou inconsistências na acusação), assume o compromisso de ficar 18 meses sem ver a garota, além de ter que comparecer a algumas aulas alternativas sobre violência. (SOARES, 1999)

Christopher conta que foi agredido, enganado e, com exceção dos amigos pessoais, “ninguém questionou a história dela” e acrescenta que:

O próprio curso, a propósito, é literalmente conduzido por feministas que compõem a mesma espécie mentirosa e manipuladora que está realizando o excelente trabalho de erguer uma muralha entre homens e mulheres na América do Norte. É um inferno sem fim saber que tenho que ouvi-las mentindo, manipulando as mentes dos participantes deste curso todas as semanas (SOARES, 1999, p. 169).

A história de Christopher, aqui resumida, está transcrita com bastante riqueza de detalhes em Soares (1999, p. 166 a 170), para onde fica remetido quem quer que deseje conhecê-la mais ricamente. O que se pretende, ao mostrar essas histórias neste trabalho, é explicitar a teoria em discussão (da violência doméstica, ou intrafamiliar, ou não-feminista). Nesse caso, os exemplos se prestam a servir de elemento comprobatório da teoria.

Soares (1999) adverte, entretanto, que não existe ainda produção literária consistente que represente essa visão. A autora indica apenas grupos que defendem tal ideologia, os quais alegam que:

[...] o sub-relato das ocorrências domésticas (tanto para a polícia como para as instituições hospitalares) é muito maior entre homens do que entre mulheres; citam as pesquisas que apontam as equivalências da violência feminina à masculina; contra-atacam o modelo feminista apontando a recorrência da “síndrome do marido agredido” (*battered husband syndrome*), descrita por Steimetz; destacam os trabalhos que indicam a prevalência de abuso de crianças por parte das mães, chamam a atenção para a alta incidência de abuso nas relações entre gays e lésbicas e denunciam o tratamento desigual que lhes é conferido na justiça. Os homens, acusados de assassinato das esposas, estariam sendo privados do recurso utilizado pelas mulheres que matam seus parceiros e vêm se beneficiando, mais e mais, da tese de que as vítimas da violência crônica agem em autodefesa – mesmo quando não estão sob risco imediato (SOARES, 1999, p.65, destaque da autora).

Para finalizar, sugere-se considerar a seguinte questão: não se recomenda promover um feminismo às avessas. Tal postura caminhará para uma outra forma de radicalização da violência ora tratada, de forma a colocar a mulher no pólo ativo (como agressora) e o homem na posição de vítima. Isso nada mais seria do que a mesma violência de gênero defendida pelas feministas, apenas com inversão de papéis. Soares (1999, p. 165) definiu essa postura como “masculinista”.

### 2.3 Construindo pontos de convergência entre os dois modelos

Ao se mencionar pontos de convergência, está-se a procurar uma compreensão da violência doméstica de uma maneira mais ampla, com todas as circunstâncias que a permeiam. Quer-se enxergar tanto o papel do homem quanto o da mulher, direta ou indiretamente, bem como a influência de outros fatores presentes no ambiente familiar.

Apesar das alegações de sub-registro<sup>8</sup> de ocorrência com homens vitimados, não se pode desconsiderar as estatísticas que revelam alarmante superioridade numérica de

---

<sup>8</sup> Sub-registro equivale a ocorrência de um ilícito o qual, mesmo tendo existido, não é levado a conhecimento da polícia, por questões de foro íntimo da vítima. A existência de sub-registro compromete a confiabilidade da estatística criminal.

mulheres agredidas por homens. Igualmente, não se pode deixar de considerar, também, os outros fatores, já citados neste trabalho, como, por exemplo, a própria estrutura da vida em família, o tempo de convivência, a intensidade do envolvimento, a intervenção nas atitudes, os demais membros, entre outros.

Soares (1999, p. 170 a 171) alerta serem inconciliáveis a perspectiva feminista e a da violência doméstica (não-feminista):

[...] já que a disputa sobre quem é a vítima ou quem é violento se cristalizou em torno do recorte de gênero. O modelo feminista recusa a hipótese da mulher violenta e o modelo da violência doméstica (não-feminista) não reconhece a mulher como a única vítima do complexo familiar.

Soares (1999) destaca a necessidade de construir pontos de convergência. O argumento é no sentido de que pouco importa qual é o modelo mais adequado para compreender e combater a violência doméstica.

Igualmente, assinala Soares (1999), é indiferente se o entendimento do problema se baseia no percentual e/ou gênero das vítimas e agressores. Se a violência praticada pela mulher é sempre em (legítima) defesa ou se os homens também são vitimados por abusos em família, a questão (violência doméstica, intrafamiliar, ou contra a mulher) permanece a mesma.

Tal discussão, definitivamente, não é produtora. O que importa, nesse contexto, é convergir-se os aspectos positivos das duas teorias. Conforme Soares (1999, p. 171), “[...] é possível conjugar ambos os modelos, reconhecendo-lhes tanto os limites como as virtudes descritivas, a plausibilidade e a capacidade de gerar discursos consistentes e eficazes”.

Nessa mesma perspectiva, isto é, nessa busca de se convergir os dois modelos, mais uma vez, retoma-se Soares (1999, p. 172), para a qual:

Poderíamos falar, então, em “violências domésticas”, para dar lugar às especificidades de cada perspectiva e incorporar a dominação de gênero, os conflitos geradores e reproduzidos na estrutura familiar, as patologias individuais e os padrões sociais que estimulam a violência, ainda que seja difícil distinguir e separar esses elementos.

Destaca-se aqui, a análise do Ministério da Saúde, que procura identificar causas de adoecimento provocadas pela cultura patriarcal, tanto em homens quanto em mulheres. Nesse sentido, aborda-se, inicialmente a violência doméstica sobre o prisma do modelo feminista, segundo o qual o patriarcalismo vitimiza, em si, a mulher por construir para ela um papel subalterno e com direitos menores (BRASIL, 2001).

Nesse contexto (modelo feminista), insere-se o “ciclo da violência”, que representa uma estrutura interligada pela qual passa a vítima (a mulher) de agressão perpetrada por seu companheiro (o homem).



FIGURA 1 - O ciclo da violência doméstica segundo o modelo feminista  
Fonte: MOREIRA, 2006.

O modelo, conforme Soares (1999), foi criado por Leonore Walker, o qual descreveu as etapas que, geralmente, se seguem na dinâmica de como o abuso é perpetrado. Várias obras e autores utilizam esse conceito de ciclo. É o caso de Soares (1999), Moreira (2006), Brasil (2001), Minas Gerais (2011), entre muitos mais. Para uma noção inicial, transcrever-se-á, abaixo, o modelo como foi explicado por Moreira (2006, p. 58), em virtude da clareza e objetividade em que foi posto. Sobre o tema, ainda se exporá na seção 3 desta monografia, ao se descrever a dinâmica de trabalho das equipes de prevenção à violência doméstica.

Na interpretação do ciclo, a fase “tensão” representa o período em que há desentendimentos verbais, provocações e ofensas. O “episódio agudo de violência” é o momento em que as agressões verbais se convertem em agressões físicas. Em seguida, vem a “lua-de-mel”, quando o agressor (homem) se arrepende da violência que cometeu, pede

desculpas e se torna, temporariamente, amoroso e dócil. Contudo, como se trata de fenômeno cíclico, algum tempo após a “lua-de-mel”, inicia novo momento de “tensão”, que culmina num “episódio agudo de violência”, o qual é sucedido por nova “lua-de-mel” e assim segue ininterruptamente. Moreira (2006, p. 37–38) salienta o sentimento de remorso que domina o agressor na terceira fase do ciclo. Para o autor:

Na primeira fase, *construção da tensão*, a tensão cresce, o agressor se torna, gradativamente mais irritado. A vítima percebe a tensão e tenta acalmá-lo mostrando-se dócil e prestativa [...].

A segunda fase, *explosão da violência*, é a parte mais curta e violenta do ciclo. É marcada por agressões agudas, quando a tensão atinge o seu ponto mais alto e acontecem os ataques mais graves.

A terceira fase, *lua-de-mel*, é um período de calma. Terminado o período de violência física, o agressor demonstra medo de perder sua companheira. O agressor está sempre se desculpendo e com remorso [...] pode se tornar extremamente prestativo e comprometido [...] Promete que não mais voltará a agredir e torna a se comportar como o homem por quem a vítima um dia se apaixonou (destaque do autor).

Chama-se atenção, neste momento, a um aspecto, menos lembrado e de semelhante gravidade, que não é contemplado pelo modelo feminino do ciclo da violência. Trata-se das consequências perversas que a cultura patriarcal produz, também, no universo masculino. Ocorre que a:

[...] exigência do cumprimento de papéis sociais/culturais (provedor/protetor) ao lado do conjunto de "referenciais de masculinidade" tais como estão ainda hoje definidos em nossa sociedade – como virilidade, conquista e sucesso – causam danos a milhares de homens [...] (BRASIL, 2001, p. 63, destaque do autor).

David Guilmore<sup>9</sup> (*apud* BRASIL, 2001) acentua que o enquadramento do homem no papel social de dominação o obriga a seguir um código de virilidade pesado e é causa de adoecimento. Veja-se o código:

- 1. Ser competitivo** – o homem não pode ter medo. Tem que estar preparado para competir e vencer.
- 2. Ser sexualmente potente** – precisa saber conquistar e manter mulheres ao seu lado. Um homem traído ou abandonado por sua mulher vê sua virilidade questionada.
- 3. Ter autocontrole** – não pode mostrar fraqueza ou emotividade.
- 4. Ser um bom provedor** – deve ser capaz de providenciar o sustento de sua família, sendo essa uma de suas principais funções.
- 5. Fazer-se respeitar pela mulher** – não pode ser contestado por uma mulher diante de outros homens porque isso o desmoraliza (BRASIL, 2001, p. 64-65, destaque do autor).

---

<sup>9</sup> GUILMORE, DD. **Menhood in the making: cultural concepts of masculinity**. New Haven: Yale University Press, 1990.

Verifica-se, então, uma lacuna no modelo feminista da violência doméstica. Com efeito, a cultura patriarcal, antes vista pelas feministas como maléfica apenas às mulheres, revela-se também prejudicial aos homens. O papel social que o patriarcalismo reserva ao homem é, em termos práticos, impossível de ser exercido em plenitude, gerando, por consequência, frustração e queda de autoestima (BRASIL, 2001).

O homem que não consegue satisfazer as expectativas impostas não encontra respaldo para sua masculinidade no imaginário cultural e a sua identidade fica ameaçada. Um homem não pode mostrar-se fraco e isso não é novidade para ninguém. Se a cultura patriarcal tirou os direitos das mulheres, ela exigiu muito dos homens, mais do que eles conseguem dar (BRASIL, 2001, p. 65).

Sobre baixa de autoestima, Soares (1999, p. 129), ao tratar do perfil psicológico das vítimas (mulheres) agredidas, mostra realidade semelhante a do universo masculino. Para a autora, as mulheres agredidas:

Aprendem a desenvolver uma baixa autoestima (colocando as necessidades dos outros na frente das suas); a se tornar defensivas (tomando por pessoal qualquer crítica – em função de sua baixa auto-estima); a perder a confiança nas pessoas próximas ou a confiar exageradamente [...].

Essa realidade aflorou de tal forma em suas pesquisas que, nos centros de ajuda às vítimas, consultados nos Estados Unidos, localizaram-se programas de fortalecimento emocional e de estima. Ela cita um folheto do *National Institute of Mental Health*, em que se sugerem as seguintes posturas emocionais/intelectuais às vítimas: “‘não posso receber a culpa por ter sido espancada e violentada’; ‘Não sou a causa do comportamento violento dos outros’; ‘Não tenho que tolerar isso [...]’” (SOARES, 1999, p. 133, destaque da autora)

Sobre o perfil dos agressores, faz-se a mesma constatação de baixa autoestima. Assim, ambos, “[...] agressor e vítima se veem enredados numa violência cíclica, mas continuam, por diversos motivos, a manter uma relação bizarra e simbiótica” (WALKER, 1979 *apud* SOARES, 1999, p. 131).

Confrontado as reflexões de Soares (1999) com as do Ministério da Saúde (BRASIL 2001), pode-se ter uma ideia de origem comum da violência. Ora, homens que, desde novos, recebem educação nos moldes da cultura patriarcal têm enorme potencial para se tornar frustrados (já que essa cultura exige deles mais do que eles podem dar). Essa frustração causa queda na autoestima, o que, por sua vez, tende a gerar atos violentos (para manter o *status quo* do patriarcalismo). A violência masculina vitima as mulheres, as quais, pelas agressões que sofrem, têm estrangulada a autoestima. Daí, a ideia de uma “relação simbiótica e bizarra”, conforme Soares (1999), que envolve agressor e vítima, ambos no mesmo ambiente cultural do patriarcalismo. Dessa forma, a vítima (mulher) sofre e aceita as

agressões por receber um papel social de inferioridade e o agressor (homem) agride para fazer cumprir um papel social que, de maneira natural, espontânea e pacífica, é impossível de se exercer.

Então, analisando-se por esse viés, o que se tem é uma causa, relativamente, comum da violência doméstica, qual seja a cultura patriarcal. Entretanto, carece-se de fazer uma complementação ao modelo feminista, que coloca a mulher no lugar da vítima, *a priori*, desse tipo de violência.

Com efeito, a perspectiva não-feminista não compactua com a imputação das causas das agressões intrafamiliares unicamente à crueldade dos homens. Para este modelo, uma série de outras variáveis no seio da família está ligada às origens da violência.

Ora, dentro dessa série de outras variáveis, está a educação das crianças, dos filhos (os garotos e garotas). Então, um garoto educado nos moldes da cultura patriarcal (muitas vezes, pela própria mãe) tenderá (por receber um papel social superior às suas forças) a sentir frustração, queda de autoestima e, ao final, a ser violento com as mulheres, exatamente para manter o papel que coube ao gênero masculino na cultura patriarcal (BRASIL, 2001)

Por isso, talvez, haja tanta inconformidade dos defensores do modelo da violência intrafamiliar (não-feminista) com a abordagem feminista, que faz dos homens os agressores *a priori*. Eles reivindicam, também, o papel de vítimas e não aceitam o mundo masculino como único responsável pelas agressões. Essa compreensão é compartilhada pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), que mostra os efeitos maléficos que a cultura patriarcal produz nos homens.

Diante disso, remete-se, novamente, à tese de Soares (1999), segundo a qual é preciso conjugar os dois modelos e, em cada um, reconhecer os limites e virtudes.

Essa é uma acepção que se aproxima do modelo de trabalho adotado pelo serviço PVD. Isso porque, como se verá mais à frente, a dinâmica de trabalho envolve abordagens às mulheres e aos homens, cada qual recebendo, em tese, uma orientação específica. Na seção que se segue, procurar-se-á detalhar o assunto.

### **3 A POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS COMO AGENTE FOMENTADOR DA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Nesta seção, pretende-se mostrar o objeto e ambiente da pesquisa em seus diversos aspectos.

Inicialmente, será feita uma abordagem acerca do aspecto preventivo da atividade policial militar, com vistas a contextualizar a Polícia Militar de Minas Gerais nessa conjuntura.

Em seguida, tratar-se-á, especificamente, do serviço PVD, quando se analisarão sua base teórica e sua estrutura de funcionamento.

Por último, far-se-á exposição da região que receberá a pesquisa (área do Quadragésimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar – 41º Batalhão). Serão abordados aspectos históricos, humanos, sociais e de incidência criminal da área.

#### **3.1 Prevenção e Polícia Militar**

A Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) é uma Instituição legalmente constituída e tem sua missão primordial prevista pela Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

Em nível estadual, a Constituição do Estado de Minas Gerais, de 21 de setembro de 1989, também traz princípios que norteiam o trabalho da PMMG.

Internamente, a Lei Estadual n. 6 624, de 18 de julho de 1975, dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Trata-se da Lei de Organização Básica da Organização, também conhecida como LOB.

Recentemente, em setembro de 2010, a PMMG publicou a Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública (DPSSP) nº 3.01.01/2010, a qual se consubstanciou na Diretriz Geral para Emprego Operacional da PMMG (DGEOp). Trata-se da regulamentação do emprego operacional da Polícia Militar, buscando-se adequar a Instituição à nova realidade social, cultural e econômica pela qual passa o Estado de Minas e o país, especialmente pelo processo de solidificação dos princípios de liberdade e cidadania garantidos pela Constituição da República.

Segundo o art. 144, § 5º, da Constituição Federal, a missão das Polícias Militares é a “polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”.

Por seu turno, a constituição Estadual, conforme art. 142, I, confere à PMMG o papel de

[...] “polícia ostensiva de **prevenção criminal**, de **segurança**, de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais e as atividades relacionadas com a **preservação** e restauração da ordem pública, além da **garantia** do exercício do poder de polícia dos órgãos e entidades públicos [...] (destaque nosso).

A LOB amplia um pouco mais as funções da Instituição, assinalando, em seu art. 2º, o seguinte:

Art. 2º - Compete à Polícia Militar:

I - com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o **policimento ostensivo**, fardado, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos. (Alteração dada pela Lei nº 9089, de 13Dez85)

II - **atuar de maneira preventiva**, como força de dissuasão em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem;

III - atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas [...] (destaque nosso).

Percebe-se, desde logo, que a base normativa e de estruturação da Polícia Militar a inclui num rol de atividades voltadas à prevenção. Com efeito, de acordo com os dispositivos citados, nota-se que atuações repressivas são atividades excepcionais e, até, extraordinárias. No serviço ordinário, de rotina, o objetivo primordial da Corporação volta-se à prevenção, seja “criminal”, “de segurança”, de “preservação”, de “garantia”, entre outros.

A Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.01/2010, de setembro de 2010, construiu uma base normativa e doutrinária que fortaleceu, destacadamente, a face preventiva da PMMG. Trata-se de documento cujo objetivo básico é adequar emprego da Instituição às transformações sociais surgidas a partir da década de 90. Conforme assinala a Diretriz, com a nova Constituição de 1988, iniciou-se um processo de rompimento com a estrutura histórica anterior, para se inaugurar e sedimentar uma nova fase, em que incontidas transformações sociais culminaram com sedimentação paulatina do Estado Democrático de Direito (MINAS GERAIS, 2010).

A PMMG teve, então, redesenhada sua missão, antes de uma polícia de controle, voltada à defesa do Estado, para uma polícia cidadã, focada na defesa e proteção da cidadania e dos direitos humanos. Nesse cenário, a DGEOp se prestou a funcionar como base “normativa, genérica e principiológica em relação às demais normas e diretrizes da Corporação” (MINAS GERAIS, 2010, p.11).

Com essa nova referência interpretativa, a norma constitucional para as polícias militares (art. 144, §5º) é interpretada em “[...] atenção ao bem estar das pessoas, à garantia dos direitos fundamentais, ao livre exercício da cidadania, enfim, à valorização da **segurança**

**cidadã** e humana [...]”, com foco na “[...] **proteção, garantia e estabilidade**”. Para a missão da PMMG, a DGEOp assinala o “promover e assegurar a **dignidade da pessoa humana, as liberdades e os direitos fundamentais dos cidadãos** [...]”. Fica claro, portanto, que o exercício da atividade policial militar elegeu como pressuposto, como condição *sine qua non*, o bem estar, a liberdade, a dignidade, a sensação de segurança, a paz social. Do policial militar em serviço nas ruas, passa-se a esperar uma postura de protetor, de garantidor – da segurança, liberdade e da dignidade das pessoas (MINAS GERAIS, 2010, p. 13, 14 e 17, destaque nosso).

Ainda com foco em atrelar a missão institucional da Polícia Militar à garantia da cidadania, à proteção e à prevenção, assinala a DGEOp que:

[...] proteção da vida e da dignidade humana, promover sensação de segurança, garantir o direito de ir e vir, direito a propriedade, resolver conflitos e assegurar os mais importantes processos e direitos - como eleições livres, liberdade de expressão e liberdade de associação - em cujas bases repousam uma sociedade livre, justa e fraterna. O vigor da democracia e a qualidade de vida desejada por seus cidadãos são dependentes da habilidade da polícia em cumprir suas obrigações (MINAS GERAIS, 2010, p. 17).

Ao tratar dos objetivos estratégicos da Instituição, a Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.01/2010 destaca que o foco do trabalho deve ser o cidadão e a sociedade. Dessa forma, o que se quer é:

[...] ser uma organização pública voltada para o cidadão como foco principal, desenvolvendo ações que geram valor para o usuário dos nossos serviços, como a funcionalidade, qualidade, tempo de resposta, satisfação do usuário e imagem positiva da Polícia Militar (MINAS GERAIS, 2010, p. 20).

Clara e inequívoca fica, portanto, a vocação que se espera da Polícia Militar: defesa da cidadania, da democracia, das liberdades pessoais, proteção e amparo.

Fortalece-se, ainda mais, o aspecto preventivo que se espera da PMMG, promovendo-se a uma “ênfase na ação preventiva”, com obediência a “[...] um criterioso planejamento, elaborado em bases realísticas, que atente para as informações pertinentes à defesa pública e que propicie a alocação de recursos humanos e materiais com base nas informações gerenciais da segurança pública” (MINAS GERAIS, 2010, p. 26).

Para tanto (ênfase na ação preventiva), é proposto um esquema, um modelo para nortear a atuação policial. Nessa perspectiva, o que se procura é desenvolver ações focadas em potenciais autores de ilícitos e no ambiente social. De igual forma, as estratégias de planejamento buscam inibir a vontade criminosa do agente e criar obstáculos à oportunidade da ação delituosa.

A FIG. 2 apresenta uma oportunidade de visualização do modelo pretendido para a prevenção (MINAS GERAIS, 2010, p. 26).

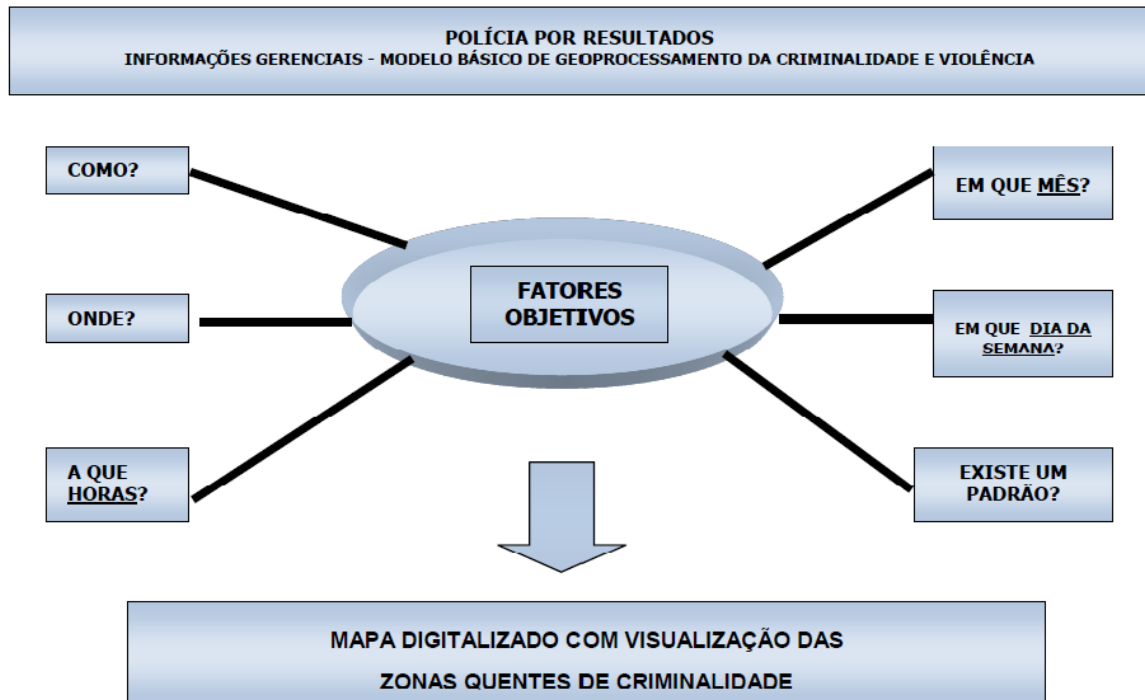


FIGURA 2 - Modelo para geoprocessamento da criminalidade e violência na Polícia Militar de Minas Gerais focando autores de ilícitos e ambiente – ago. 2011  
Fonte: MINAS GERAIS - POLÍCIA MILITAR, 2010.

Ainda sobre o mesmo tema, propõe-se um modelo de patrulhamento preventivo voltado à redução das oportunidades do crime. Para tanto, utiliza a “teoria das oportunidades ou das atividades rotineiras”, com base na qual se construiu o diagrama apresentado na FIG. 3 (MINAS GERAIS, 2010, p. 26).

Sobre a teoria das atividades rotineiras<sup>10</sup>, conforme Moreira (2006, p. 74), condiciona-se que, para que um crime ocorra, precisam estar reunidas condições ideais para isso. Essas condições exigem convergência “[...] no tempo e no espaço do agressor e da vítima na ausência de um guardião capaz (de impedir o crime)”.

<sup>10</sup> Não é objetivo deste trabalho aprofundar estudo dessa teoria, citando-se-a apenas superficialmente para indicar o direcionamento que a PMMG vem adotando e que se manifesta mais claramente no serviço PVD.



FIGURA 3 - Diagrama ilustrando a orientação esperada da Polícia Militar Minas Gerais para atuação face à teorias das oportunidades ou das atividades rotineiras  
 Fonte: MINAS GERAIS. POLÍCIA MILITAR, 2010.

Assim, ao focar suas ações nos potenciais autores de ilícitos e no ambiente social, tanto para inibir a vontade criminosa quanto para criar obstáculos à ação delinvente, aflora, mais uma vez, a missão preventiva da PMMG. Como se vê, busca-se, primordialmente, evitar que o crime aconteça, e isso é prevenção (MINAS GERAIS, 2010).

Conclui-se, portanto, estar claro o papel preventivo da PMMG. Essa noção inicia-se com a missão geral prevista pela Constituição da República (“polícia ostensiva e preservação da ordem pública”) e encontra seu ápice na versão mais técnica e refinada proposta pela Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.01/2010 (MINAS GERAIS, 2010).

É exatamente por esse viés de interpretação que nasce o serviço PVD. Trata-se, por excelência, de atividade de prevenção, voltada à proteção, ao amparo, ao acolhimento e, igualmente, ao fortalecimento da cidadania e os direitos fundamentais das pessoas.

Em sequência, desenvolver-se-á análise mais detalhada sobre o serviço (PVD), bem como sobre sua articulação na área em estudo (41º BPM).

### 3.2 O serviço de Prevenção à Violência Doméstica (PVD)

O serviço PVD é uma nova modalidade de policiamento criada na Primeira Região da Polícia Militar (1ª RPM) em meados do mês de junho do ano de 2010. Trata-se de atividade voltada exclusivamente à prevenção da violência doméstica.

A estrutura normativa e doutrinária do serviço encontra-se formalizada na Instrução n. 01 da Primeira Região de Polícia Militar, publicada em 03 de janeiro de 2011.

Diz-se formalizada porque a implantação do serviço se deu em junho de 2010, portanto, antes da vigência da Instrução 01/2011 – 1 RPM (MINAS GERAIS, 2011). Isso faz pressupor um estudo anterior do problema, que tenha despertado a necessidade de se criar um serviço específico para proteção e amparo às incontáveis vítimas de violência doméstica que constam em registros de ocorrências policiais militares.

Com efeito, o gérmen do serviço e a consciência da existência de um grupo inumerável de pessoas padecendo de sofrimentos terríveis por força da violência doméstica surgem antes.

Em 2006, por intermédio de uma Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública (CEGESP/2006), o assunto recebe uma análise mais detida.

Àquela época, chama-se atenção para o fato de que a PMMG estava deixando passar despercebida a questão (violência doméstica) e mantendo na invisibilidade considerável quantidade de pessoas vitimadas pela violência conjugal.

O trabalho mostra que a Polícia Militar, em certa medida, até contribuía (pela omissão) para a continuidade do drama das vítimas.

Discute-se a relevância da violência doméstica e da vitimização repetida, descortinando-se o problema e conclamando-se a Polícia Militar a olhar com mais acuidade para a questão.

Torna-se, então, necessário ver as vítimas de violência doméstica, conhecer seus sofrimentos, as violações e privações por que passam e, o principal de tudo, percebe-se que algo precisa ser feito. Não se admite mais o silenciar-se ou o omitir-se diante de tão grave problema.

Assim nasce o estudo que, em verdade, consubstancia-se na base teórica do serviço PVD e representa um novo olhar da Polícia Militar sobre a violência doméstica.

O autor, Cícero Nunes Moreira, à época Tenente Coronel da Polícia Militar, desenvolve minuciosa pesquisa, bibliográfica e de campo, sobre a violência doméstica repetida e o resultado a que se chega, redundando, em momento futuro (junho de 2010) na criação do serviço PVD.

O próprio tema do trabalho, “A passar de largo: vitimização repetida e violência conjugal”, já insinua a gravidade do problema: mesmas vítimas sofrendo repetidas agressões e o olhar policial “passando de largo”, ou seja, não se importando, não vendo e mantendo a invisibilidade, tanto das vítimas quanto da violência conjugal (MOREIRA, 2006).

O estudo se ocupa em mostrar a compreensão do sentido e da amplitude da violência doméstica, passeando pelas teorias feminista e não-feminista.

Mostra também aspectos da vitimização repetida e como ela se dá nos casos de violência doméstica. O trabalho se atém também à forma como os policiais percebem a questão (violência conjugal).

A pesquisa de campo, desenvolvida na subárea da 10ª Companhia Especial do 5º Batalhão de Polícia Militar (10ª Cia PM Esp./5º BPM), aborda ocorrências típicas de violência doméstica havidas em Belo Horizonte, entendendo-se como tal:

[...] o atrito verbal, a ameaça, a vias de fato (agressão), a lesão corporal, o homicídio tentado e o homicídio consumado. [e que] O padrão de incidentes de violência doméstica da 10ª Companhia Especial do 5º Batalhão é o mesmo que está presente na Cidade [Belo Horizonte] e está também em conformidade com a estatística da Delegacia da Mulher e com as observações de Cerqueira (2001) (MOREIRA, 2006, p. 80).

Com relação aos policiais que atuam diretamente na área (10ª Cia PM Esp.) e no serviço, a pesquisa mostra que eles não compreendem bem o fenômeno e que se sentem frustrados ao lidar com ele (com a violência conjugal). Ante a repetição de registros e a continuidade da violência, os policiais não conseguem vislumbrar uma solução ao caso e desenvolvem o sentimento de frustração (MOREIRA, 2006).

Com relação ao registro das ocorrências típicas, a pesquisa mostra que, entre os anos de 2004 e 2005, há concentração da natureza dos crimes contra a pessoa e ainda alto índice de revitimização:

[...] as maiores incidências de crimes contra a pessoa, nas naturezas selecionadas são ameaça, vias de fato/agressão e lesão corporal [...] [que] reunidas perfazem um total de 77,42% do total das ocorrências atendidas e registradas pela Polícia Militar em Belo Horizonte no período estudado (MOREIRA, 2006, p. 82)

[...] 40,61% do total das ocorrências atendidas e registradas na subárea da 10ª Companhia, no período de 2004 e 2005, dizem [diziam] respeito a endereços repetidos, sendo, por isso, uma indicação de concentração de violência doméstica (MOREIRA, 2006, p. 80).

Dentre as vítimas pesquisadas, identificou-se que 50% delas “foram atendidas mais de cinco vezes”, outras dizendo que foram “quatro” ou “três” vezes” (MOREIRA, 2006, p. 100).

Destaque-se o relato de uma das vítimas, que registrou cento e sessenta e oito ocorrências de agressão, ou, falando-se de outra forma, foi agredida quase duzentas vezes. Ela foi identificada por Moreira como V05 e informou que “da última vez em que estive no DP [...] começaram a contar as ocorrências e desistiram na 168 [...]” (MOREIRA, 2006, p. 100 ).

Outra conclusão da pesquisa foi que 60% das vítimas já vinham experimentando agressões há, pelo menos, 2 anos. Elas “[...] declararam estar sofrendo agressões há mais de dois anos e 10% há cerca de dois anos [...]” (MOREIRA, 2006, p. 101).

Quando abordou a percepção dos policiais militares sobre a violência conjugal, a pesquisa mostrou que os policiais não vislumbravam atenção especial da PMMG com o tema. Para eles, a:

[...] violência doméstica não é tratada como prioridade. [e, ainda, que] Os Policiais Militares não são treinados para lidar com a violência doméstica e não existem procedimentos padronizados para o atendimento da violência conjugal [...] (MOREIRA, 2006, p. 118-119).

Outra informação que se obtém na pesquisa é a de que os policiais percebem certa impotência da PMMG em solucionar o problema das vítimas. Eles “[...] deixam claro que as providências da Polícia Militar não são suficientes para o enfrentamento da violência doméstica[...].” (MOREIRA, 2006, p. 118).

Mostra-se ainda o sentimento de frustração que acomete os militares, os quais, apesar de:

[...] em sua maioria, trabalham [trabalharem] junto à mesma comunidade há pelo menos quatro anos, havendo um número significativo deles que trabalha há mais de dez anos na Companhia [10ª Companhia Esp PM], conhecendo e sendo conhecidos pela comunidade, 88,3% deles afirmaram se sentirem frustrados em relação à questão [...] (MOREIRA, 2006, p. 124).

Esses resultados conduzem, entre outras, à conclusão de que as respostas da Polícia Militar para a violência conjugal não são suficientes para enfrentar o problema (MOREIRA, 2006, p. 135).

Diante disso, apresentam-se sugestões para enfrentamento mais adequado, as quais, dentre outras, incluem:

[...]  
Desenvolver uma metodologia de intervenção integrada que envolva além da Polícia Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário e, principalmente, o Poder Público Municipal para a provisão de serviços de assistência social e assistência à vítima;

[...]

Criar rotina informatizada (sistema de alarme) que identifique a vítima e o agressor repetido com a finalidade da adoção de medidas preventivas [...]

[...]

Criação de uma Policial de Violência Doméstica que tenha entre outras funções identificar vítimas e agressores repetidos, realizar visitas após a primeira resposta às vítimas de crime, prover ligação com outras agências (abrigos, serviços de atendimento, Ministério Público, etc.), oferecer suporte à vítima, fornecer informações às vítimas, preparar material educativo, realizar campanhas de prevenção, organizar redes de proteção, e outros;

[...]

Desenvolver material e campanhas educativas dirigidas aos agressores, às vítimas e aos Policiais Militares;

[...]

Identificados casos de violência conjugal repetida, desenvolver respostas preventivas para todo o ciclo de violência que inclua advertências legais ao agressor, visitas da Polícia de Violência Doméstica e dos Policiais que trabalham no rádio patrulhamento [...] (MOREIRA, 2006, p. 135-136).

A pesquisa de Moreira (2006) explicita que a questão da violência conjugal e repetida na área da 10ª Companhia Esp. PM é parte da realidade local. Mostra também que esses mesmos resultados poderiam ser estendidos a toda a capital (Belo Horizonte).

Ao final, ao concluir que as respostas da Polícia Militar não são suficientes para enfrentar o problema, Moreira (2006) sugere a adoção de medidas específicas e pontuais para lidar com a questão.

Dessa forma, está-se diante do gérmen do serviço PVD, o qual, nem mais nem menos, representa a resposta específica ao problema da violência conjugal e repetida, nos exatos moldes sugeridos por Moreira (2006).

O fato de o gérmen do serviço surgir com Moreira (2006) permite, até mesmo, sua implantação antes da publicação da Instrução 01/2011-1ª RPM (MINAS GERAIS, 2011), que lhe dá sustentação normativa e doutrinária.

O lançamento do serviço ocorre na 1ª RPM em 14 de junho de 2010<sup>11</sup>, portanto, cerca de seis meses antes da publicação da Instrução 01/2011-1ª RPM.

Esse distanciamento, contudo e conforme já dito, não representa prejuízo algum, pois o estudo anterior (MOREIRA, 2006) já indica o caminho que o serviço deverá seguir. Ademais, coincidência ou não, à época da implementação do serviço PVD na 1ª RPM, o comandante da Região (da 1ª RPM) é a mesma pessoa que desenvolveu o estudo de 2006<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Informação obtida na 1ª RPM, na Secretaria /Seção PVD.

<sup>12</sup> O Coronel da Polícia Militar Cícero Nunes Moreira, atualmente no quadro de Oficiais da Reserva da PMMG, foi o autor do estudo de 2006 e também o responsável pela criação, lançamento e implementação do serviço PVD na 1ª RPM. Pode-se dizer que ele foi mentor dos dois processos, quais sejam, o descortinamento do problema da violência conjugal repetida e a apresentação/execução de uma proposta de solução.

Em razão dessas questões, para caracterização do serviço PVD, será tomado por base os conceitos constantes na Instrução 01/2011 – 1 RPM (MINAS GERAIS, 2011). Tal ocorrerá pelas seguintes razões: ter sido norma criada exclusivamente para disciplinar o serviço; ter sido formalizada cerca de seis meses após o lançamento do serviço (portanto, já após alguma sedimentação da execução da atividade); por representar a implementação de algumas das soluções propostas em Moreira (2006), sendo, portanto, o produto final de um trabalho que nasceu cerca de cinco anos antes.

O serviço é elaborado com base em princípios transversalizados e integralizados de direitos humanos. É o caso:

Do princípio constitucional da eficiência, regente dos atos da Administração Pública, contido no art. 37, caput, da Constituição Federal, e art. 13, caput, da Constituição do Estado de Minas Gerais;

Dos objetivos gerais e específicos estabelecidos no capítulo 4, do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, especialmente em seus itens: “I – Proporcionar às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado, integral e qualificado nos serviços especializados e na rede de atendimento; II – Desconstruir estereótipos e representação de gênero, além de mitos e preconceitos em relação à violência contra a mulher; [...] e VII – Promover integração e articulação dos serviços e instituições de atendimento à mulher em situação de violência, por meio da implantação e fortalecimento da Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência”.

Dos “eixos essenciais da segurança pública”, definidos pela SENASP/MJ em 2003: a “reorganização institucional dos órgãos de segurança pública e sua integração sistêmica”; a “formação e valorização de seus profissionais”; o “aperfeiçoamento das práticas de produção e gestão do conhecimento”; o “desenvolvimento de ações preventivas planejadas e focalizadas” [...]

Do art. 3 da lei nº 11.340/06 “Lei Maria da Penha” que prevê o desenvolvimento de políticas por parte do poder público para garantir o efetivo exercício dos direitos pelas mulheres [...]

Das políticas institucionais de operações da Polícia Militar de Minas Gerais, contidas no Plano Estratégico 2009-2011, com o objetivo de implementar serviços com equilíbrio entre atividades de prevenção e repressão qualificada [...] (MINAS GERAIS, 2011, p. 4, destaque do autor).

A atividade PVD tem por objetivo inicial apenas o atendimento às mulheres vitimadas pela violência doméstica, prevendo, em momento futuro, uma atuação voltada a toda a família (MINAS GERAIS, 2011).

Em sua concepção, prevê-se atuação em duas frentes, denominadas primeira e segunda respostas, destinadas a funcionar de maneira independente, mas interligada.

A primeira resposta corresponde ao atendimento imediato de uma ocorrência em que haja violência doméstica, seja originada de ligação ao 190 ou atendida por iniciativa de uma patrulha de serviço.

Já a segunda resposta é composta por militares que têm a incumbência de retornar ao endereço onde houve o registro (de algum evento de violência doméstica) pela primeira resposta e fazer um acompanhamento do caso.

O serviço (segunda resposta) é executado por uma viatura específica para a atividade e é composto por policiais próprios e especializados, devidamente treinados e instruídos sobre como lidar com a questão. A guarnição de segunda resposta é prevista para funcionar com três militares, dois do sexo masculino e uma policial feminina, e as visitas que fazem não têm limite no tempo. O objetivo é proporcionar proteção às vítimas e impedir a explosão de novo evento de violência.

Em cada Batalhão, o grupo de segunda resposta deve estar vinculado ao NPA (Núcleo de Prevenção Ativa) da Seção de Planejamento e Operações da Unidade e ter a seguinte composição:

- a) um (a) Coordenador (a) Geral;
- b) 06 (seis) policiais militares, divididos em duas equipes, devendo cada uma delas ser, preferencialmente, composta por, no mínimo, uma policial feminina [...] sendo imprescindível que as equipes tenham policiais do sexo masculino e feminino para lidar tanto com agressores quanto com as vítimas [...] (MINAS GERAIS, 2011, p. 19).

Trata-se de atividade destinada a promover orientação, proteção e acolhimento. Embora o foco inicial seja proteção específica às mulheres vitimadas, são destinatários do serviço tanto vítimas quanto autores.

Relativamente às primeiras (vítimas), os policiais, da segunda resposta, transmitem orientações e explicações sobre os dispositivos jurídico/legais que incidem sobre a violência doméstica e indicam também Instituições públicas e não governamentais, que prestam ajuda nesses casos. É dada especial atenção à Lei Federal n. 11 340 de 2006 (Lei Maria da Penha), cujo fim consiste em criar mecanismos que coíbam a “violência doméstica e familiar contra a mulher”.

Dessa forma, o serviço PVD busca fortalecer e empoderar as vítimas, seja pela proteção de fato (a presença, perene, do policial no lar vítima de agressão através das visitas), seja pelas orientações sobre direitos juridicamente assegurados.

Já a atividade voltada aos autores tem por objetivo inibir o comportamento agressivo deles, tanto pela apresentação às sanções legais a que estão sujeitos, quanto pela orientação sobre condutas positivas a adotar e encaminhamento a órgãos de ajuda (principalmente em casos de alcoolismo).

Conforme a Instrução 01/2011 – 1 RPM (MINAS GERAIS, 2011, p. 11), a atuação do serviço PVD deve funcionar seguindo-se os conceitos da abordagem das atividades rotineiras e de triângulo do crime, ou “triângulo para análise do problema” (FIG. 4). O que se pretende com essa inovação é alargar o foco de atuação da polícia, de modo a romper com o modelo tradicional de polícia, focado apenas no agressor, para considerar também todo o ambiente em que se desenvolve o crime. Procura-se, então, alterar a postura da:

[...] polícia [que], tradicionalmente, lida com o crime tendo com o foco o agressor, esforçando-se para identificá-lo e para prendê-lo. A abordagem das atividades rotineiras, no entanto, requer que se examine uma gama maior de fatores, dentre eles as informações sobre as vítimas, sobre os autores e, ainda, sobre o local da agressão (MINAS GERAIS, 2011, p.11).

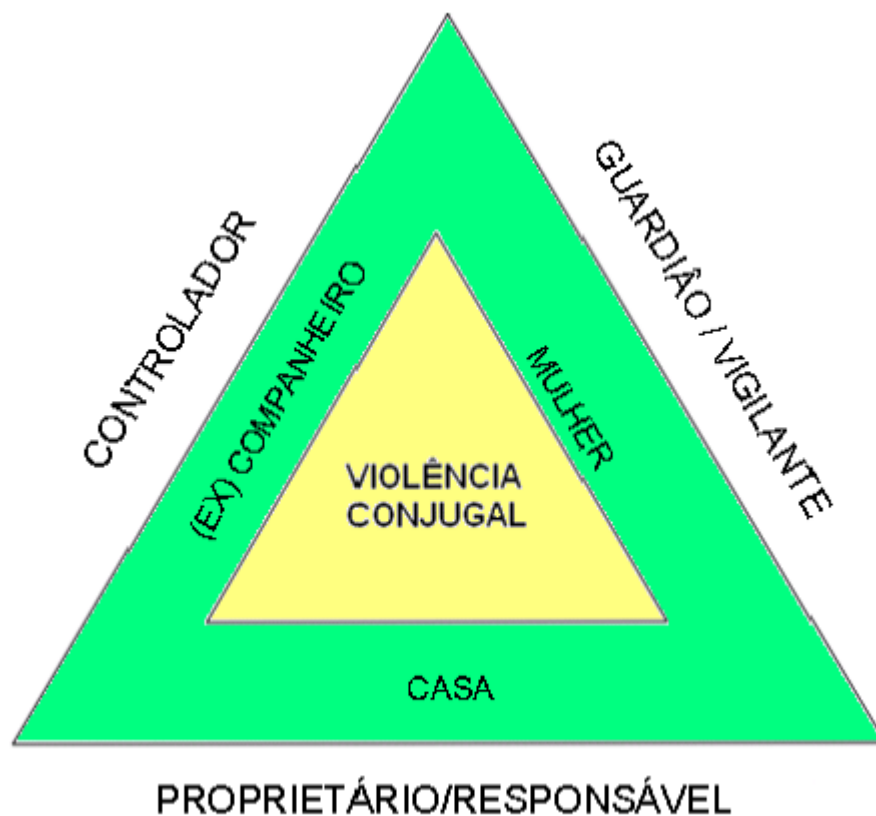


FIGURA 4: Triângulo do crime (violência conjugal) proposto para nortear o serviço de prevenção à violência doméstica da Polícia Militar de Minas Gerais – ago. 2011  
Fonte: MINAS GERAIS. POLÍCIA MILITAR, 2011.

Nesse modelo de triângulo do crime, os seus lados representam o “agressor”, o “alvo (vítima ou objeto)” e o “local”. A interpretação que se propõe é a seguinte:

Ao Triângulo original, conforme Clarke e Eck (2003), foi adicionado o triângulo externo de controladores para cada lado do triângulo interno. Assim, para a vítima, o controlador seria qualquer pessoa que possa protegê-la, o que inclui amigos, familiares, colegas de trabalho, vizinhos, vigilantes e policiais etc.

[...]

Para o agressor, o controlador seria alguém que o conheça bem, que esteja em posição de controle e com capacidade de influenciá-lo para que o crime não aconteça. Pais, irmãos, professores, amigos e chefes são exemplos de controladores.

Em relação ao local, os controladores podem ser o gerente, o proprietário, o motorista do ônibus, o professor na sala de aula, ou seja, alguém que tenha responsabilidade sobre o ambiente (MINAS GERAIS, 2011, p. 11-12).

O serviço PVD, para obter sucesso, deve desenvolver ações voltadas para cada um dos lados do triângulo, contudo não se está diante de tarefa simples. Como a violência doméstica, via de regra, ocorre em espaço privado, dentro de casa, e os policiais promovem suas ações focadas nos espaços públicos, tem-se um dificultador (MINAS GERAIS, 2011).

Diante disso, na busca de um caminho objetivo e prático para o serviço, propõe-se uma atuação dentro do modelo da abordagem feminista da violência conjugal, no chamado ciclo da violência, já descrito na subseção **2.3** deste estudo (MINAS GERAIS, 2011).

O ciclo, composto de três fases (construção da tensão, explosão da violência e lua de mel), conforme Soares (1999), não conhece limites no tempo e mantém agressor e vítima ligados numa espécie de simbiose doentia e ininterrupta.

Assinala a Instrução 01/2011 – 1 RPM que, em regra, os policiais, tradicionalmente, em casos de violência doméstica, atuam apenas na segunda fase do ciclo (a explosão da tensão), quando, após ser agredida, a vítima aciona a Polícia Militar:

[...] Quando solicitada, a Polícia Militar atua, na segunda fase do ciclo (explosão da violência), fazendo a mediação do conflito no local onde ocorreu e a condução do agressor ou “das partes” para a delegacia. A partir daí, não ocorre qualquer outra participação da PM no ciclo da violência que determine a sua interrupção e, dessa forma, previna a repetição da agressão (MINAS GERAIS, 2011, p. 14, destaque do autor).

Dessa forma, o serviço PVD nasce com o objetivo de preencher essa lacuna, ou seja, busca-se balizar seus procedimentos pelo triângulo do crime e pela abordagem das atividades rotineiras. Espera-se a promoção da:

[...] organização e da implementação de ações abrangentes e direcionadas para cada um dos lados do Triângulo do Crime e, simultaneamente, para as três fases do ciclo de violência doméstica contra a mulher. As ações projetadas tem como meta a quebra desse ciclo e a interrupção da reincidência das agressões (MINAS GERAIS, 2011, p. 14).

Para cumprir esse modelo de atuação, o serviço PVD (a segunda resposta), de acordo com a Instrução 01/2011 – 1 RPM, recebe incumbências pontuais, dentre as quais, cita-se:

- a) implementar o treinamento dos encarregados da Primeira Resposta do Serviço de Prevenção à Violência Doméstica;
- [...]
- c) monitorar a incidência dos crimes de violência doméstica;
- d) identificar agressores e vítimas repetidos;
- [...]
- f) melhorar o sistema de identificação das ocorrências em que há violência doméstica;
- g) realizar visitas preventivas direcionadas a agressores e a vítimas;
- h) apresentar, durante as visitas preventivas, a Lei Maria da Penha, tanto para os agressores, quanto para as vítimas;
- i) realizar avaliações de risco;
- [...]
- l) promover campanhas de prevenção;
- m) controlar, em casos selecionados e de acordo com a avaliação de risco, o cumprimento de medidas protetivas [...] (MINAS GERAIS, 2011, p. 14-15).

Como metas específicas, assinala a Instrução 01/2011 – 1 RPM que as equipes de segunda resposta deverão:

- [...] seguir o protocolo de atendimento, conforme o ANEXO “B”<sup>13</sup>, e, para tanto, reunir-se-á semanalmente para análise e para definição de rotina de trabalho, decidindo qual o nível de intervenção e qual o encaminhamento adequado para cada caso [...].
- [...] [direcionar] o repertório de respostas desenvolvidas pelo grupo inclui ações direcionadas para os lados do Triângulo do Crime: para o agressor, para a vítima e para o local, incluindo, não apenas o triângulo interno, mas também os controladores.
- Todas as ações serão desenvolvidas com o objetivo de *quebrar o ciclo da violência*, impedindo que a elevação da tensão culmine em outra agressão (MINAS GERAIS, 2011, p. 18, destaque do autor).

A Instrução 01/2011 – 1 RPM prevê também ações específicas para os policiais de primeira resposta. Dentre elas, destaca-se:

- a) cumprir o protocolo de atendimento para as ocorrências de violência doméstica contido no ANEXO “A” da presente Instrução;
- b) estabelecer contatos e enviar ao Serviço de Segunda Resposta as informações que lhe sejam pertinentes;
- Após o atendimento, os policiais identificarão o boletim de ocorrência e remeterão cópia do mesmo, por meio eletrônico ou impresso, ao grupo encarregado da Segunda Resposta (MINAS GERAIS, 2011, p. 16-17).

---

<sup>13</sup> Os anexos A e B à Instrução 01/1RPM-2011 correspondem a um conjunto de orientações sobre os procedimentos que os policiais (primeira e segunda respostas) deverão adotar em um local de ocorrência. As orientações são pontuais, como, por exemplo, sobre o contato inicial, a forma de entrar na residência, de entrevistar vítimas e agressores, de lidar com as crianças, etc. Por não se tratar do objeto principal da presente pesquisa, neste trabalho, não se aprofundará no estudo dos procedimentos operacionais. A quem interessar conhecer mais esses procedimentos, indica-se a própria Instrução 01/1RPM-2011 (MINAS GERAIS, 2011).

Além das orientações individuais às primeira e segunda respostas, projetou-se uma melhoria geral no trato da violência doméstica. Dessa forma, alguns resultados qualitativos gerais foram esperados, como consequência da implantação do serviço PVD. Esses resultados, ou metas qualitativas, representam o cerne da presente monografia, motivo pelo qual foram transformados em indicadores para a avaliação da execução do serviço na área do 41º BPM. São os seguintes:

[...] aumento da motivação e da satisfação do policial para atender os incidentes de violência doméstica;  
 [...] redução da incidência das ocorrências de violência doméstica e de ocorrências repetidas dessa natureza;  
 [...] aumento da segurança subjetiva das vítimas;  
 [...] melhoria da qualidade de atendimento (MINAS GERAIS, 2011, p. 23).

O serviço (PVD), portanto, tem por objetivo influir no trato com a violência doméstica em todo o Batalhão. Esperam-se dos policiais da segunda resposta, resultados nada modestos, pois são seis policiais apenas, para atuar num Batalhão no qual servem cerca de 500 outros policiais militares<sup>14</sup>, numa área com 53,58 km<sup>2</sup> e uma população de 282.552 habitantes, conforme se descreverá mais à frente.

Esses seis policiais têm a incumbência de elevar a motivação e o nível de conhecimento dos militares da primeira resposta (sobre a violência doméstica), de maneira a diminuir o sentimento de frustração identificado por Moreira (2006). Devem também gerar melhoria na qualidade do atendimento e aumentar a sensação de segurança das vítimas, e, não menos importante, reduzir a incidência das ocorrências típicas.

É, de fato, uma tarefa gigantesca e complexa e a aferição de sua execução compõe o objeto principal desta pesquisa.

### **3.3 O Quadragésimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar (41º BPM)**

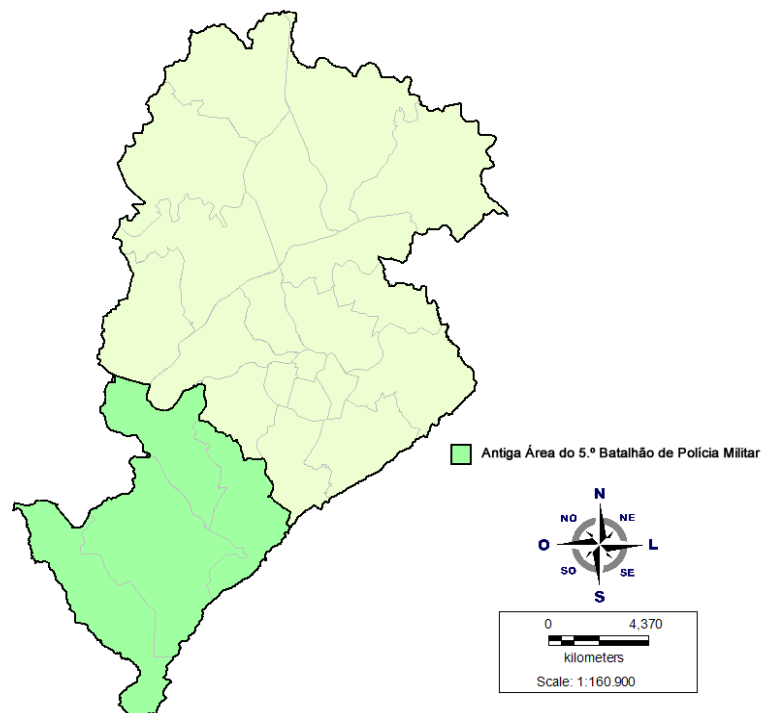
O 41º BPM foi criado e instalado na região do Barreiro, no dia 13 de março de 2006, por força da Resolução n. 3 848. É uma Unidade relativamente nova, nascida da divisão da área de responsabilidade do 5º Batalhão de Polícia Militar (5º BPM), este sediado no bairro Gameleira.

A área do 5º BPM, que, até então, abarcava desde os bairros Salgado Filho e Gameleira até a divisa com o Município de Ibirité, foi dividida em duas.

---

<sup>14</sup> Informações obtidas na Seção de Recursos Humanos do 41º BPM.

O marco divisório foi a Rodovia BR 040 / 262 (Anel Rodoviário), de sorte que toda a antiga área do 5º BPM situada na margem direita do Anel Rodoviário se transformou em 41º BPM. Apenas dois bairros (Pilar e parte do Olhos D'água), ambos situados à direita do Anel Rodoviário, permaneceram sob responsabilidade do 5º BPM. Contudo, está em tramitação um estudo<sup>15</sup> para alocar tais bairros ao 41º BPM. Os mapas da antiga área de responsabilidade do 5º BPM e da nova configuração existente (novo 5º BPM e o 41º BPM) permitem uma identificação espacial dessas duas Unidades da Polícia Militar (MAPAS 1, 2).

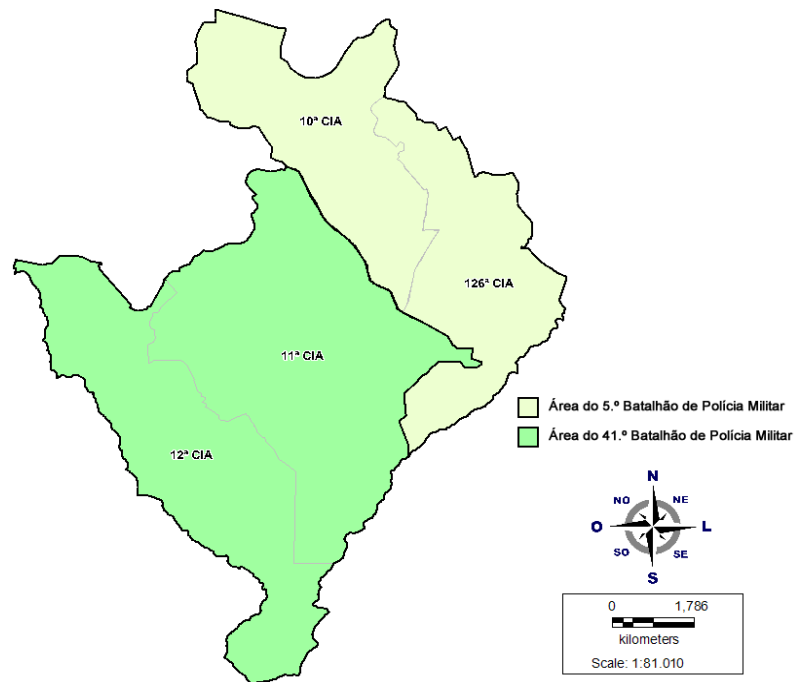


MAPA 1: Antiga área do 5º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011  
 Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais. Seção de Estatística e Geoprocessamento da 1ª Região da Polícia Militar (1 RPM).

Atualmente, o 41º Batalhão funciona com estrutura incompleta no que tange à sua subdivisão em Companhias. A unidade conta apenas com duas Companhias Especiais com responsabilidade territorial e uma Companhia Tático Móvel e não existe, por hora, previsão de data para criação de outras Companhias Especiais<sup>16</sup> (MAPA 2).

<sup>15</sup> Comissão n. 07/2010 – 1 RPM desenvolveu Estudo de Situação finalizado em dezembro de 2010 e apresentou proposta de incorporação dos bairros Pilar e Olhos D'água ao 41º BPM. Um dos objetivos do estudo foi adequar a área do Batalhão à circunscrição territorial da Administração Regional da Prefeitura Municipal (que se diferencia apenas por já possuir tais bairros), num esforço de integração.

<sup>16</sup> Companhia Especial é aquela que tem responsabilidade geográfica por parte do território do Batalhão (subárea) e possui atividades eminentemente ligadas à prevenção. Já a Companhia Tático Móvel atua em toda a área da Unidade e suas atividades ligam-se mais às ações repressivas. Em regra, um Batalhão possui quatro Companhias com responsabilidade territorial e uma Companhia Tático Móvel.



MAPA 2: Divisão da área do 5º Batalhão de Polícia Militar, destacando a nova configuração da Unidade e a área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011  
 Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais. Seção de Estatística e Geoprocessamento da 1ª Região da Polícia Militar (1 RPM).

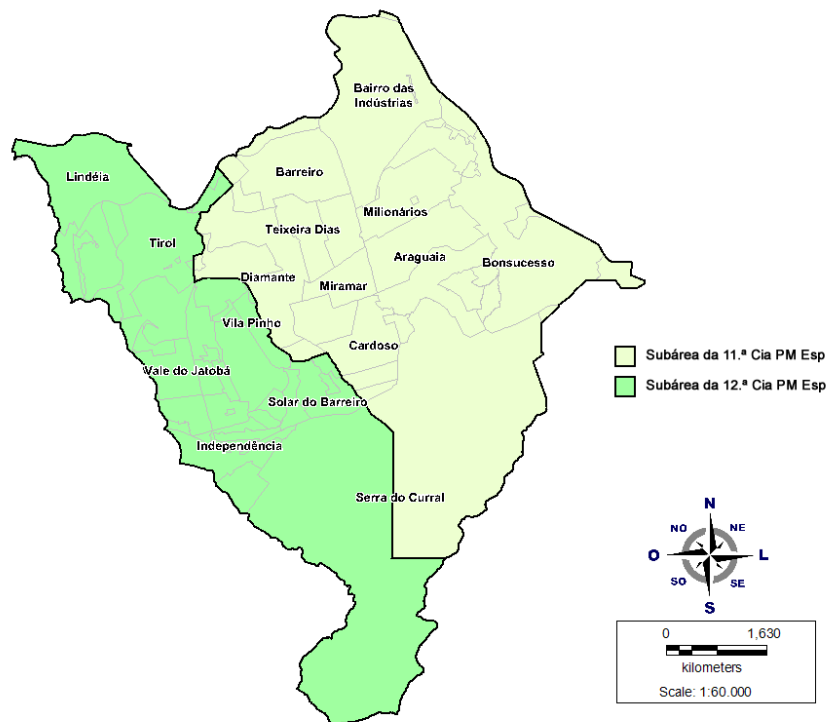
O 41º BPM está situado no município de Belo Horizonte/MG e a área geográfica sob sua responsabilidade, quase na totalidade, coincide com a circunscrição territorial da Secretaria de Administração Regional Municipal Barreiro (SARMU-B) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). A única diferença de território entre as áreas da SARMU-B e do 41º BPM são os bairros Pilar e Olhos D'água (lado direito do Anel Rodoviário). Entretanto, conforme já exposto, existe estudo para alocar tais bairros ao 41º BPM (comissão 07/2010-1 RPM)<sup>17</sup>.

Trata-se de uma área com 53,58 km<sup>2</sup> e uma população de 282.552 habitantes, de acordo com o censo da Fundação Instituto Brasileiro Demográfico de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010<sup>18</sup>.

A Unidade se caracteriza por possuir área urbana extensa e, também, razoável porção de área rural (área verde). Conforme MAPA 3, são 34,63 m<sup>2</sup> de área urbana e 16,40 m<sup>2</sup> de área verde (Serra do Curral).

<sup>17</sup> Devido a essa especificidade, num esforço de manter a fidedignidade dos dados, as informações a ser lançadas sobre a área do 41º BPM já incluirão os dois bairros. Tal se faz necessário porque a fonte pesquisada (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - PBH) fez a divisão por SARMU. Destaque-se que essa dinâmica não trará qualquer prejuízo à compreensão.

<sup>18</sup> Informações obtidas na SARMU-B, através do endereço eletrônico <http://portalpbh.pbh.gov.br>.



MAPA 3: Área do 41º Batalhão de Polícia Militar por bairros e por Companhias Policiais Militares Especiais (Cia PM Esp) – Belo Horizonte – ago. 2011

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais. Seção de Estatística e Geoprocessamento da 1ª Região da Polícia Militar (1 RPM).

A região não apresenta alto índice de ocupação (TAB. 1). De acordo com o censo de 2010, a densidade demográfica está em 4 893,30 habitantes por km<sup>2</sup>. Comparando-se esse índice com o da capital (7 175,68 hab/km<sup>2</sup>), percebe-se que se trata do menor índice entre as SARMU (TAB. 1).

Com relação à condição econômica e social dos habitantes, nota-se uma lógica diferente. Há considerável quantidade de pessoas com baixa renda e o Índice de Desenvolvimento Urbano (IDH) da SARMU-B está entre os mais baixos de Belo Horizonte (TAB. 2).

TABELA 1  
Densidade demográfica por regiões administrativas no período 1999/2010  
Belo Horizonte – ago. 2011

Regional	População			Densidade Demográfica	Taxa Cresc. Anual	
	1991	2000	2010	2010(Hab/Km <sup>2</sup> )	1991/2000(%)	2000/2010(%)
Barreiro	221.072	262.194	282.552	4.893,30	1,91	0,75
Centro Sul	251.481	260.524	272.285	8.380,58	0,39	0,44
Leste	250.032	254.573	249.273	10.091,14	0,20	-0,21
Nordeste	249.693	274.060	291.110	7.152,95	1,04	0,61
Noroeste	340.530	338.100	331.362	5.775,15	-0,08	-0,20
Norte	154.028	193.764	212.953	5.457,90	2,58	0,95
Oeste	249.350	268.124	286.118	10.322,80	0,81	0,65
Pampulha	105.181	141.853	187.315	8.821,52	3,38	2,82
Venda Nova	198.794	245.334	262.183	8.808,23	2,36	0,67
<b>Belo Horizonte</b>	<b>2.020.161</b>	<b>2.238.526</b>	<b>2.375.151</b>	<b>7.175,68</b>	<b>1,16</b>	<b>0,59</b>

Fonte: IBGE CensoDemográfico / Prefeitura de Belo Horizonte.

TABELA 2  
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por regiões administrativas no período  
1991/2000 - Belo Horizonte – ago. 2011

Região Administrativa	IDH		IDH-Renda		IDH - Longevidade		IDH - Educação	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Barreiro	0,730	0,787	0,647	0,697	0,704	0,766	0,839	0,900
Centro Sul	0,868	0,914	0,945	1,000	0,764	0,783	0,895	0,960
Leste	0,787	0,837	0,764	0,807	0,739	0,773	0,859	0,931
Nordeste	0,770	0,826	0,733	0,785	0,728	0,779	0,849	0,915
Noroeste	0,785	0,835	0,752	0,801	0,748	0,790	0,855	0,916
Norte	0,733	0,787	0,661	0,710	0,707	0,749	0,832	0,902
Oeste	0,787	0,853	0,787	0,850	0,714	0,778	0,861	0,931
Pampulha	0,811	0,870	0,815	0,862	0,746	0,812	0,872	0,936
Venda Nova	0,727	0,788	0,648	0,707	0,698	0,716	0,834	0,896
<b>Belo Horizonte</b>	<b>0,791</b>	<b>0,839</b>	<b>0,779</b>	<b>0,828</b>	<b>0,727</b>	<b>0,759</b>	<b>0,866</b>	<b>0,929</b>
<b>RMBH</b>	<b>0,759</b>	<b>0,813</b>	<b>0,730</b>	<b>0,771</b>	<b>0,706</b>	<b>0,762</b>	<b>0,840</b>	<b>0,906</b>

Fonte: Fundação João Pinheiro. Atlas do Desenvolvimento Humano na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A renda per capita na SARMU-B (área do 41º BPM) apresenta radiografia da condição sócio econômica dos habitantes da região. O Barreiro apresenta a menor renda per capita de Belo Horizonte, quando se compara as regiões administrativas da Prefeitura.

A região administrativa (Regional) Centro Sul, por exemplo, apresenta renda 6,23 vezes superior à do Barreiro (TAB. 3).

TABELA 3  
Renda per capita por regiões administrativas no período 1991/2000  
Belo Horizonte – ago. 2011

Região Administrativa	1991	2000
Barreiro	188,60	254,06
Venda Nova	188,82	268,86
Norte	204,18	274,90
Nordeste	315,41	429,02
Noroeste	352,30	472,43
Leste	379,48	491,20
Oeste	436,11	634,71
Pampulha	514,65	680,15
Centro Sul	1.119,02	1.584,28
<b>Belo Horizonte</b>	<b>414,94</b>	<b>557,44</b>
<b>RMBH</b>	<b>309,03</b>	<b>394,34</b>

Fonte: Fundação João Pinheiro. Atlas do Desenvolvimento Humano na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Destaque-se também a análise da população que vive abaixo da linha de pobreza<sup>19</sup>. De acordo com o censo de 2000, na área do 41º BPM, 17,8% dos habitantes se encontra abaixo dessa linha (TAB. 4).

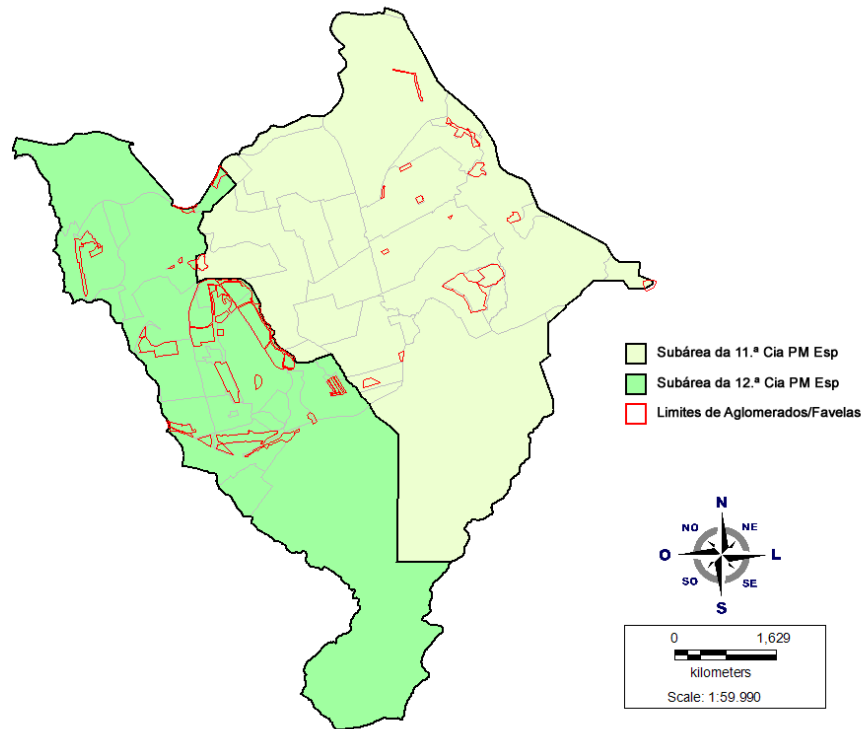
TABELA 4  
Percentual da população abaixo da linha de pobreza por regiões administrativas da  
Prefeitura de Belo Horizonte – ago. 2011

Ano	Total	Regional										Sexo*		Raça/Cor*			
		BA	CS	L	NE	NO	N	O	PA	VN							
1991	18,9	25,6	12,8	16,3	19,3	14,1	26,6	19,6	15,1	25,8	-	-	-	-	-	-	
2000	14,2	17,8	9,1	12,9	14,1	12,1	18,9	14,3	10,7	17,8	13,8	14,1	8,9	21,0	19,6	18,1	

Fonte: Fundação João Pinheiro. Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Belo Horizonte.  
\*Microdados do Censo Demográfico/IBGE.

<sup>19</sup> Para o cálculo desse percentual, conforme Atlas de Desenvolvimento Humano da RMBH/Fundação João Pinheiro, toma-se o número de indivíduos com renda domiciliar per capita mensal inferior a meio salário mínimo, divide-se pela população e multiplica-se o resultado por 100.

Outra característica da área é a distribuição esparsa dos aglomerados urbanos (favelas). A região, embora não possua um grande aglomerado, conta com mais de dez pequenas favelas, regularmente distribuídas pela área do Batalhão. O MAPA 4 mostra a distribuição dos aglomerados.



MAPA 4 - Área do 41º Batalhão de Polícia Militar, mostrando a distribuição espacial dos aglomerados urbanos Belo Horizonte – ago. 2011  
 Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais. Seção de Estatística e Geoprocessamento do 41º Batalhão de Polícia Militar (41º BPM).

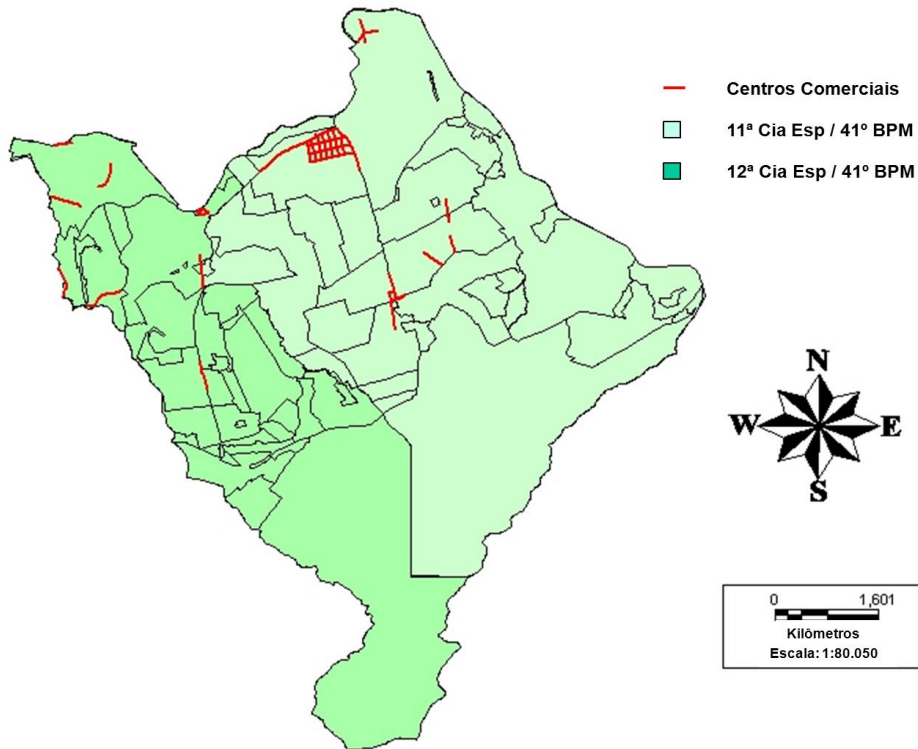
A área conta com uma região comercial muito destacada. O centro comercial do Barreiro está entre os maiores da capital, conjuntamente com Venda Nova e o próprio centro da cidade. Trata-se de um pólo regional de compras.

Em outros setores da Unidade, há também centros comerciais menores, os quais concentram população e movimento econômico, contudo sem a mesma expressão do Barreiro (MAPA 5).

Com respeito à criminalidade, nos dias atuais (julho de 2011), o índice de criminalidade violenta (ICV)<sup>20</sup> é 63,71 para cada 100 000 habitantes.

<sup>20</sup> Índice de criminalidade violenta (ICV) é calculado tomando-se o número de crimes violentos dividido pela população e multiplicando-se o resultado por cem mil (habitantes). São considerados crimes violentos as seguintes naturezas: roubo consumado, homicídio tentado e consumado, extorsão mediante seqüestro, estupro tentado e consumado e seqüestro e cárcere privado. Informações obtidas na Seção de Estatística da 1ª RPM.

Da mesma forma, o índice geral de criminalidade (IC)<sup>21</sup> está na casa dos 373,74 para cada 100.000 habitantes. A quantidade de homicídios na área do 41º BPM, no primeiro semestre do ano de 2011, atingiu um total de 61 ocorrências, dando uma média mensal de 10,16 crimes. Portanto, trata-se de área que demanda atenção especial a essa modalidade delituosa.



MAPA 5 - Distribuição dos centros comerciais na área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais / Seção de Estatística e Geoprocessamento da 1ª Região da Polícia Militar (1 RPM).

Comparando-se os dados citados com os índices totais da capital, percebe-se que os números da Unidade (41º BPM) são inferiores, concluindo-se que, comparada a Belo Horizonte (geral), a área do 41º BPM tem menos eventos, violentos e não violentos, registrados. O ICV de Belo Horizonte (em julho de 2011) está na casa dos 98,31 para cada 100 000 habitantes e o IC, em torno de 519,17 para cada 100 000 habitantes (jul11).

<sup>21</sup> Índice de criminalidade (IC) corresponde ao número de vítimas de todos os crimes registrados (incluindo os violentos) dividido pela população, multiplicando-se o resultado por cem mil (habitantes). Informações obtidas na Seção de Estatística da 1ª RPM.

Para as ocorrências típicas de violência doméstica<sup>22</sup>, a incidência é considerável. Tomando-se por base o primeiro semestre de 2011, registrou-se, em média, 147,83 ocorrências por mês, dando uma média diária de 4,92 ocorrências. Isso significa cerca de cinco vítimas agredidas todos os dias.

Essa é, em linhas gerais, uma pequena noção para fins de contextualização da área do 41º BPM, local alvo desta pesquisa e um dos objetos de estudo.

Nas seções que se seguem, discorrer-se-á sobre a metodologia utilizada para a pesquisa e sobre os resultados a que se chegou.

---

<sup>22</sup> Informações obtidas na Seção de Estatística da 1ª RPM/CINDS. Na seções 4 e 5 desta monografia, apresentar-se-á estudo mais detalhado dessas ocorrências, com análise por natureza e evolução temporal.

## 4 METODOLOGIA

Nesta seção, pretende-se expor o objeto, o problema, a metodologia da pesquisa e as respostas que se espera alcançar.

Far-se-á exposição das hipóteses de pesquisa, das variáveis, dos indicadores, do tipo e das técnicas da pesquisa utilizadas.

O trabalho se propõe a procurar resposta à seguinte pergunta problema: a execução do Serviço de Prevenção à Violência Doméstica, na área do 41º BPM, tem cumprido aos objetivos propostos nas normas que orientam a sua execução?

A hipótese básica é a de que a implementação e execução do serviço PVD, na área do 41º BPM, acarretou melhoria geral no trato com a violência doméstica na área da Unidade.

São levantadas três hipóteses secundárias, quais sejam: que a implementação do serviço PVD propiciou diminuição na quantidade de registros de ocorrências sobre violência doméstica na área do Batalhão; que a implementação e execução do serviço PVD elevou a compreensão dos militares da Unidade (primeira resposta) sobre o significado e extensão da violência doméstica; que a implementação do serviço PVD provocou aumento da confiança na Polícia Militar e elevação na segurança subjetiva das vítimas.

A hipótese básica conta com uma variável independente e outra dependente. Já as hipóteses secundárias contam com uma variável independente e três dependentes.

Para a hipótese básica, a variável independente é a criação, implementação e execução do serviço PVD na área do 41º BPM. Já a variável dependente é a redução da violência doméstica na área da Unidade. Logo, procura-se identificar se o advento do serviço PVD causou redução, de maneira geral, da violência doméstica, ou seja, se cumpriu o fim para o qual se destina.

Relativamente às hipóteses secundárias, a variável independente é, também, a criação, implementação e execução do serviço PVD na área do 41º BPM. Já as variáveis dependentes são a diminuição na quantidade de registro de ocorrências típicas de violência doméstica, uma maior compreensão dos militares da primeira resposta sobre o significado e extensão da violência doméstica e uma maior confiança na Polícia Militar e elevação da segurança subjetiva por parte das vítimas. Aqui, procura-se identificar em que medida são atingidas (e se o são) as metas qualitativas previstas para o serviço PVD, conforme se constou na seção 3 dessa pesquisa (MINAS GERAIS, 2011, p. 23).

Os indicadores escolhidos são a análise estatística dos boletins de ocorrência sobre violência doméstica, a avaliação da compreensão e motivação dos militares da primeira e segunda respostas e a avaliação da satisfação pessoal (e com o serviço PVD) bem como a sensação de segurança e confiança na Polícia Militar por parte das vítimas.

Quanto à metodologia, considerando-se o tema e a pergunta problema, foi necessário descrever e caracterizar o objeto da pesquisa, bem como verificar as relações existentes entre as variáveis. Portanto, trata-se de uma pesquisa do tipo descritiva.

Ainda sobre metodologia, a pesquisa tem natureza quantitativa, com traços de qualitativa. Tal se deu porque se utiliza questionário de perguntas fechadas, mas com algumas questões abertas, as quais são submetidas a análise de conteúdo.

Buscam-se informações que permitam conhecer os reflexos da execução do serviço nos policiais que atuam na primeira e segunda respostas, bem como a sensação de segurança subjetiva e a confiança na Polícia Militar por parte das vítimas.

A pesquisa é quantitativa quando procura conhecer, também, a evolução histórica da quantidade de registros de ocorrências típicas de violência doméstica havidas na área do 41º BPM, antes e após o lançamento do serviço (PVD).

Como técnica de documentação indireta, realiza-se pesquisa bibliográfica, com busca de teorias que explicitam o significado e a abrangência de violência doméstica. Em seguida, estuda-se a base doutrinária e normativa que disciplina, de maneira geral, a PMMG e, de maneira específica, o funcionamento e execução do serviço PVD.

Ainda como documentação indireta, analisa-se estatística de registros de ocorrências típicas de violência doméstica, antes e após a implantação do serviço. Para essa atividade, é utilizada como fonte a base de dados da Polícia Militar (Armazém de dados), que contém o total das ocorrências registradas por região. Levantam-se as informações correspondentes aos doze primeiros meses de existência do serviço e se compara os resultados com o período de doze meses imediatamente anterior.

A documentação direta apresenta-se na forma de pesquisa de campo através de observação direta extensiva, com traços de intensiva, por meio da aplicação de questionário com perguntas fechadas (admitindo perguntas abertas em minoria) aos militares da primeira e segunda respostas e a grupo selecionado de vítimas. Com relação aos militares da primeira resposta, são submetidos ao questionário apenas aqueles que atuam na função de comandante

de guarnição PAC<sup>23</sup>. Já, para a segunda resposta, o questionário foi aplicado a todos os policiais.

São pesquisados os registros de ocorrências típicas de violência doméstica havidas na área da Unidade, bem como os reflexos do serviço PVD nas vítimas e nos militares da primeira e da segunda resposta.

O formulário às vítimas é aplicado por pesquisadoras do sexo feminino, que comparecem às residências das vítimas selecionadas para a pesquisa e fazem a coleta de dados. A razão da utilização desse procedimento é a não interferência no ambiente das entrevistadas. A aplicação direta pelo pesquisador (ou por qualquer outro policial militar fardado) poderia causar constrangimentos ou inibições às respondentes. Acredita-se que a aplicação como se fez traz mais tranquilidade às pesquisadas e confere mais autenticidade e isenção às respostas. Utiliza-se a metodologia de formulário, isto é, as entrevistadoras fazem diretamente as perguntas às vítimas e anotam, elas mesmas, as respostas apresentadas.

Para os policiais militares, tal estratégia não se mostrou necessária e a aplicação do questionário faz-se diretamente pelo pesquisador.

As vítimas são entrevistadas em suas residências e os policiais, na sede das respectivas Companhias e Batalhão, na sala de instrução, quando estão reunidos para o treinamento que antecede o lançamento do turno de serviço.

O universo da pesquisa é a área do 41º BPM, localizada dentro da circunscrição territorial da Secretaria de Administração Regional Municipal Barreiro (SARMU-B) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Portanto, pesquisam-se as vítimas residentes nessa área e os policiais lotados na Unidade (41º BPM).

Para identificar as ocorrências típicas, opta-se por aqueles registros cujas naturezas demandaram atuação das equipes de segunda resposta do 41º Batalhão. Assim, levantam-se os registros de todos os acompanhamentos feitos no período dos primeiros doze meses de implantação do serviço e, desse quantitativo, verifica-se a natureza de cada ocorrência registrada. Identificou-se que, no período em questão (primeiros doze meses de atuação do serviço PVD), as ocorrências alvo de acompanhamento das equipes de segunda resposta são das seguintes naturezas: vias de fato / agressão, ameaça, lesão corporal, outras infrações contra a pessoa, estupro, dano, furto, calúnia e atentado violento ao pudor<sup>24</sup>. Diante disso, considerando que o universo da pesquisa é unicamente a área do 41º BPM, para dar

---

<sup>23</sup> Patrulha de Atendimento Comunitário (PAC) é uma patrulha motorizada, que atua 24h por dia, cujo foco principal é o atendimento ao cidadão e o serviço preventivo.

<sup>24</sup> Informações levantadas no arquivo do serviço PVD do 41º BPM.

mais objetividade ao trabalho, escolhe-se avaliar apenas as ocorrências nas quais, efetivamente, o serviço PVD atuou.

Para análise da evolução histórica dessas ocorrências, filtra-se os dados com base nas vítimas e, em seguida, por meio do sistema de Registro de Eventos de Defesa Social (REDS)<sup>25</sup>, nos formulários dos Boletins de Ocorrência, separam-se aqueles registros em que, no campo “Relação Vítima/Autor”, contenham os seguintes lançamentos: “cônjuge”, “ex-cônjuge”, “passional namoro/caso/companheiro(a)” e “relacionamento extra conjugal”. Tal se faz necessário para diferenciar, entre as naturezas selecionadas, aquelas que, de fato, estejam ligadas à violência doméstica de outras sem esse relacionamento.

A fim de facilitar e tornar mais clara a pesquisa, para análise dos 12 meses imediatamente superiores ao lançamento do serviço, inicia-se a contagem no dia 1º de julho de 2010 e se encerra no dia 30 de junho de 2011. Dessa forma, os nove últimos dias de junho de 2010 não são considerados e os dez últimos de junho de 2011 o são. Tal medida se faz necessária para não se dividir os meses durante o período da análise, dando-se preferência a iniciar-se o estudo no primeiro dia de cada mês. Destaque-se não haver qualquer prejuízo à pesquisa, já que o período de análise permanece o mesmo (12 meses).

A pesquisa direcionada aos policiais abarca todos os titulares do serviço, sendo que, entre os militares da primeira resposta, são selecionados apenas os comandantes de guarnição PAC<sup>26</sup>. Tal ocorre por ser esse policial (o comandante de guarnição) aquele que comanda a equipe (a viatura policial) e decide sobre a forma de atendimento e encaminhamento das ocorrências atendidas. Já, para os policiais da segunda resposta, devido à maior especialização do serviço, a pesquisa é dirigida a todos (comandante de guarnição, motorista e patrulheiro).

Em razão do universo selecionado, para os policiais militares, tinha-se a pretensão de realizar pesquisa censitária. Contudo, tal aspiração realiza-se apenas com os policiais da segunda resposta (todos – 6 militares – respondem o questionário). Para a primeira resposta (os comandantes de PAC), a pesquisa não atinge os militares em gozo de férias e de licença

---

<sup>25</sup> REDS é um sistema informatizado por meio do qual se fazem os registros de eventos de defesa social, dentre eles os boletins de ocorrência da PMMG. Está em funcionamento, em Belo Horizonte, desde o ano de 2006, de sorte que, na capital, não se faz qualquer registro de ocorrência em papel. Todos os boletins de ocorrências são confeccionados virtualmente e armazenados num banco de dados denominado Armazém de Dados (Armazém de Informações da Administração Pública do Estado de Minas Gerais).

<sup>26</sup> Guarnição é a equipe de policiais militares que trabalha em uma viatura policial, via de regra, composta por um motorista (Soldado ou Cabo), um patrulheiro (Soldado ou Cabo) e um comandante (Cabo ou Sargento). As guarnições de primeira resposta são denominadas Patrulha de Atendimento Comunitário (PAC) e são compostas, normalmente, apenas por um motorista e um comandante. Já as guarnições de segunda resposta (PVD) são compostas por um motorista, um patrulheiro e um comandante

ou dispensa médica. A dinâmica escolhida foi solicitar às Companhias (11<sup>a</sup> Cia PM Esp. e 12<sup>a</sup> Cia PM Esp.) a relação dos policiais que exerciam a função (comandante de PAC) à época da pesquisa e apenas para estes se aplicou o questionário. Devido à metodologia dessa aplicação (antes de assumir o serviço, no horário da instrução que antecede o turno) não houve possibilidade de se ouvir os policiais de férias nem os dispensados e licenciados médicos. Ao todo, responderam o questionário 55 policiais militares comandantes de guarnição PAC.

Para a amostragem das vítimas, são escolhidos os casos com maior quantidade de repetições de registros de ocorrência. Devido ao grande volume de registros, faz-se um corte em cinco ocorrências, de forma que se incluem na amostra todas as vítimas que solicitaram mais de cinco atendimentos policiais.

A amostra identifica 17 vítimas nessa condição (com cinco ou mais repetições), contudo, durante a aplicação, nem todas são localizadas (algumas haviam mudado de endereço, provavelmente, na tentativa de reconstruir a vida). Da amostra inicial de 17 vítimas, apenas 6 são encontradas. Então, para cada vítima não localizada, elege-se outra com menos registros (quatro ou menos), com a intenção de se completar o total inicial da amostragem. Contudo, novamente, não se localiza todas as vítimas e, da nova amostra de mulheres selecionadas, apenas 6 são localizadas e se dispõem a responder os questionários. Assim, a pesquisa se encerra com a análise das respostas dessas vítimas, totalizando 12 questionários respondidos.

As entrevistadoras relataram dificuldades em ouvir as mulheres agredidas, sendo que, em um dos endereços, no momento da pesquisa, o agressor estava presente e interferiu negativamente na pesquisa proferindo xingamentos. Nesse endereço, foi solicitado (pela vítima) que a entrevistadora retornasse no dia seguinte, percebendo-se nela sentimento de vergonha e constrangimento.

A pesquisa utiliza recursos da estatística descritiva, especificamente percentagem e média, tudo com o objetivo de confrontar a realidade com as hipóteses de pesquisa. Os dados e informações obtidos estão relacionados ao conhecimento e sentimento dos militares em relação ao serviço e à violência doméstica, à sensação de segurança e confiança no Polícia Militar por parte das vítimas e à evolução histórica do registro de ocorrências típicas.

Toda a metodologia utilizada visa manter o foco inicial da pesquisa, ou seja, conhecer os reflexos que o lançamento do serviço provocou nos policiais militares da Unidade (primeira e segunda respostas), no público alvo do serviço (mulheres vítimas de violência doméstica) e na incidência criminal dos delitos típicos. A seção 5 abordará, em detalhes, a análise dos resultados da pesquisa.

## **5 ANÁLISE DOS REFLEXOS DO SERVIÇO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (PVD) NA ÁREA DO 41º BPM**

Nesta seção, apresentam-se dados da pesquisa de campo, de natureza quantitativa (com traços de qualitativa), para a qual foram aplicados questionários com questões fechadas (com algumas abertas, em minoria) e feito levantamento da evolução histórica das ocorrências típicas de violência doméstica.

Em primeiro plano, faz-se análise da evolução histórica das ocorrências típicas, passando-se, em seguida, para as respostas dos policiais da primeira e segunda respostas e, por último, às vítimas.

Busca-se ainda, nesta seção, verificar a pertinência da fundamentação teórica relacionada ao estudo, a comprovação das hipóteses formuladas bem como se utiliza dos dados apresentados na caracterização do objeto da pesquisa (seção 3).

### **5.1 Evolução histórica das ocorrências típicas de violência doméstica na área do 41º BPM**

Para análise das ocorrências típicas de violência doméstica, buscaram-se os registros constantes em banco de dados informatizado da Polícia Militar, no sistema REDS. As ocorrências, arquivadas virtualmente no Armazém de dados do Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS), são extraídas utilizando-se a plataforma BO (*business objects*), pela interface *infoview*.

Faz-se uma análise histórica dos 12 meses imediatamente anteriores à data de lançamento do serviço PVD no 41º BPM e dos doze meses imediatamente superiores ao lançamento do serviço. O objetivo é conhecer se o lançamento do serviço PVD influenciou na quantidade de registros típicos.

A exposição é construída em ordem decrescente, isto é, analisam-se, primeiro, as ocorrências com maior quantidade de registros, findando-se o trabalho naquelas que menos se registraram.

Considerando-se os 12 meses anteriores à criação do serviço PVD e os doze meses posteriores, a natureza que mais ocorre é a ameaça, com 55% dos casos, seguida pelas vias de fato/agressão (esta com 37%). As outras naturezas, somadas, perfazem 8% dos registros.

A prevalência dessas duas naturezas (ameaça e vias de fato/agressão) fortalece o conceito do ciclo da violência doméstica, apontado, entre outros, por Soares (1999), Moreira (2006) e pela Instrução 01/2011 – 1 RPM (MINAS GERAIS, 2011). Com efeito, podem-se visualizar as três fases do ciclo (explosão da violência, lua-de-mel e construção da tensão) nessas duas naturezas de ocorrência. Do período momentâneo de paz na lua-de-mel, migra-se para a construção da tensão (crime de ameaça), até culminar-se em uma explosão de violência (vias de fato/agressão), seguindo-se o ciclo ininterruptamente. Forma-se, então, a simbiose bizarra descrita por Soares (1999), com autor e vítima entrelaçados nesse ambiente doentio (GRAF. 1).

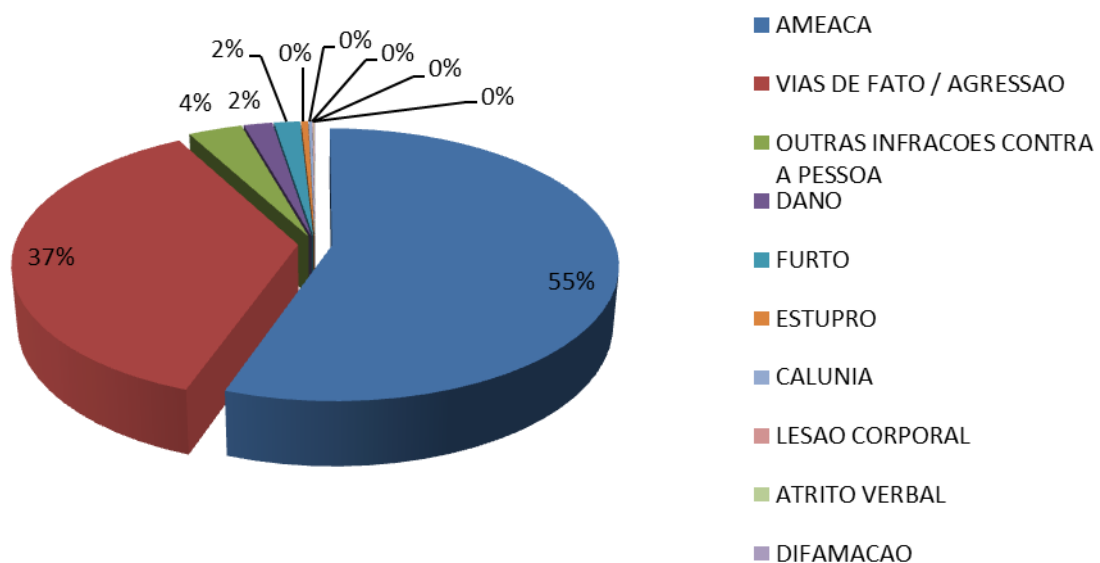


GRÁFICO 1 - Percentual das ocorrências típicas de violência doméstica na área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – jun. 2009 – jun. 2011

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais. Sistema Integrado de Defesa Social. Armazém de Dados.

A análise da evolução histórica nos 12 meses antes e após a criação do serviço PVD mostra crescimento e diminuição de maneira desigual. Isso porque, numa abordagem superficial, verifica-se uma tendência de crescimento nos registros de ameaça e vias de fato/agressão e, para as demais naturezas, de diminuição (GRAF. 2-4).

Como as duas primeiras naturezas (ameaça e vias de fato/agressão) representam 92% de todas as ocorrências registradas (GRAF. 1), está-se, em princípio, diante de uma tendência de aumento geral na quantidade de ocorrências típicas de violência doméstica na área do 41º BPM. Esse raciocínio é possível porque as demais naturezas, devido ao percentual reduzido delas (8% do total), mesmo apresentando queda, podem influir menos no resultado final do que os 92% das duas primeiras.

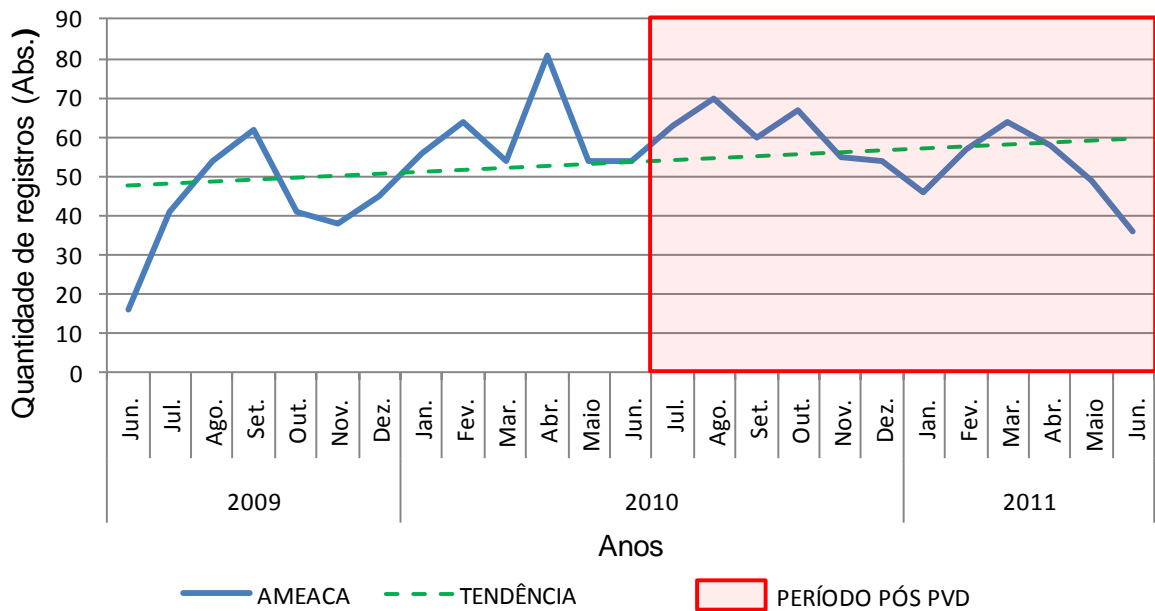


GRÁFICO 2 - Evolução histórica dos registros da ocorrência ameaça, típica de violência doméstica, na área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – jun. 2009 – jun. 2011

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais. Sistema Integrado de Defesa Social. Armazém de Dados.

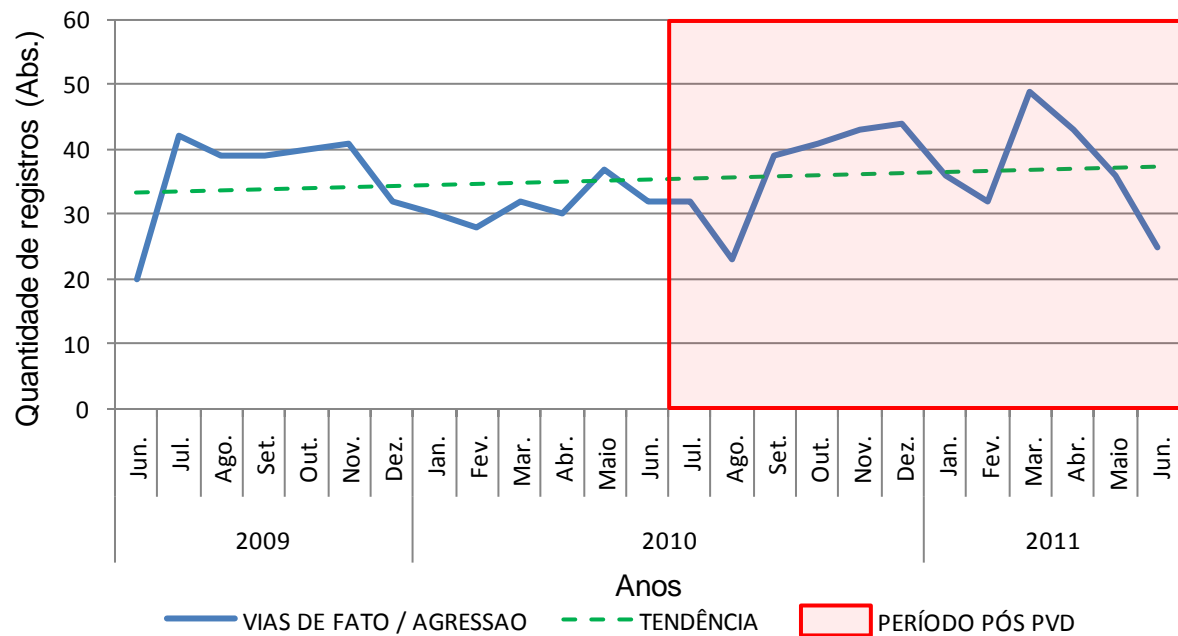


GRÁFICO 3 - Evolução histórica dos registros da ocorrência vias de fato/agressão, típica de violência doméstica, na área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – jun. 2009 – jun. 2011

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais. Sistema Integrado de Defesa Social. Armazém de Dados.

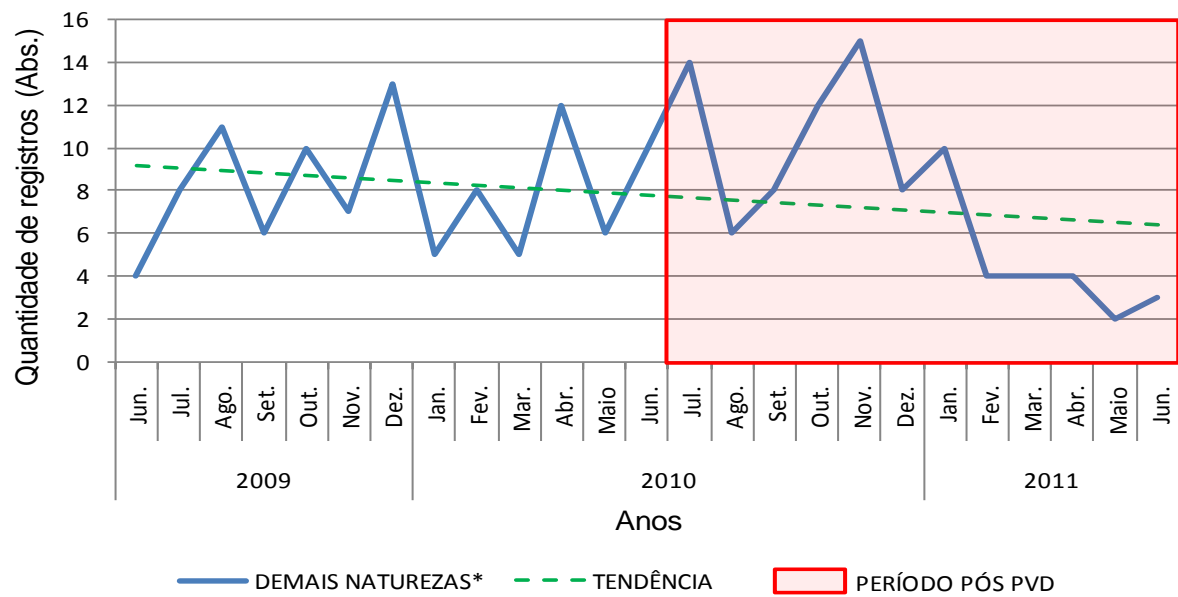


GRÁFICO 4 - Evolução histórica das demais ocorrências típicas de violência doméstica na área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – jun. 2009 – jun. 2011

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais. Sistema Integrado de Defesa Social. Armazém de Dados.

Nota: São demais naturezas de ocorrências típicas a lesão corporal, outras infrações contra a pessoa, estupro, dano, furto, calúnia e atentado violento ao pudor.

Contudo, para se ter uma noção mais exata dessa tendência desigual, ter-se-á de analisar os números absolutos das ocorrências e verificar se, de fato, o quantitativo que se elevou nas duas naturezas com maiores registros foi superior ao que diminuiu nas outras.

Ao se fazer tal análise, percebe-se uma realidade diferente. Tomando-se isoladamente o período de 12 meses anteriores à criação do serviço PVD (1º de julho de 2009 a 30 de junho de 2010), sobressai, de fato, uma variação percentual positiva das ocorrências típicas de violência doméstica (TAB. 5). Os dados demonstram que houve uma elevação média de 1,5% na quantidade de registros.

TABELA 5

Comparação da evolução histórica dos registros de ameaça, vias de fato/agressão e demais naturezas típicas de violência doméstica na área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – jul. 2009 – jun. 2010

(Continua)

Ocorrências típicas de violência doméstica	Ano de 2009						Ano de 2010						Média de Variação percentual
	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	
Ameaça	41	54	62	41	38	45	56	64	54	81	54	54	5,8
Var. % de Ameaça	31,7	14,8	-33,9	-7,3	18,4	24,4	14,3	-15,6	50,0	-33,3	0,0	-	

(conclusão)

Ocorrências típicas de violência doméstica	Ano de 2009						Ano de 2010						Média de Variação percentual
	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	
Vias de Fato/ Agressão	42	39	39	40	41	32	30	28	32	30	37	32	-1,7
Var. % de Vias de Fato/ Agressão	-7,1	0,0	2,6	2,5	-22,0	-6,3	-6,7	14,3	-6,3	23,3	-13,5	-	
Demais naturezas	8	11	6	10	7	13	5	8	5	12	6	10	21,1
Var. % de Demais naturezas	37,5	-45,5	66,7	-30,0	85,7	-61,5	60,0	-37,5	140,0	-50,0	66,7	-	
Total	91	104	107	91	86	90	91	100	91	123	97	96	
Variação percentual do total	14,3	2,9	-15	-5,5	4,7	1,1	9,9	-9,0	35,2	-21,1	-1,0		1,5

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais. Sistema Integrado de Defesa Social. Armazém de Dados.

Nota: São demais naturezas de ocorrências típicas a lesão corporal, outras infrações contra a pessoa, estupro, dano, furto, calúnia e atentado violento ao pudor.

Contudo, ao se analisar o período de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2011 (pós PVD), percebe-se uma tendência inversa, ou seja, de diminuição na quantidade de ocorrências registradas (TAB. 6). Destaque-se que o percentual de diminuição foi 3,7%, portanto, bastante superior ao percentual de aumento do intervalo anterior. Ora, como esse é o período que coincide com o início da execução do serviço PVD, é possível, desde já, considerar-se ter havido confirmação da hipótese secundária de pesquisa relativa à evolução histórica das ocorrências: que a implementação do serviço PVD propiciou diminuição na quantidade de registro de violência doméstica na área do Batalhão.

Por consequência, parcialmente confirmada fica também a hipótese básica da pesquisa, isto é, que a implementação e execução do serviço PVD, na área do 41º BPM, acarretou melhoria geral no trato com a violência doméstica na área da Unidade. Nesse caso, a diminuição dos registros é um indicativo da melhoria geral no trato com o tema.

Destaca-se que os dados indicam haver um marco divisório na evolução histórica das ocorrências típicas de violência doméstica na área do 41º BPM. Até o mês de junho de 2010, a tendência é de crescimento, contudo, a partir dessa data, os registros começam a cair. Como a mudança na estratégia de policiamento adotada à época foi o serviço PVD, então, há elementos suficientes para se inferir que o serviço teve influência na diminuição dos registros, cumprindo, assim, um dos objetivos para o qual foi previsto.

TABELA 6

Comparação da evolução histórica dos registros de ameaça e vias de fato/agressão e demais naturezas típicas de violência na área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – jul. 2010 – jun. 2011

Ocorrências típicas de violência doméstica	Ano de 2009						Ano de 2010						Média de Variação percentual
	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	
Ameaça	63	70	60	67	56	54	46	57	64	58	49	36	-3,8
Var. % de Ameaça	11,1	-14,3	11,7	-17,9	-1,8	-14,8	23,9	12,3	-9,4	-15,5	-26,5	-	
Vias de Fato/ Agressão	32	23	39	41	43	44	36	32	49	43	36	25	1,7
Var. % de Vias de Fato/ Agressão	-28,1	69,6	5,1	4,9	2,3	-18,2	-11,1	53,1	-12,2	-16,3	-30,6	-	
Demais naturezas	14	6	8	12	15	8	10	4	4	4	2	3	-2,8
Var. % de Demais naturezas	-57,1	33,3	50,0	25,0	-46,7	25,0	-60,0	0,0	0,0	-50,0	50,0	-	
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>99</b>	<b>107</b>	<b>120</b>	<b>113</b>	<b>106</b>	<b>92</b>	<b>93</b>	<b>117</b>	<b>105</b>	<b>87</b>	<b>64</b>	
Variação percentual do total	-9,2	8,1	12,1	-5,8	-6,2	-13,2	1,1	25,8	-10,3	-17,1	-26,4	-	-3,7

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais. Sistema Integrado de Defesa Social. Armazém de Dados.

Nota: São demais naturezas de ocorrências típicas a lesão corporal, outras infrações contra a pessoa, estupro, dano, furto, calúnia e atentado violento ao pudor.

Os GRAF. 5 a 7 apresentam a evolução dessas ocorrências no período pós PVD. Note-se que há uma tendência de suave elevação nos crimes de vias de fato/agressão, mas o decréscimo dos crimes de ameaça e dos demais típicos faz a compensação, de forma que, ao final (TAB. 6), há uma convergência para a queda.

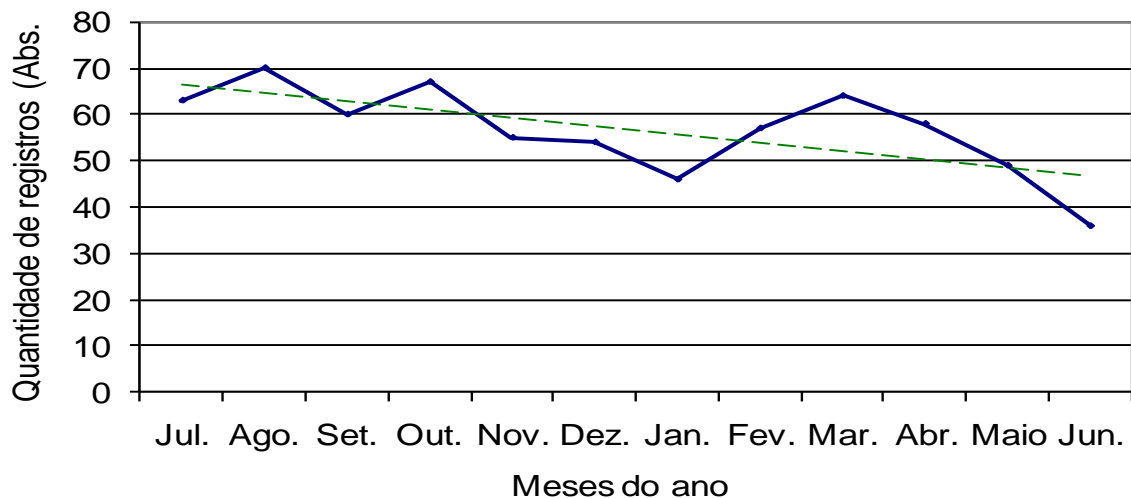


GRÁFICO 5 - Evolução histórica do crime de ameaça, ocorrência típica de violência doméstica, na área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – jul. 2010 – jun. 2011

Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais. Sistema Integrado de Defesa Social. Armazém de Dados.

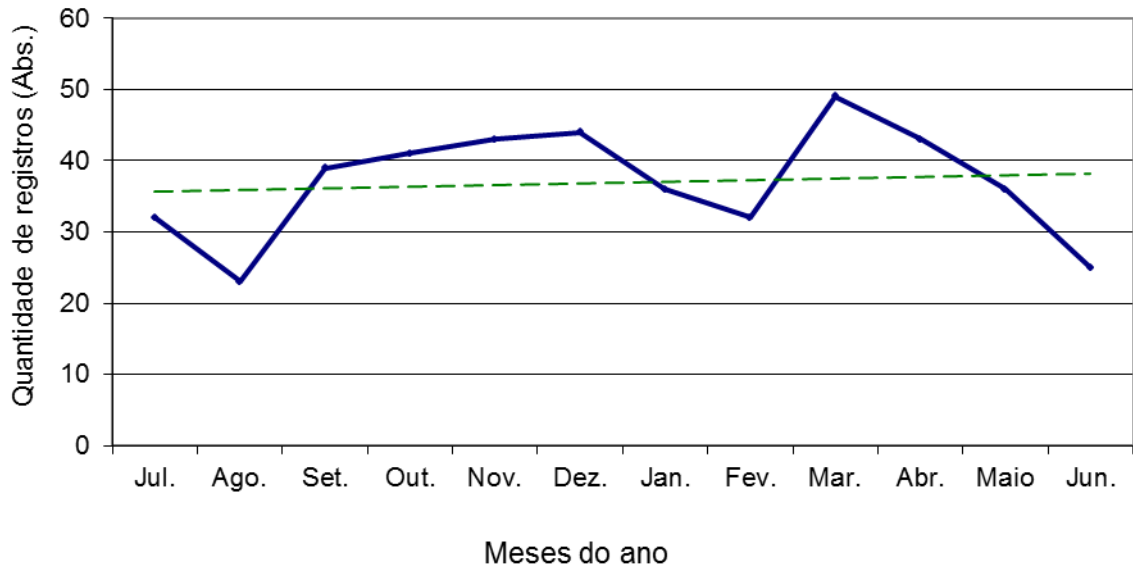


GRÁFICO 6 - Evolução histórica do crime de vias de fato/agressão, ocorrência típica de violência doméstica, na área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – jul. 2010 – jun. 2011  
 Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais. Sistema Integrado de Defesa Social. Armazém de Dados.

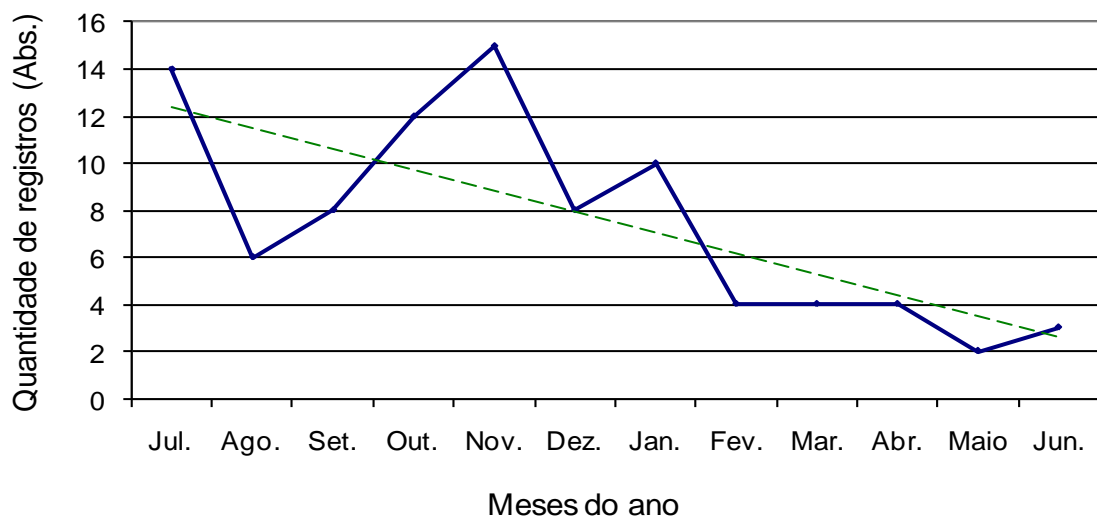


GRÁFICO 7 - Evolução histórica das demais ocorrências típicas de violência doméstica na área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – jul. 2010 – jun. 2011  
 Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais. Sistema Integrado de Defesa Social. Armazém de Dados.  
 Nota: São demais naturezas de ocorrências típicas a lesão corporal, outras infrações contra a pessoa, estupro, dano, furto, calúnia e atentado violento ao pudor.

O que está ocorrendo, conforme se depreende da análise histórica, pode ser uma migração de natureza dos registros. Com isso, quer-se dizer que os policiais da primeira resposta estão registrando em maior quantidade, ocorrências com a natureza vias de fato/agressão e isso pode representar uma melhoria na qualidade dos registros. Como uma das funções da segunda resposta é elevar a compreensão da violência doméstica e influir na

motivação da tropa da Unidade para lidar com o tema, essa migração dos registros pode ser reflexo, exatamente, da atuação do serviço PVD.

Com efeito, um policial mais motivado e consciente, tenderá a coletar mais informações no local de ocorrência e a redigir um histórico mais enriquecido em seu Boletim de Ocorrência (BO). Diante disso, é natural que haja destaque para uma natureza específica, pois os eventos de agressão, conforme previsto no ciclo da Violência (MOREIRA 2006), tendem a se repetir. É claro que, para se concluir isso categoricamente, carecer-se-ia de uma pesquisa específica e este estudo não desceu a tal aprofundamento. Contudo, embora de maneira não categórica, pode-se, sim, creditar essa descoberta aos reflexos do serviço PVD.

Mais à frente, quando se fizer a análise dos dados obtidos junto aos policiais da primeira resposta, conhecer-se-á a alteração de motivação e conhecimento deles como consequência do serviço PVD. Nesse momento, este assunto poderá ser retomado, com um aporte maior de informações. Por hora, bastam-se essas considerações.

## **5.2 Análise das informações obtidas com os policiais militares**

### **5.2.1 Primeira resposta do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD)**

O questionário aplicado aos policiais da primeira resposta tem por objetivo testar a hipótese secundária segundo a qual a implementação e execução do serviço PVD elevou a compreensão dos militares (da primeira resposta) sobre o significado e extensão da violência doméstica. Para tanto, as perguntas dos questionários são montadas sobre dois indicadores, quais sejam, “compreensão da violência doméstica” e “motivação frente à violência doméstica”.

Espera-se como resultado que a execução do serviço PVD tenha trazido mais conhecimento sobre a violência doméstica aos policiais e, com isso, tenha influído positivamente na motivação para atuar em ocorrências típicas. Assim, atender-se-ia a meta qualitativa prevista na Instrução 01/2011 – 1 RPM: “aumento da motivação e da satisfação do policial para atender os incidentes de violência doméstica” (MINAS GERAIS, 2011, p. 23). De igual forma, alcançar-se-ia a hipótese básica (melhoria geral no trato com a violência doméstica na área da Unidade).

As primeiras informações estão relacionadas ao perfil e se procura identificar a faixa etária, tempo de serviço prestado à PMMG, graduação, nível de escolaridade e sexo.

A análise mostra uma tropa antiga, com mais de 20 anos de serviço e idade entre 40 e 50 anos (61%). A maioria é composta por cabos, todos homens, cujo nível de escolaridade é o ensino médio (cerca de 80% dos casos), completo ou não (GRAF. 8 - 11).

Trata-se de efetivo com média formação técnica e intelectual, costumes mais antigos e formação tradicional. Portanto, fica evidente a necessidade de treinamento e orientação sobre a violência doméstica a esses militares, o que recai em uma das funções da segunda resposta, conforme se mostrará mais à frente.

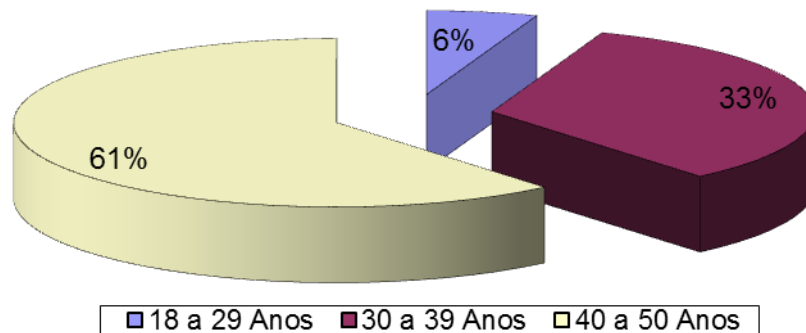


GRÁFICO 8 - Faixa etária dos policiais militares comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011

Fonte: Dados da pesquisa.

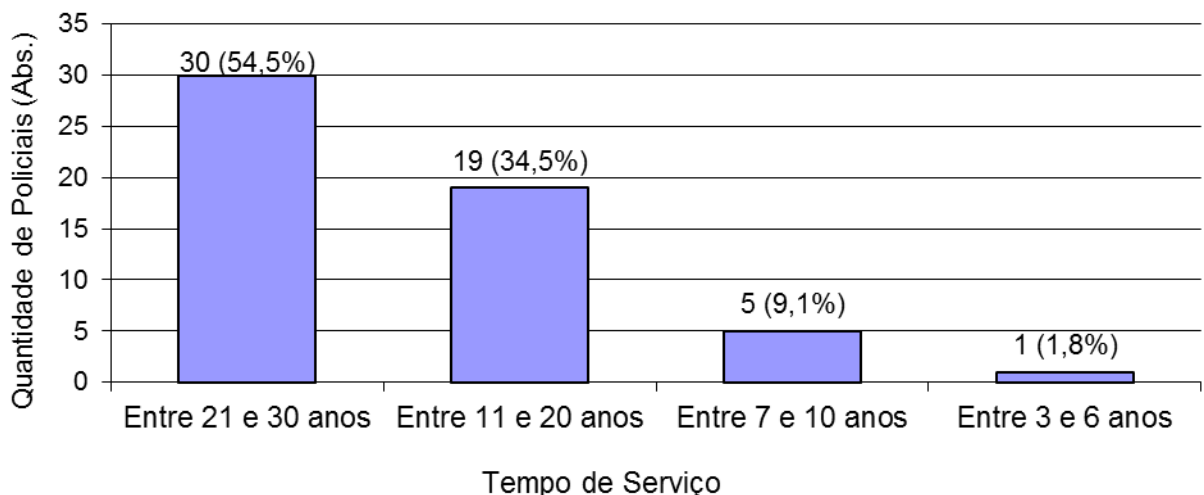


GRÁFICO 9 - Tempo de serviço dos policiais militares comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011

Fonte: Dados da pesquisa

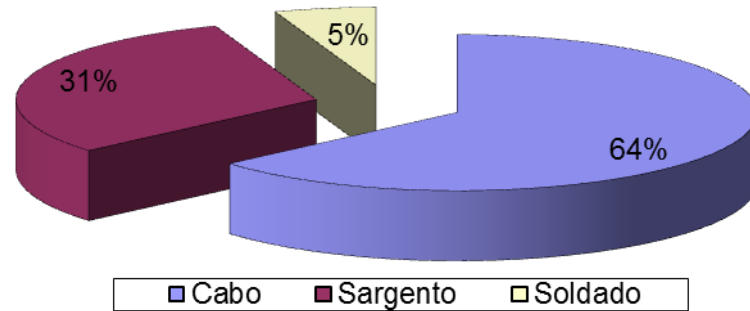


GRÁFICO 10 - Graduação dos policiais militares comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa

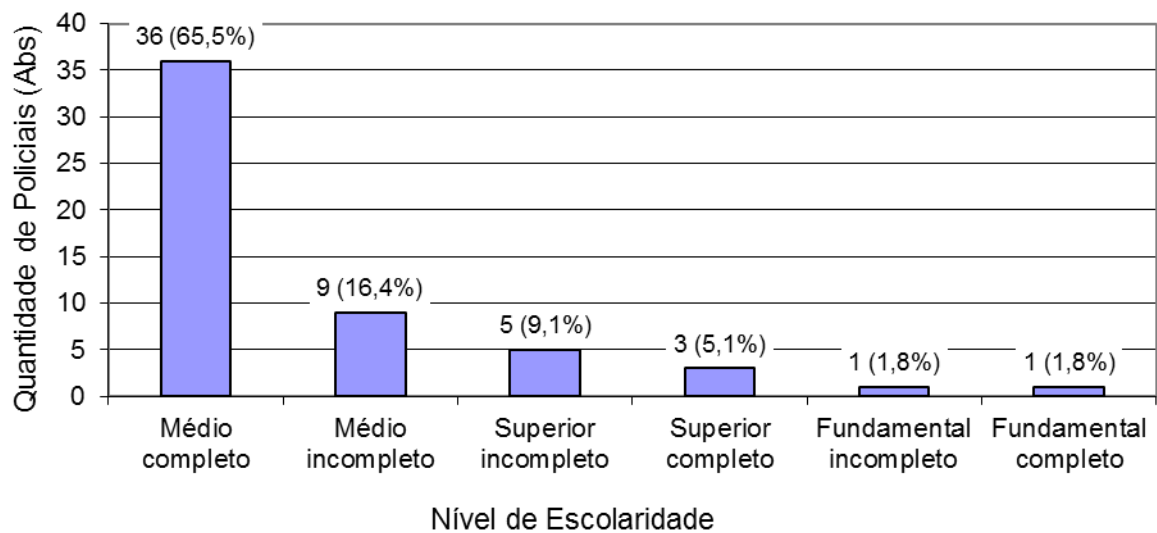


GRÁFICO 11 - Nível de escolaridade dos policiais militares comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa

Chama-se atenção, conforme dados da pesquisa, ao fato de todos os policiais pesquisados serem do sexo masculino, ou seja, não se encontrou nenhuma mulher no comando de viatura PAC. É esta uma situação que difere das guarnições de segunda resposta, em que cada uma possui, ao menos, uma policial feminina. Trata-se de circunstância que requer atenção, pois, já que as PAC compõem a primeira resposta e lidam, diretamente e em primeira mão, com a violência doméstica, a presença de uma mulher no comando da equipe facilitaria sobremaneira a solução da ocorrência. Decerto, uma vítima (mulher) agredida, no calor dos fatos, teria bem mais facilidade em expor as agressões sofridas a outra pessoa do mesmo sexo, mesmo porque há violações de cunho sexual, que constroem, envergonham e dificultam a verbalização. Por isso, é importante que a policial feminina esteja comandando a guarnição, e não como patrulheira ou motorista, pois, muitas das vezes, apenas aquele (o comandante da guarnição) adentra à casa onde ocorreu o evento de violência doméstica para coletar dados.

No que se refere ao treinamento, verifica-se 69% dos policiais comandantes de guarnição PAC dizem ter sido treinados sobre atuação em ocorrências de violência doméstica, sendo esse treinamento ministrado pelos militares de segunda resposta do 41º BPM ou de outras Unidades (61%). Há ainda um percentual de 21% que afirma ter recebido treinamento de outros policiais do 41º BPM que não os do serviço PVD (GRAF. 12, 13).

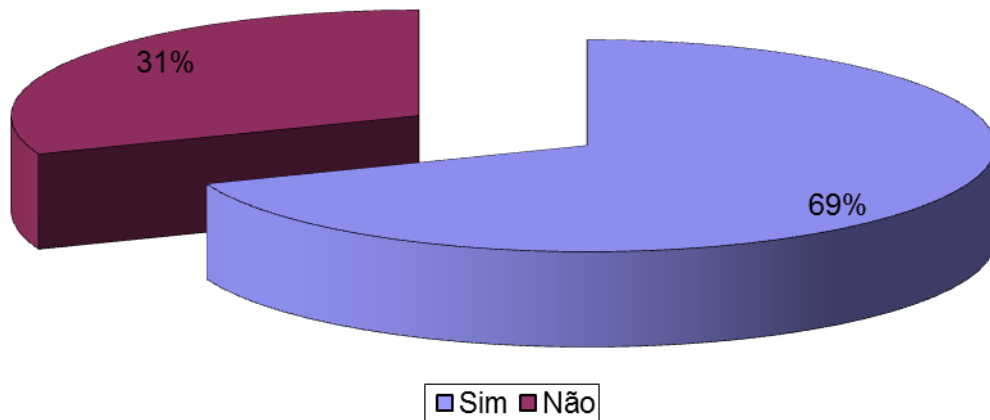
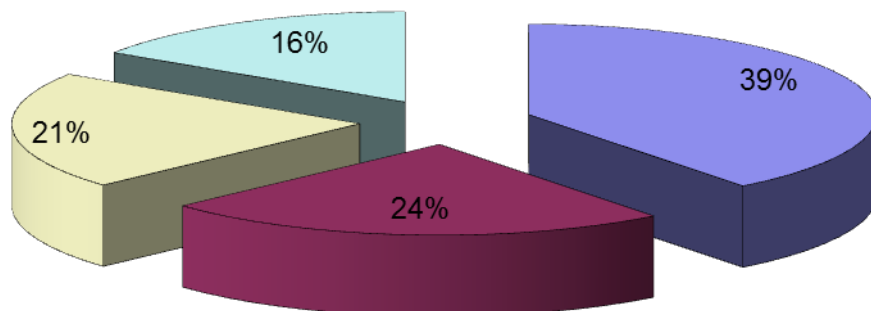


GRÁFICO 12 - Percentual dos policiais comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar que receberam treinamento sobre atuação em ocorrências de violência doméstica – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa.

Portanto, constata-se que o conhecimento está sendo transmitido por diversos atores, sejam policiais da PVD do 41º BPM, sejam de outras Unidades, sejam militares do Treinamento Policial Básico (TPB).



■ Policiais Militares do serviço PVD do 41ºBPM  
 ■ Policiais Militares do serviço PVD de outras Unidades  
 ■ Outros policiais militares do 41ºBPM  
 ■ Outros

GRÁFICO 13 - Origem do treinamento sobre atuação em ocorrências de violência doméstica recebido pelos policiais comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se, entretanto, haver, ainda, demanda por treinamento em violência doméstica. O percentual de 69% de policiais treinados é significativo, mas os 31% dos comandantes de PAC que afirmam não o terem recebido não podem ser desconsiderados (GRAF. 12). Essa necessidade já foi identificada quando da análise do perfil, ocasião em que se detectou uma tropa antiga (tanto em tempo de serviço quanto em idade) e com nível de escolaridade estacionado no ensino médio.

Percebe-se uma necessidade, talvez, de reorganizar a dinâmica de serviço dos policiais do serviço PVD, mesclando-se atividade operacional com treinamento à tropa ou promover-se treinamento específico, com coordenação regional (em nível de RPM).

Ao se buscar conhecer como os policiais avaliam o serviço PVD. As respostas mostraram que 59% deles percebem o serviço como bom e 28%, como excelente (GRAF. 14).

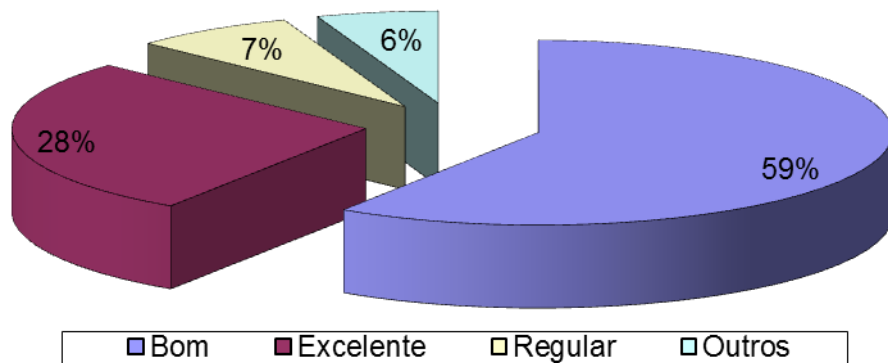
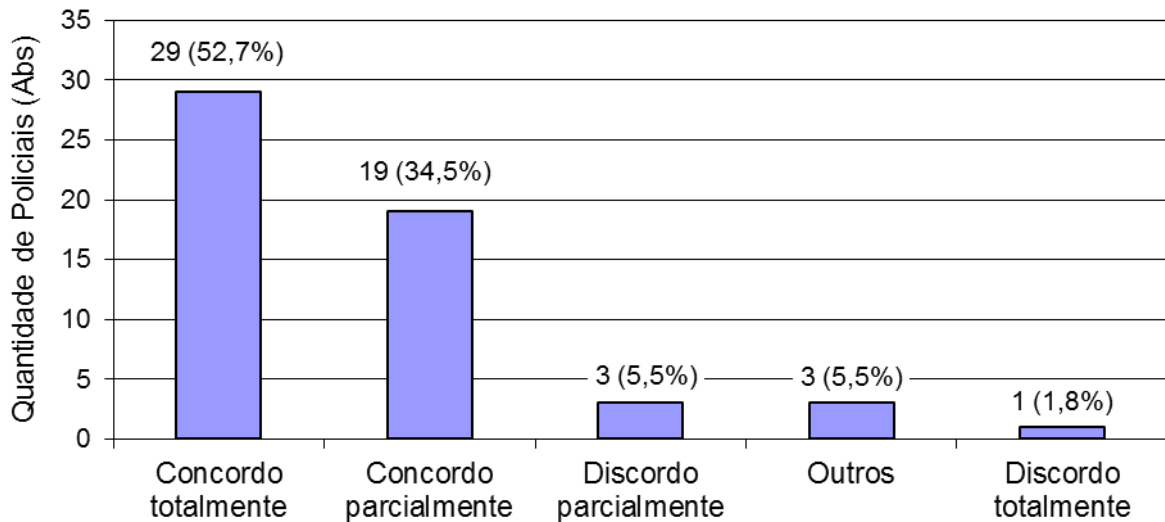


GRÁFICO 14 - Avaliação do serviço de Prevenção à Violência Doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar pelos comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do mesmo Batalhão – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa.

Para 52% dos comandantes de PAC, o serviço PVD proporcionou melhoria geral no atendimento à violência doméstica de maneira absoluta e, para 34%, de maneira relativa (GRAF. 15). Isso representa uma aprovação de 86% pela tropa do 41º BPM, o que demonstra harmonia entre as atividades de primeira e segunda respostas.

Esse nível de aprovação é significativo, pois a pesquisa foi dirigida, exatamente, aos comandantes de guarnição de primeira resposta. Esses policiais são aqueles que, em qualquer Batalhão, atendem as ocorrências de violência doméstica, razão pela qual são os que mais recebem as alterações nesse ambiente. Ora, qualquer mudança na postura das vítimas e na quantidade de registros reflete diretamente na conduta operacional deles.

Vítimas mais conscientes e menos solicitações à Polícia Militar produzem alteração na quantidade de ocorrências que a primeira resposta irá registrar. Logo, se a primeira resposta percebe melhora, é porque essa constatação começa a fazer parte do dia a dia prático desses policiais.



#### Melhoria no atendimento do serviço da PVD

GRÁFICO 15 - Opinião dos comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar sobre melhoria geral no atendimento à violência doméstica provocada pelo serviço de Prevenção à Violência Doméstica (PVD) – Belo Horizonte – ago. 2011

Fonte: Dados da pesquisa.

Outro elemento que reforça essa tese de bons resultados é avaliação positiva que 93% dos militares da atividade de primeira resposta fazem do trabalho executado por eles face à violência doméstica (GRAF. 16).

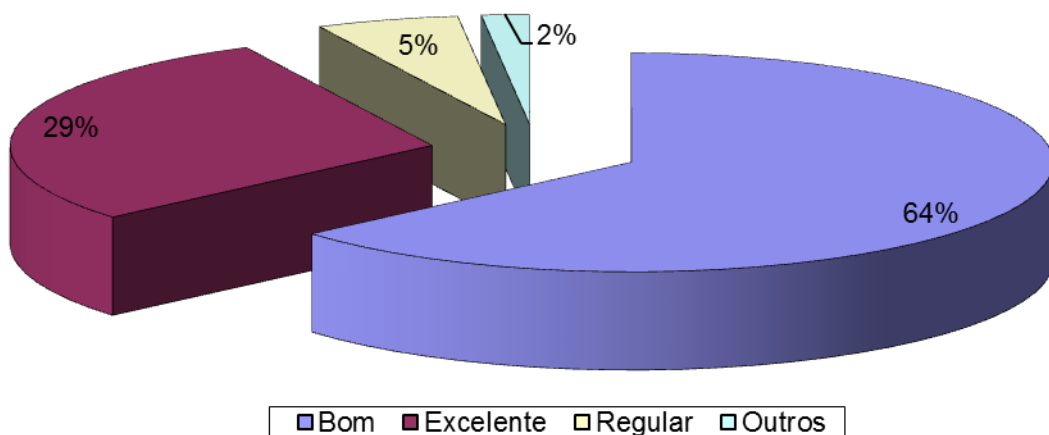


GRÁFICO 16 - Avaliação dos comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar sobre atuação deles no atendimento às ocorrências de violência doméstica – Belo Horizonte – ago. 2011

Fonte: Dados da pesquisa.

Essa informação é confirmada e reforçada por 82% dos policiais, os quais afirmam ter tido sua compreensão sobre violência doméstica aumentada considerável ou medianamente como reflexo do serviço PVD. De igual forma, 62% dos militares respondem que a rotina de trabalho deles, sobre a forma de lidar com as ocorrências de violência doméstica, alterou-se após a implantação do serviço PVD (GRAF. 17 e 18).

Os policiais informam, ainda, ter percebido sensíveis alterações nas vítimas, as quais se mostram mais conscientes de seus direitos e melhor orientadas sobre os procedimentos a adotar em caso de agressão. Como consequência, eles relatam ter diminuído a quantidade de vezes em que retornam ao mesmo endereço para atendimento de ocorrência (logo, menos reincidência) e, ainda, que estão registrando menos ocorrências de violência doméstica. Assinalam um cuidado maior (deles próprios) na coleta de informações no local, como, por exemplo, ouvir todos os membros da família (especialmente os filhos menores), avaliar melhor as lesões da vítima e observar todo o ambiente.

Os pesquisados manifestam que as vítimas estão confiando mais na Polícia Militar, que os agressores estão mais temerosos e há, inclusive, algumas sugestões de aumento na quantidade de militares empregados na segunda resposta.

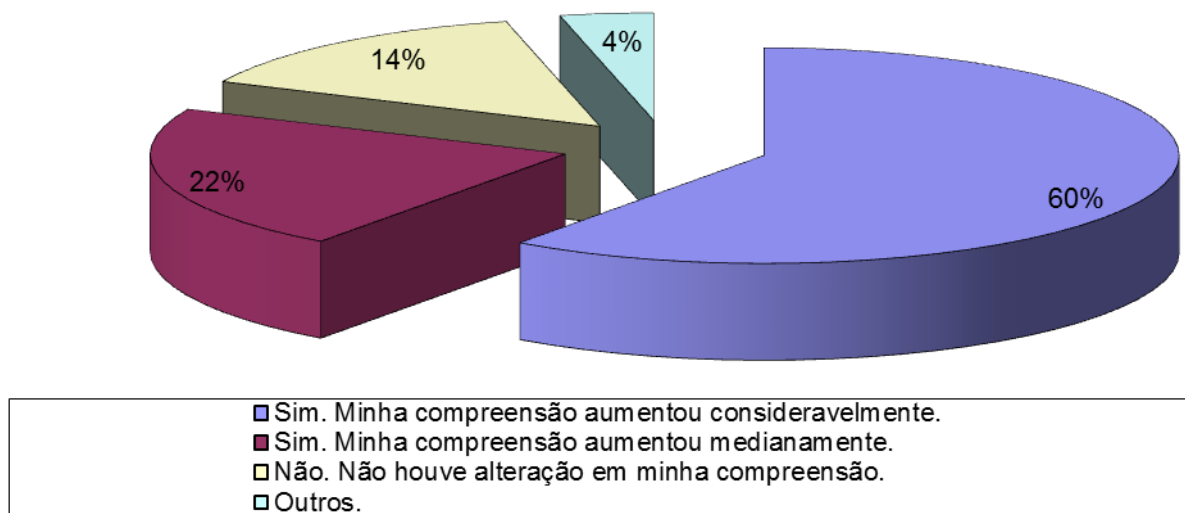


GRÁFICO 17 - Avaliação dos comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar sobre alteração da compreensão e significado da violência doméstica, como reflexo do serviço de Prevenção à Violência Doméstica (PVD) – Belo Horizonte – ago. 2011

Fonte: Dados da pesquisa.

O que pode estar a ocorrer é uma redução do sentimento de frustração, identificado por Moreira (2006), dos policiais que lidam com a violência doméstica, como

consequência do serviço PVD. Mais à frente, quando se analisar a motivação dos comandantes de PAC, esse raciocínio será retomado.

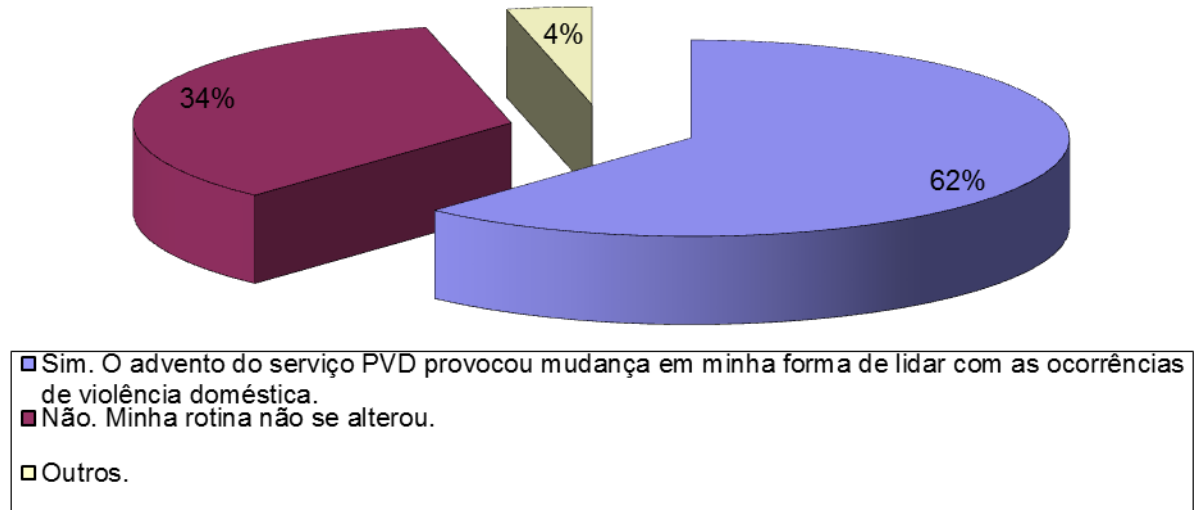


GRÁFICO 18 - Avaliação sobre a existência de mudança na rotina de atendimento às ocorrências de violência doméstica pelos comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar, como reflexo do serviço de Prevenção à Violência Doméstica (PVD) – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que é possível vislumbrar melhoria geral no trato com a violência doméstica na área da Unidade (hipótese básica), pois se constata haver redução na estatística, melhoria para as vítimas e também para os policiais. As vítimas estão sofrendo menos agressões e, quando as sofrem, sabem melhor como proceder. Já os policiais estão registrando menos ocorrências de agressão por violência doméstica e, quando registram, o fazem com mais conhecimento e maior riqueza técnica. Por isso, fala-se de melhoria geral, pois tem aflorado, como reflexo do serviço PVD, benefício a todos os envolvidos e participantes do processo.

Com relação à opinião dos policiais sobre o serviço PVD (segunda resposta), verifica-se que 95% dos comandantes de viaturas PAC no 41º BPM vislumbram o serviço como importante ou muito importante (GRAF. 19). Quando se analisa esse dado levando-se em conta que são as viaturas PAC as únicas que lidam diuturnamente com a violência doméstica, em primeira mão, no calor dos acontecimentos, percebe-se, concretamente, estar havendo melhora no trato com a questão.

Sobre a continuidade do serviço PVD, 82% dos policiais responderam que o serviço deve se expandir, por representar uma boa prática de atuação em casos de violência

doméstica. Observa-se que as respostas apresentam-se harmônicas às anteriores e expressam um sentimento de aprovação geral da atividade (GRAF. 20).

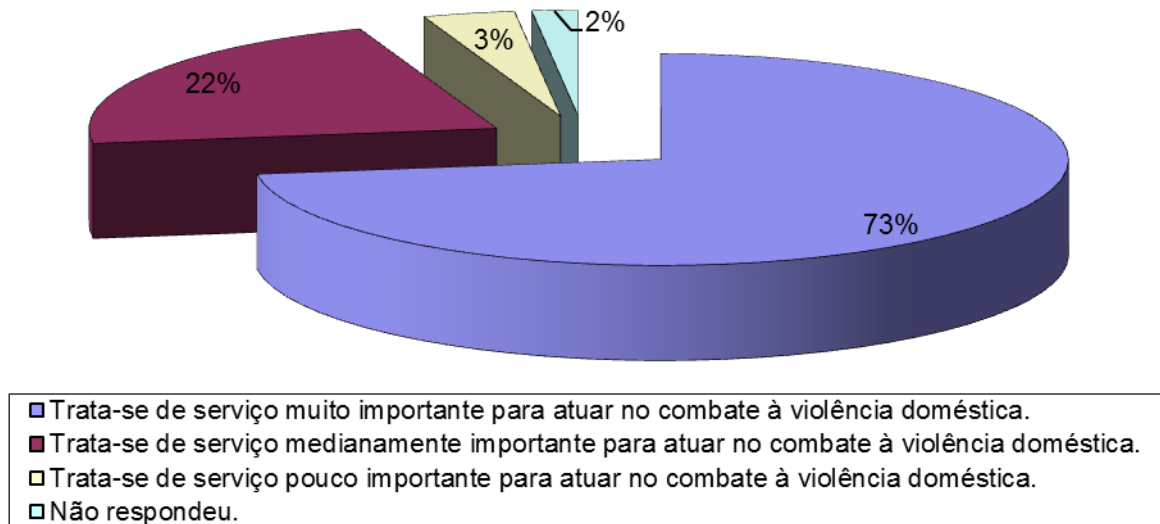


GRÁFICO 19 - Avaliação do serviço de Prevenção à Violência Doméstica (PVD) pelos comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa.

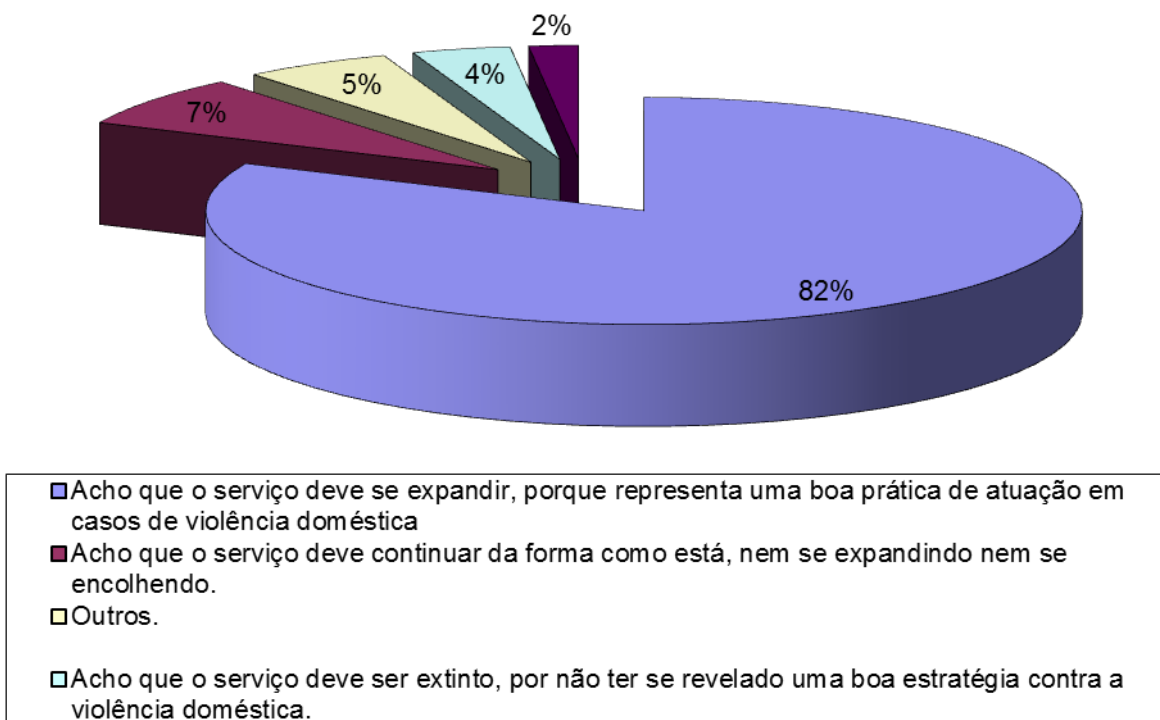


GRÁFICO 20 - Opinião dos comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar sobre a continuidade do serviço de Prevenção à Violência Doméstica (PVD) – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa.

Ao se comparar o sentimento de motivação dos pesquisados, antes e depois do serviço PVD, 69% respondem se sentir mais motivados ou muito mais motivados (GRAF. 21). Observa-se que essa elevação no grau de motivação implica, por consequência, alteração na conduta operacional, conforme já se constatou (GRAF. 17 e 18), e tem efeitos, ainda, na qualidade (melhoria) dos registros das ocorrências.

É o que se constata na análise da evolução histórica dos registros de ocorrências típicas, quando se percebe diminuição na quantidade de ocorrências registradas. Conforme se assinala lá, um policial mais motivado, mais consciente e com mais conhecimento técnico, redigirá uma ocorrência mais enriquecida de detalhes e mais hábil a traduzir a realidade local. Por consequência, ela produzirá efeitos mais complexos no Poder Judiciário, com o autor recebendo mais eficazmente a sanção pelos atos que pratica. Somando-se isso ao quadro de maior encorajamento e conhecimento de seus direitos pelas vítimas, tem-se, então, um quadro de melhoria geral no trato com a violência doméstica, conforme cogitado na hipótese básica de pesquisa.

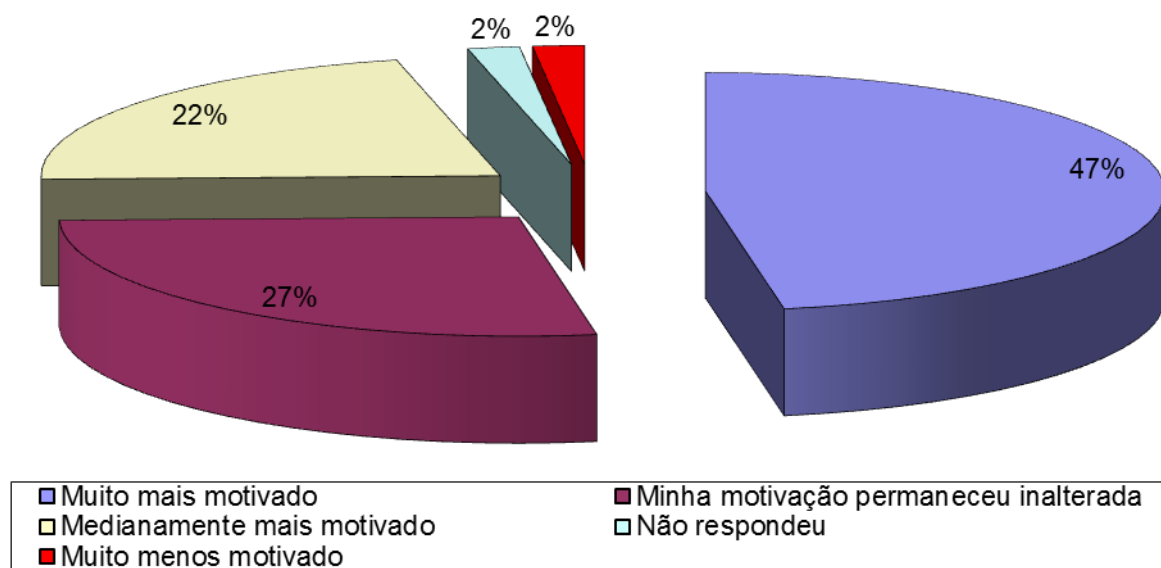


GRÁFICO 21 - Sentimento dos comandantes de Patrulhas de Atendimento Comunitário (PAC) do 41º Batalhão de Polícia Militar após a criação do serviço de Prevenção à Violência Doméstica (PVD) – Belo Horizonte – ago. 2011.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os respondentes reconhecem que o serviço PVD diminuiu a reincidência de ocorrências típicas, proporcionou mais orientação, proteção e acolhimento às vítimas e, ainda, possui aspectos de pós-atendimento, acompanhando os fatos após o registro da ocorrência.

Depreende-se que esse contato e acompanhamento da vítima após a agressão tem sido apontado como um dos responsáveis pelo sucesso que eles vislumbram do serviço.

Sobressai, também, um sentimento de necessidade de aumento do efetivo do serviço PVD. Essas manifestações apresentam-se várias vezes na pesquisa, inclusive com sugestões de se criar equipes de PVD específicas para cada Companhia. Mais uma vez, portanto, evidencia-se aprovação do serviço (PVD) pela primeira resposta, pois só se concebe incremento de um serviço se ele estiver a produzir resultados adequados e desejados.

Sobre a diminuição da reincidência, os pesquisados afirmam que têm retornado menos ao mesmo endereço para registrar ocorrências de violência doméstica. Destacam os policiais que uma das causas da diminuição é o acompanhamento dos agressores feito pelo serviço PVD, que tem contido o comportamento criminoso deles.

Em regra, os policiais manifestam satisfação e reconhecimento dos resultados do serviço PVD, o que ocasiona elevação na motivação deles. Descreve-se diminuição de repetição de ocorrências, percepção das vítimas mais seguras e melhor orientadas e de autores mais temerosos em atacar suas companheiras.

Essa compreensão e alcance de resultados remete aos reflexos dos procedimentos policiais balizados pela teoria das atividades rotineiras, conforme a Instrução 01/2011 – 1 RPM (MINAS GERAIS, 2011). Nota-se que alargar o ambiente de atuação dos policiais e romper como o modelo tradicional de policiamento, focado apenas no agressor, tende a otimizar os resultados.

Os dados da pesquisa direcionada aos comandantes de PAC, portanto, atestam que execução do serviço PVD elevou a compreensão dos militares (da primeira resposta) sobre o significado e extensão da violência doméstica, conforme hipótese secundária de pesquisa. Com efeito, percebe-se aumento na motivação, melhoria na compreensão do tema, alteração na conduta operacional e uma maior conscientização sobre os próprios direitos pelas vítimas, o que redundava numa diminuição da reincidência. Dessa forma, depreende-se também estar havendo melhoria geral no trato com a violência doméstica na área da Unidade (hipótese básica).

### **5.2.2 Segunda resposta do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD)**

A equipe de segunda resposta do 41º Batalhão de Polícia Militar, à época da pesquisa, apresentava-se composta por apenas 5 policiais, devido à recente transferência de

um dos seus membros para a reserva. Apesar disso, o trabalho alcança também este policial, em razão de ele ter executado os serviços durante boa parte do período de análise (12 primeiros meses após a implantação).

Busca-se conhecer a forma como os militares compreendem a atividade de segunda resposta e as alterações que eles percebem na Unidade após a implantação do serviço. Interessa conhecer o serviço PVD (segunda resposta) pela ótica de seus executores, pois deles se espera reflexos em toda a Unidade, seja nos policiais da primeira resposta, seja nas vítimas, seja na estatística de ocorrências típicas.

O perfil dos pesquisados os difere dos policiais da primeira resposta. A idade e tempo de serviço são variados, partindo-se de pessoas mais novas para outras se aproximando da reforma, todos com nível mais avançado de instrução (nível médio ou superior) e presença marcada de policiais femininas. A maioria está há mais de 12 meses no serviço (GRAF. 22 - 27).

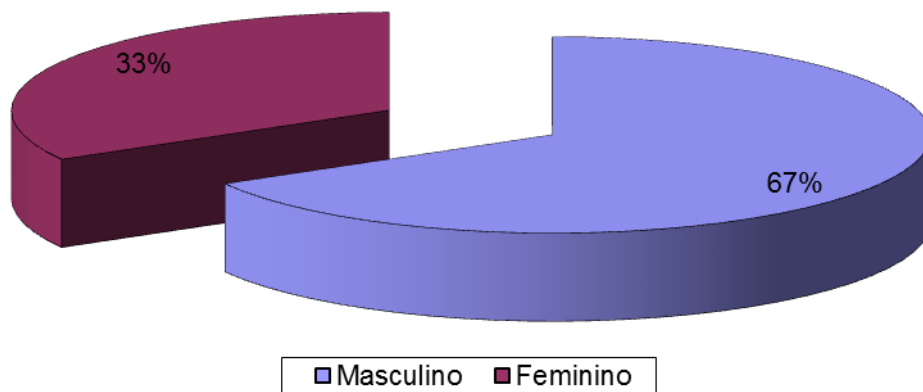


GRÁFICO 22 - Sexo dos policiais militares componentes do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa.

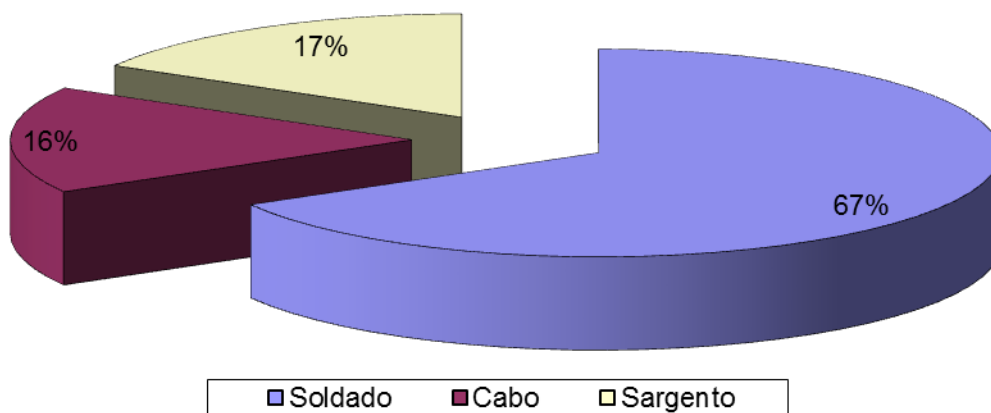


GRÁFICO 23 - Graduação dos policiais militares integrantes do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa.

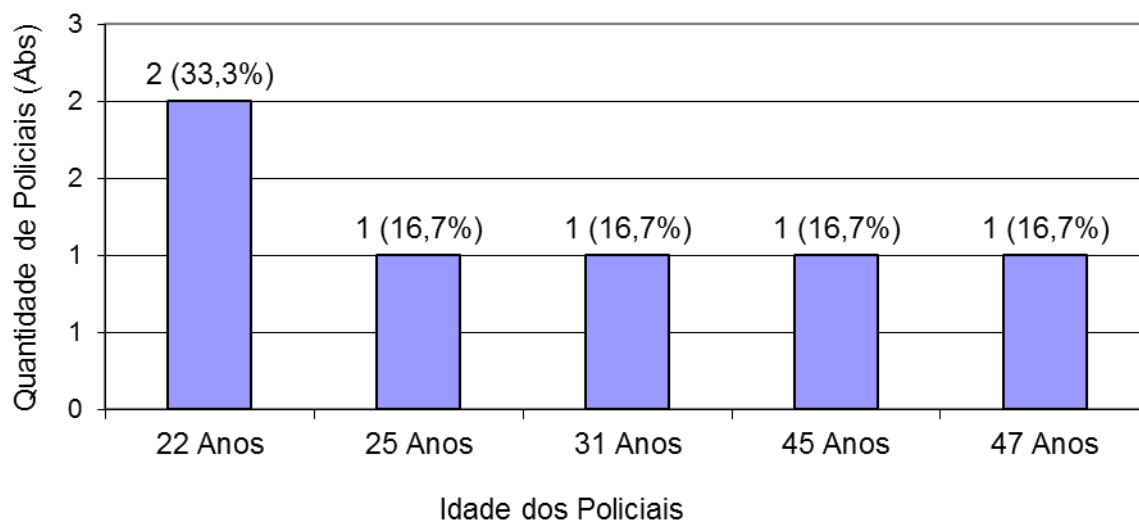


GRÁFICO 24 - Faixa etária dos policiais militares integrantes do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa.

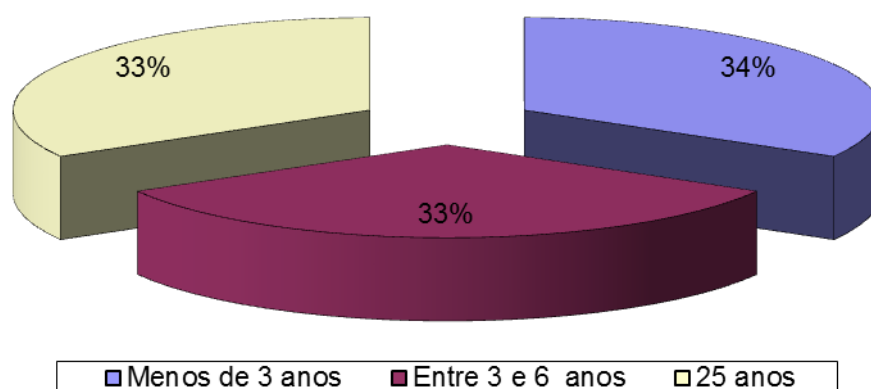


GRÁFICO 25 - Tempo de serviço dos policiais militares integrantes do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa.

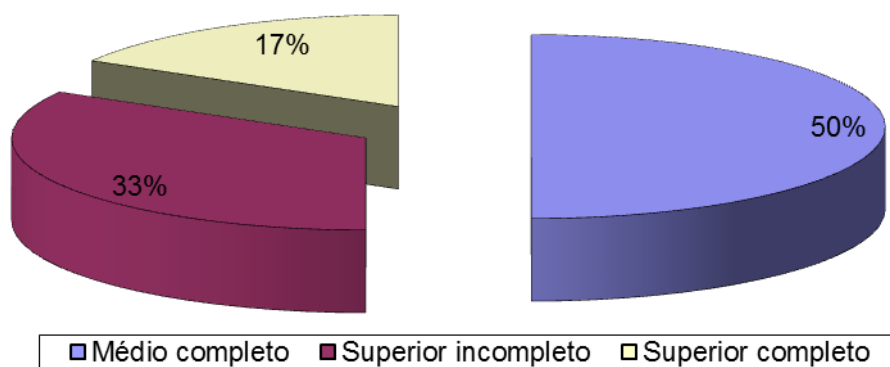


GRÁFICO 26 - Nível de escolaridade dos policiais militares integrantes do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa.

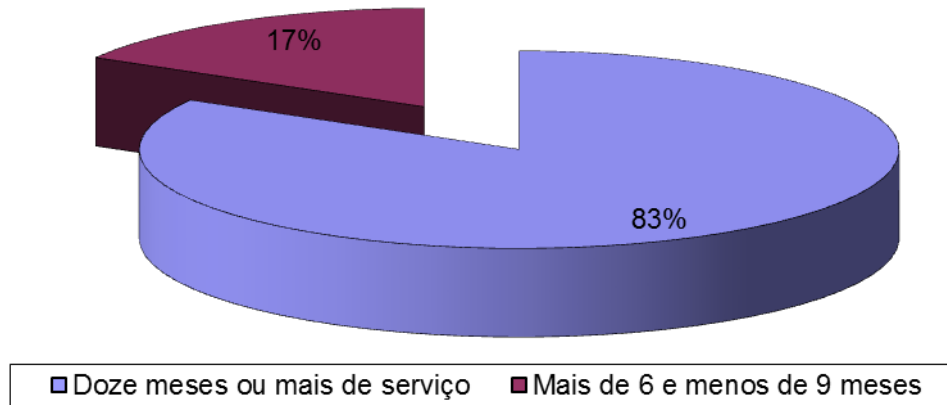


GRÁFICO 27 - Tempo de serviço na atividade de prevenção à violência doméstica (PVD) exercido pelos policiais militares integrantes do serviço PVD do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa.

Atende-se, portanto, ao previsto na Instrução 01/2011 – 1 RPM (MINAS GERAIS, 2011), que requer militares treinados, com boa formação técnica e, ao menos, uma mulher por equipe. A diferença de idade e de tempo de serviço entre os militares é fator positivo, pois permite unir experiência operacional e novos conhecimentos, bem como fundir ideologias antigas e recentes, fomentando-se a qualidade final do serviço.

Verifica-se que os policiais estão devidamente instruídos e treinados (100%) para a atividade em que são empregados e, ainda, que, para 83% deles, o treinamento recebido foi bom ou excelente. Logo, infere-se que os respondentes conhecem o trabalho, suas peculiaridades e os procedimentos policiais a que estão adstritos (GRAF. 28).

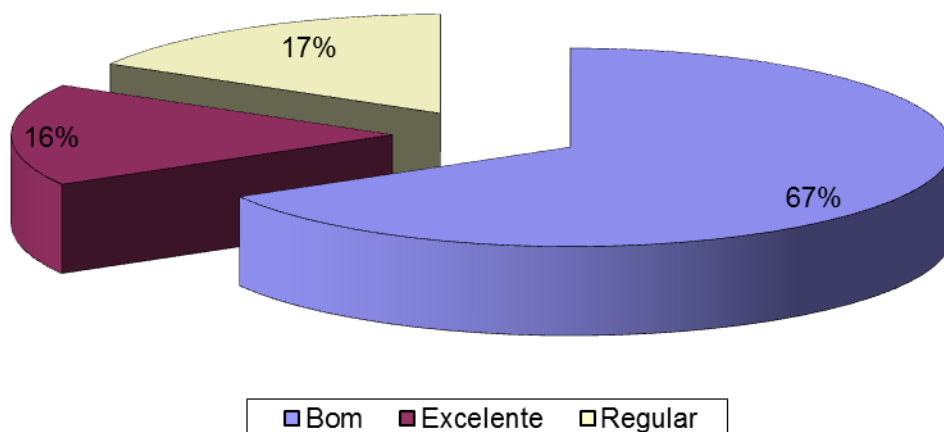


GRÁFICO 28 - Avaliação que os policiais militares integrantes do serviço de prevenção à violência Doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar fazem do treinamento que receberam sobre atuação PVD – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa

Os pesquisados, em sua totalidade, afirmam que o serviço PVD possui características que o diferem das demais atividades exercidas pelo Batalhão e as principais diferenças apontadas são:

- a) além de fornecer orientação jurídica, fazer acompanhamento tanto da vítima como do autor;
- b) os militares destacados para o serviço têm um entendimento específico sobre a Lei n. 11 340 (Lei Maria da Penha), diretriz fundamental para o trabalho;
- c) o fato do serviço denotar um treinamento específico com relação às vítimas e sobre o funcionamento da Lei Maria da Penha, em virtude da complexidade do fenômeno da violência doméstica;
- d) ser um serviço que atua após a agressão, a fim de que haja a quebra da reincidência dos registros realizados pelas PAC, além de objetivar a integridade física e emocional da vítima e de seus familiares;
- e) ser um serviço de intervenção qualificada, independentemente de solicitação, com resultado em longo prazo.

Percebe-se que os policiais são conhecedores das minúcias de suas funções e estão tecnicamente habilitados a exercê-la. Eles assinalam, como ponto forte, haver espírito de união e comprometimento na equipe e, como ponto fraco, o efetivo reduzido face à elevada demanda de serviço (QUADRO 1).

Transparece certo sentimento de angústia nos policiais, os quais, mesmo com conhecimento da dinâmica do serviço, deparam-se com um volume de casos tão alto que ultrapassa a capacidade de se os enfrentar.

Os comandantes de PAC exprimem percepção semelhante e manifestam o entendimento segundo o qual o serviço PVD deveria ser expandido, por representar uma boa prática da atuação frente à violência doméstica (GRAF. 20).

A totalidade dos respondentes avalia que o serviço PVD tem cumprido os fins para os quais foi previsto, seja de maneira completa ou parcial (GRAF. 29).

## QUADRO 1

Pontos fracos e fortes do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar segundo os policiais militares integrantes do serviço PVD – Belo Horizonte – ago. 2011

Ponto	Especificação	Ponto	Especificação
Fraco	Número reduzido de militares atuando nesta modalidade de serviço .	Forte	A união e amizade estabelecida entre os militares que atualmente integram a equipe.
	Efetivo pequeno e a demanda maior.		União da equipe faz com que as operações sejam realizadas com qualidade.
	Sobrecarga aos militares, devido ao grande número de casos e o pouco efetivo de policiais disponibilizados para a modalidade.		Cumprimento do artigo 226, 8º da CF – família, base da sociedade, tem especial proteção do estado. 8º - o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.
	O número de militares integrantes desse serviço é inferior ao número de casos que surgem diariamente.		Responsabilidade, vontade, seriedade e união dos integrantes da PVD 41º BPM, no enfrentamento das adversidades desse serviço.
	O número insuficiente de militares frente ao número de casos registrados no BPM.		O envolvimento com o trabalho e a seriedade dos militares envolvidos com a 2ª resposta.
	Falta de policial para atender uma demanda maior, devido à demora de cada caso.		Apoio do comando do 41º BPM e dos seus integrantes

Fonte: Dados da pesquisa

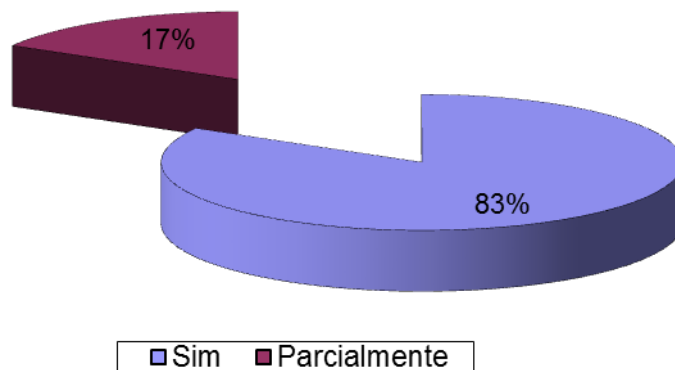


GRÁFICO 29 - Opinião dos policiais militares integrantes do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar sobre o serviço PVD estar ou não cumprindo os fins para os quais foi previsto – Belo Horizonte – ago. 2011

Fonte: Dados da pesquisa

Ao se solicitar explicações sobre o porquê desse posicionamento, as respostas remetem ao treinamento acurado, ao acesso a outros órgãos de apoio às mulheres e aos bons resultados do serviço.

Entretanto, indicam-se também falhas no sistema, principalmente a falta de órgãos de apoio aos homens. Nota-se, portanto, que os policiais não estão rigidamente apegados ao modelo feminista da violência doméstica, de forma a entender, inexoravelmente, o homem como agressor e a mulher como vítima.

Demonstra-se, assim, que os respondentes compartilham as preocupações de Soares (1999) no sentido de compreender a violência intrafamiliar como um fenômeno mais complexo e de se buscar erros e acertos nas duas teorias (a feminista e a não-feminista).

De igual forma, compartilha-se, também, a preocupação do Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), o qual indica que a cultura patriarcal impõe ao indivíduo masculino um código de virilidade muito pesado, superior às forças do homem para cumpri-lo, o que redundava em adoecimento.

Voltando ao GRAF. 29, as justificativas dos respondentes sobre o cumprimento ou não dos objetivos do serviço PVD são:

- a) o treinamento específico recebido pela equipe da PVD e o apoio de outros órgãos;
- b) os resultados positivos que se alcançou com muitas vítimas;
- c) o direcionamento necessário para a resolução do problema que os casos atendidos recebem;
- d) reclama-se haver muitos recursos disponibilizados para as vítimas, contudo para os agressores, que são os autores da violência, não existir apoio ou serviços especializados para o acompanhamento;
- e) o fato de se atuar, sobretudo, visando ao bem estar da mulher, não considerando, em muitos casos, necessidades do autor, como, por exemplo, acompanhamento psicológico ou inserção em programas contra a dependência ou uso de drogas. Indica-se ausência desses mecanismos no Estado;
- f) efetivo ainda insuficiente, devido ao grande número de casos em espera.

Ao se manifestar, especificamente, sobre como enxergam autores e vítimas, os policiais evidenciam sensibilidade ao drama humano, maturidade e profissionalismo. Ambos são vistos como seres humanos, os quais, indistintamente, precisam de ajuda (QUADRO 2).

Novamente, remete-se a Soares (1999) e ao Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), os quais sugerem o abandono de teorias específicas (feminista ou não-feminista) e a convergência a pontos comuns.

Assinala-se que o objetivo deve ser, sempre, o fim da violência, importando menos acusações recíprocas de gênero. Deve-se cuidar, em verdade, para que não haja nem vítimas nem agressores.

## QUADRO 2

Identificação do perfil de agressores e vítimas de violência doméstica segundo os policiais do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011

Atores da Violência doméstica	Identificação	Atores da Violência doméstica	Identificação
Agressores	É uma pessoa descontrolada, na maioria das vezes pelo uso de bebidas e drogas, ou por já ter um quadro de agressividade de gênero.	Vítimas	É uma vítima em potencial, pela sua fragilidade, por desconhecer seus direitos, por ter medo do agressor e, muitas vezes, ser totalmente dependente dele.
	Normalmente já existe um histórico de agressão anterior, acompanhado de envolvimento com bebida alcoólica ou entorpecentes e baixo grau de instrução.		É normalmente dependente financeiramente do agressor e com baixo grau de instrução, o que a obriga a aceitar a situação.
	Necessitam de tratamento e acompanhamento, pois muitos são dependentes do álcool e drogas. Outras vezes, aproveitam a demora da justiça, e às vezes, a impunidade para prosseguir no ciclo de violência.		São realmente vítimas desse fenômeno, pois muitas têm que mudar toda a sua rotina de vida para se livrar do problema, que, enquanto não mudar o foco de atuação, continuará assim.
	A maioria depende de alguma substância química ou apresenta transtornos psicológicos e, antes de receber uma punição, precisaria receber um acompanhamento para reestruturar o seu ser.		Em muitos casos são, verdadeiramente, vítimas e precisam de acolhimento do Estado. Em outros, oportunistas que só querem se beneficiar com a Lei Maria da Penha.
	Não acreditam na Lei Maria da Penha (alguns)		Desamparada, acreditando pouco na Lei Maria da Penha

Fonte: Dados da pesquisa.

Destaca-se, aqui, a resposta apresentada por um policial militar membro da equipe PVD, devido à isenção e maturidade. Veja-se:

[...] gostaria de manifestar a minha dificuldade em responder a questão de nº 17, visto que ainda busco estas respostas. Em análise mais profunda, responder a essas perguntas seria responder sobre que é o “ser humano”, e esta tarefa não é nada fácil. Ao longo de minha vida profissional, que já dura seis anos e meio (1 ano na PVD), pude constatar que o ser humano é um ser muito complexo e que suas relações entre si são mais complexas ainda. O fenômeno da violência é na verdade um problema de ordem social, que envolve um número infinito de fatores, o que torna muito difícil a nossa compreensão e capacidade de solucioná-lo. Nesse sentido, vou me permitir classificar tanto os agressores quanto as vítimas como SERES HUMANOS simplesmente, no sentido mais complexo de entendimento possível. (destaque do autor)

Sobre a qualidade do atendimento às ocorrências de violência doméstica pelas PAC, 100% dos pesquisados afirmam ter percebido melhoria. Os aspectos onde mais se observa evolução são: qualidade do histórico dos boletins de ocorrência (especialmente na descrição do ambiente e situação local), melhor orientação às vítimas e repasse à PVD das ocorrências sobre violência doméstica (QUADRO 3).

### QUADRO 3

Principais mudanças na qualidade do atendimento de ocorrência pelas patrulhas de atendimento comunitário (PAC) segundo os policiais do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011

Mudanças		
Primeira	Segunda	Terceira
Primeira resposta tem ajudado a orientar vítima e agressor.	Primeira resposta tem passado relatório dos casos problemáticos.	Primeira resposta tem se interessado em fazer um histórico de BO mais circunstanciado.
Evolução dos históricos nos boletins de ocorrência.	Envio de casos de violência doméstica pelos militares de primeira resposta.	Diversas indagações aos militares de segunda resposta feitas pela primeira resposta sobre violência doméstica.
A confecção do BO mais detalhado.	Melhor orientação para com as vítimas e sensibilidade para os casos.	Maior integração com o serviço de PVD, ao repassar os casos de violência doméstica.
Melhor qualidade dos registros confeccionados sobre violência doméstica.	Maior sensibilidade dos policiais no momento da ocorrência.	Maior preocupação dos policiais em repassarem para a segunda resposta casos que consideram mais graves.
Todas as demandas são passadas para os bancos de dados da PVD pela primeira resposta.	São orientadas pelo serviço PVD.	Segundo os comandantes das PAC, as ocorrências diminuíram.
Os BO confeccionados pela primeira resposta apresentam ligeira melhora.	Houve ligeira melhora quanto à orientação das vítimas no sentido de formalizar a representação na delegacia.	Ainda temos que melhorar muito!!

Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se, novamente, uma representação de melhoria geral no trato com a violência doméstica na área do Batalhão. Essa melhora, inicialmente percebida quando da análise da evolução histórica das ocorrências típicas (devido à redução), manifesta-se outra vez na análise dos dados obtidos com a primeira resposta e, do mesmo modo, repete-se aqui, na segunda resposta, de maneira fortalecida.

Se os integrantes do serviço PVD identificam melhorias, eles, em verdade, estão conscientes e exercendo suas funções, como, por exemplo, acompanhar os registros feitos pela primeira resposta. Logo, estão fazendo o acompanhamento e a leitura. Então, se os registros estão mais enriquecidos qualitativamente, é porque os policiais da segunda resposta estão a provocar evolução no conhecimento e conduta operacional no atendimento de ocorrências típicas (outro reflexo da atuação do serviço PVD – que tem, entre outros, a função de instruir a tropa). Como consequência, tem-se, logicamente, melhor atendimento para as vítimas, o que, ao final, ocasiona redução nas ocorrências. Portanto, há benefício geral para todos, tudo em decorrência da execução do serviço PVD.

Quando se analisa o grau de satisfação dos policiais da segunda resposta em trabalhar no serviço PVD, nota-se uma realidade que confronta as informações anteriores e demanda uma observação mais acurada. Isso porque 50% dos policiais se dizem insatisfeitos com o serviço (GRAF. 30).

Ora, para um serviço que tem provocado redução na incidência criminal, melhoria na motivação, elevação na qualidade técnica na redação de ocorrências típicas e, ainda, aumentado a sensação de segurança das vítimas, terem-se policiais insatisfeitos é situação que não se recomenda deixar “passar de largo” (MOREIRA, 2006).

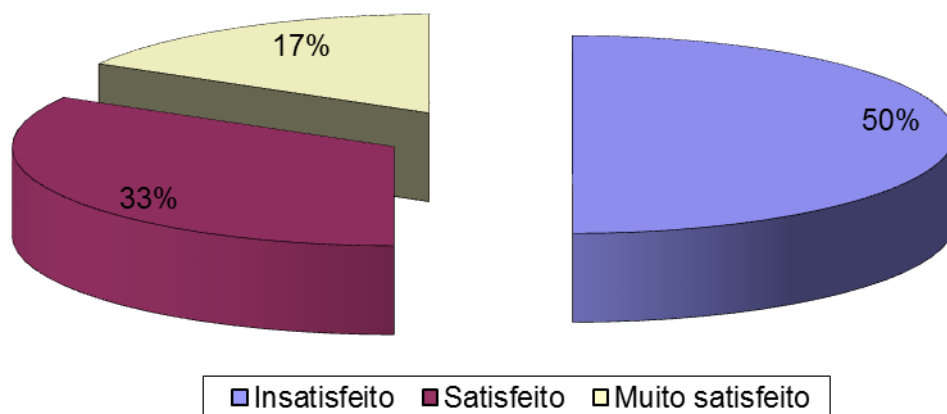


GRÁFICO 30: Nível de satisfação dos policiais militares integrantes do serviço de prevenção à Violência Doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar com o serviço PVD – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa

Esta pesquisa não se atém a identificar as causas da insatisfação dos militares, mas apenas a conhecer o sentimento deles. Contudo, essa descoberta descortina um problema que merece estudo mais detalhado, sob pena de haver prejuízo ao progresso que se vem alcançando no trato com a violência doméstica. Sugere-se um trabalho com o grupo, a fim de identificar as causas dessa desmotivação e se implantar soluções que reformem o sentimento deles.

Após terem se passados 12 meses de execução do serviço, os integrantes do serviço PVD descrevem, repetidamente, sensação de esgotamento mental e físico. Renovam-se esses relatos, inclusive citando perda de paciência e irritação com questões menores do dia a dia (QUADRO 4).

#### QUADRO 4

Principais reflexos que os policiais do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar perceberam em si mesmos, como consequência do dia a dia do serviço – Belo Horizonte – ago. 2011

Reflexos percebidos		
Primeiro	Segundo	Terceiro
Houve significativa melhora no meu desenvolvimento interpessoal, um aumento na capacidade de lidar com os outros (em situação de fragilidade).	Significativo desgaste mental.	Significativo desgaste corporal.
Capacitação dos militares na intervenção dos casos.	Cansaço mental por atuar em casos extremos onde a vítima está totalmente desamparada.	Cansaço físico. Tem dia que não dá vontade de trabalhar.
Desgaste psicológico.	Desgaste físico.	-
Um desgaste psicológico muito grande.	Desgaste provocado, também, por eventos festivos e repetitivos e certo afastamento entre teoria e prática.	Estresse, irritabilidade, falta de paciência, desgaste físico.
De início, um cansaço mental muito grande, porque tenho que ouvir todos os episódios de agressão para saber que destino tomar.	Os militares têm sido submetidos a uma carga excessiva de serviço.	Notei que, após algum tempo, ficara nervoso com coisas pequenas devido ao estresse do serviço.
Saber que estamos ajudando as pessoas menos estudadas.	Houve uma queda expressiva nesta modalidade de ocorrência.	Há resultados mais claros nas soluções das ocorrências.

Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se, talvez, uma das possíveis causas da insatisfação com o serviço antes referida. De igual forma, evidencia-se a necessidade de um acompanhamento mais aproximado das equipes. Acredita-se que um trabalho coordenado por psicólogo possa promover melhora no sentimento e ambiente dos policiais, além de auxiliar na otimização do serviço. Fica-se claro que, a se continuar da forma como está, corre-se o risco de adoecimento dos policiais executores da atividade de segunda resposta, o que, além do prejuízo humano para os militares, repercutiria negativamente em todo o serviço (primeira resposta, vítimas e estatística criminal). Perder-se-ia, dessa forma, todo o progresso que se alcançou, conforme se demonstra neste estudo.

Os pesquisados entendem que a equipe está comprometida com o serviço e, apesar de dificuldades enfrentadas na fase de implantação, atualmente, há alguns resultados positivos. Para eles, o serviço PVD é necessário e precisa de incremento no efetivo. De maneira geral, eles manifestam:

a) crença em que o serviço está sendo bem desenvolvido, contudo, carecendo-se de elevar o efetivo para 6 militares (devido à transferência para a reserva de um dos membros), para que seja mais fácil resolver os problemas das vítimas e questões internas (férias, TPB, trocas de serviço, etc.);

b) que o serviço PVD provocou redução do índice de ocorrências típicas;

c) satisfação com a equipe devido às características individuais de seus membros, como responsabilidade, seriedade e compromisso, o que permite a prestação de um bom nível de trabalho, mesmo em face de uma alta demanda de ocorrências. Cita-se também o apoio prestado pelo 41º BPM ao serviço;

d) que, após quebrar a resistência do público interno e vencerem-se as dificuldades logísticas, o serviço tem sido executado de acordo com a diretriz que o baliza, sendo visto de forma positiva, tanto interna quanto externamente;

e) que o serviço tem obtido grandes êxitos devido à dedicação e compromisso dos militares que o integram, mas as equipes (de todos os Batalhões) têm sido pequenas diante da grande demanda e se deveria investir em uma equipe maior, podendo-se, assim, obter resultados maiores.

Conclui-se, portanto, que os policiais conhecem o serviço de segunda resposta e compreendem a forma de sua execução. Igualmente, elevou-se a compreensão dos militares da primeira resposta sobre o significado e extensão da violência doméstica, redundando em melhoria geral no trato com a questão na área da Unidade, conforme hipóteses básica e secundária de pesquisa.

Conclui-se também que os integrantes da segunda resposta têm visão e conhecimento amplos sobre as possibilidades de sucesso do serviço PVD, contudo começam a ter problemas de motivação. A manifestação de 50% de insatisfeitos com o serviço, em conjunto com declarações de esgotamento mental e físico, demandam atenção imediata, sob pena de se perder os resultados positivos já alcançados.

### 5.3 Análise das informações obtidas com as vítimas de violência doméstica

O questionário aqui aplicado tem por objetivo conhecer se a execução do serviço PVD provocou aumento de confiança na Polícia Militar e elevação na segurança subjetiva das vítimas (hipótese secundária), acarretando melhoria geral no trato com a violência doméstica na área da Unidade (hipótese básica).

As mulheres agredidas têm idade que varia entre 18 e 50 anos e a maioria (67%) encontra-se na faixa etária compreendida entre 30 e 39 anos. O nível de escolaridade está compreendido entre fundamental incompleto (25%) e médio completo (33,3%). A metade delas trabalha como manicure ou, simplesmente, “do lar” (GRAF. 31 a 35).

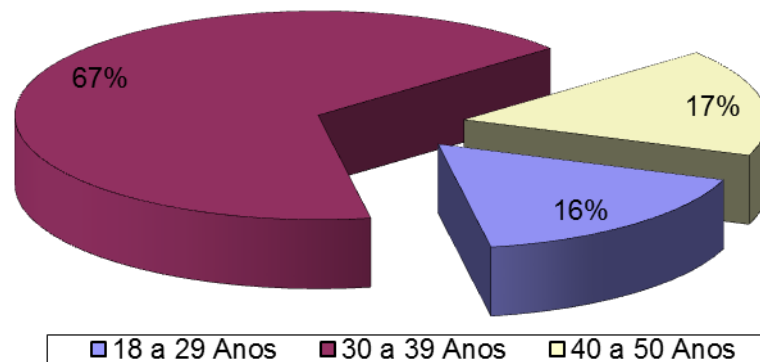


GRÁFICO 31 - Faixa etária das vítimas de violência doméstica (VD) da área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa

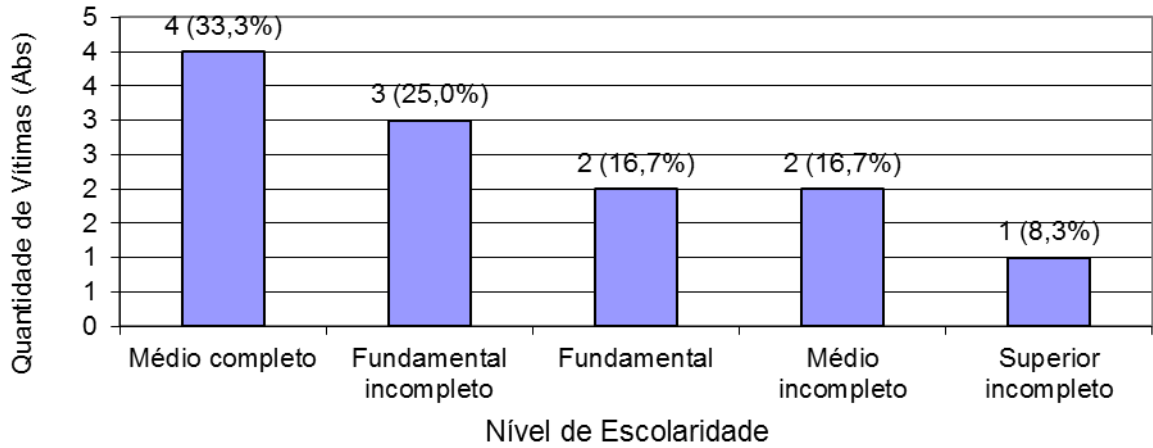


GRÁFICO 32 - Nível de escolaridade das vítimas de violência doméstica (VD) da área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011  
 Fonte: Dados da pesquisa

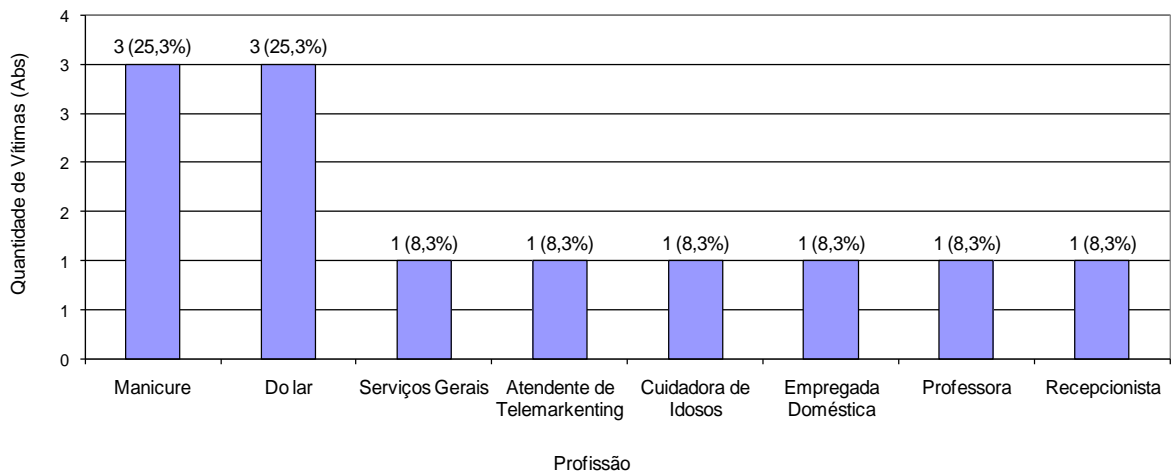


GRÁFICO 33 - Profissão das vítimas de violência doméstica (VD) da área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011  
 Fonte: Dados da pesquisa

Quase a metade delas se separou do agressor (42%), mas igual percentual continua ainda na união, com tempo de convivência variando entre 7 e 22 anos (GRAF. 34 e 35).

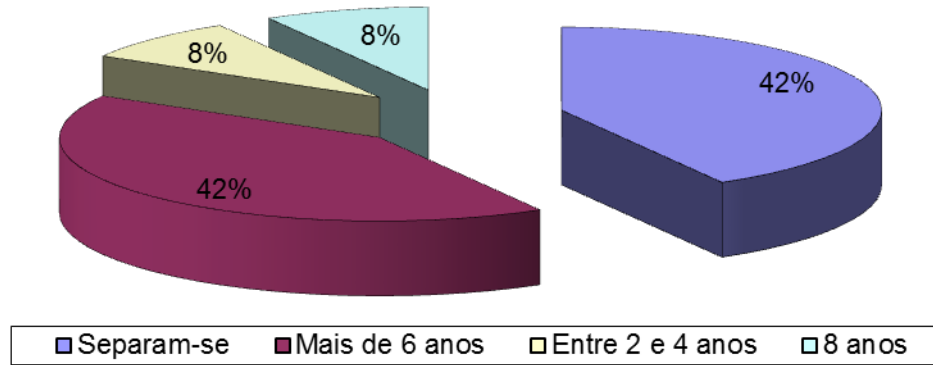


GRÁFICO 34 - Tempo de convivência com o agressor das vítimas de violência doméstica (VD) da área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa.

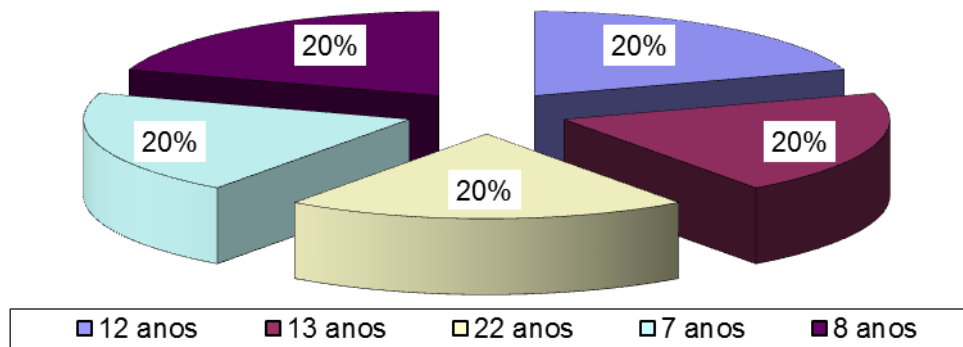


GRÁFICO 35 - Tempo de convivência com o agressor para vítimas de violência doméstica (VD) com mais de 6 anos de relacionamento da área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que as vítimas são mulheres de meia idade, com baixa escolaridade e, exatamente por isso, com poucas esperanças de inserção no mercado de trabalho. Portanto, acentua-se o caráter de dependência econômica do companheiro, o que as mantém presas ao relacionamento e as obriga a suportar agressões.

Fica-se claro, então, que, caso não haja intervenção externa, o ciclo da violência doméstica, conforme Soares (1999), instala-se e continua a produzir seus efeitos ininterruptamente. É o que explica, por exemplo, o fato de 41,7 % das vítimas ter feito, ao menos, 3 solicitações de ocorrência policial, quando não, 20 ou mais de 40 solicitações (GRAF. 36).

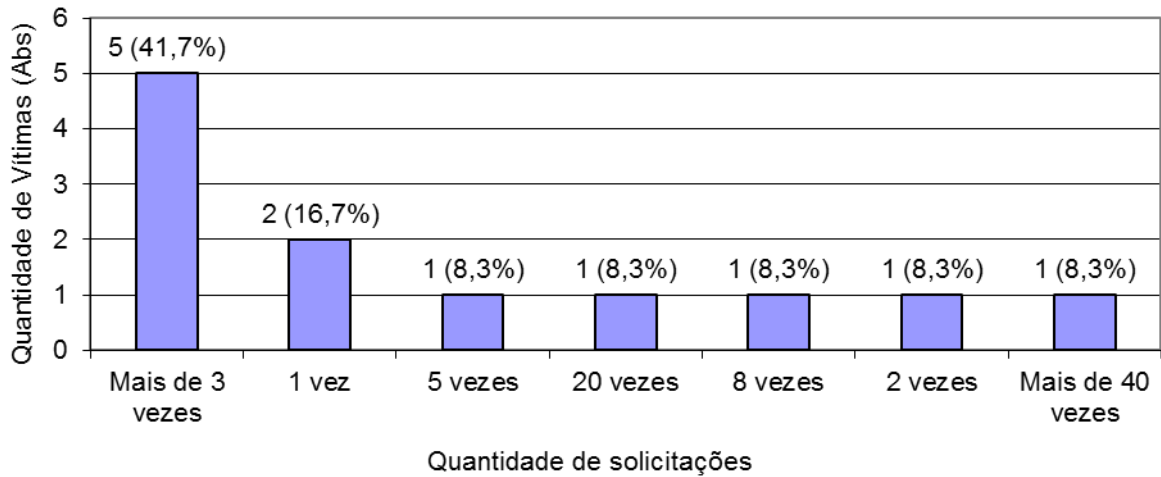


GRÁFICO 36 - Quantidade de acionamentos à Polícia Militar feitos por vítimas de violência doméstica (VD) com mais de 6 anos de relacionamento da área do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011  
 Fonte: Dados da pesquisa

O serviço PVD consubstancia-se exatamente nessa intervenção externa (ao ciclo da violência), cuja necessidade foi inicialmente verificada em 2006 (MOREIRA, 2006), quando se mostrou a realidade da vitimização repetida em eventos de violência doméstica.

Destaca-se, de igual forma, que o procedimento que a Instrução 01/2011 – 1 RPM (MINAS GERAIS, 2011) recomenda ao serviço PVD é o mesmo, isto é, quebrar o ciclo da violência.

O acerto dessa estratégia demonstra-se, entre outros, pela manifestação das vítimas sobre o serviço. Observa-se que 84% delas classificam o atendimento feito pelo serviço PVD como superior ou muito superior a todos os que já receberam dos demais policiais militares. Igualmente, 83% delas, independentemente de qualquer comparação, classificam-no como excelente (GRAF. 37 e 38).

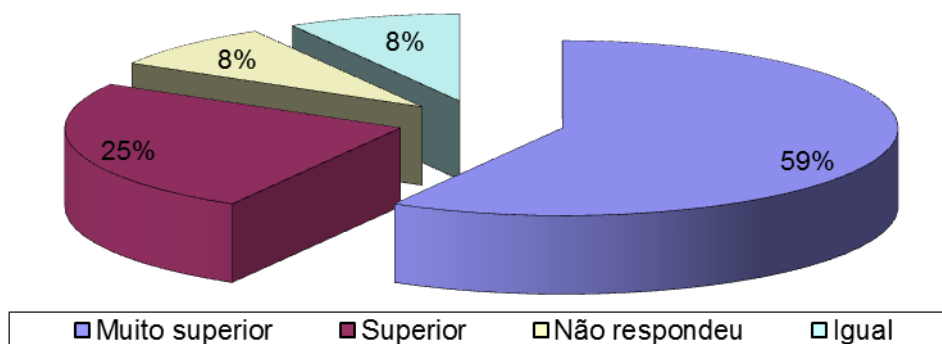


GRÁFICO 37 - Comparação entre o atendimento prestado pelos integrantes do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar e o dos demais policiais conforme as vítimas de violência doméstica – Belo Horizonte – ago. 2011  
 Fonte: Dados da pesquisa

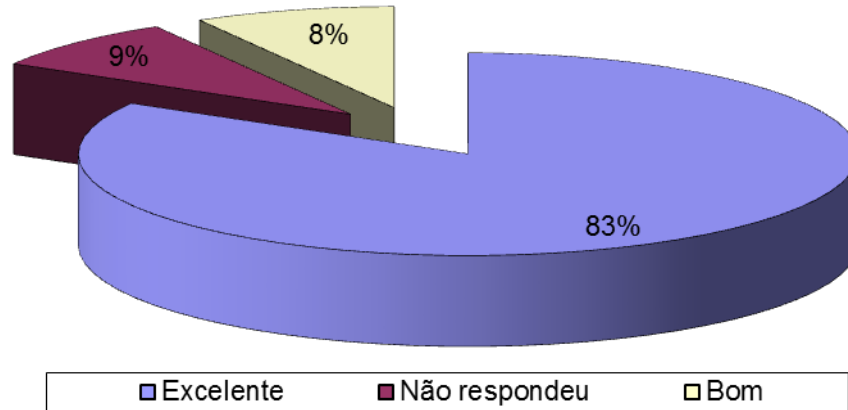


GRÁFICO 38 - Avaliação do atendimento prestado pelos integrantes do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar independentemente de comparação conforme as vítimas de violência doméstica – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa

Outra prova da adequabilidade do serviço é a manifestação das pesquisadas sobre si mesmas, pois 92% delas afirmam ter melhorado de situação após terem sido atendidas pelos policiais PVD. Mesmo aquelas que foram novamente agredidas após o atendimento (25%) relatam melhoria, uma vez que afirmam que os episódios de violência diminuíram (GRAF. 39).

Percebe-se, com isso, os resultados do treinamento recebido pelos membros da segunda resposta e do procedimento policial previsto para o serviço. Com efeito, acompanhar os casos após o registro da ocorrência e direcionar os trabalhos para quebrar o ciclo da violência mostra-se uma prática hábil a mudar a realidade da violência doméstica.

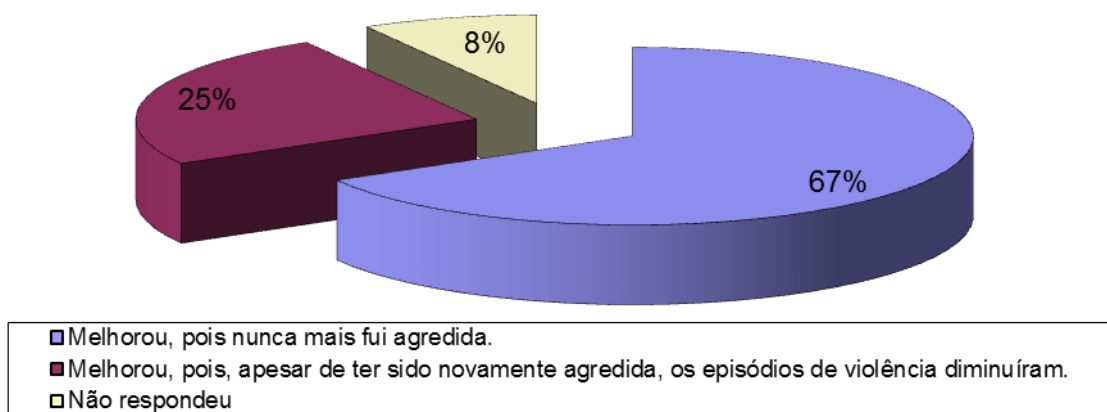


GRÁFICO 39 - Avaliação da própria situação após atendimento do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar conforme as vítimas de violência doméstica (VD) – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa

Na mesma linha de raciocínio, isto é, aceitação e aprovação do serviço PVD pelas vítimas, 75% delas afirmam que a Polícia Militar deve manter o serviço PVD (GRAF. 40) e as razões que elas apresentam para esse posicionamento são, conforme dados da pesquisa:

- a) “por ser útil na vida da gente”;
- b) “melhor compreensão por parte dos PM’s”;
- c) “mais segurança”, “atendimento diferenciado”;
- d) “ajuda muito as pessoas e é muito bom[...]esclarece os erros das pessoas”;
- e) “fez um serviço muito bom e pela preocupação em vir ao local”.

Dá-se ênfase a três relatos mais longos, que descrevem com alguns detalhes as atividades executadas pelos policiais PVD, reforçando o aspecto de acolhimento e orientação.

Pelo fato de ter sido ótimo. Foi imprescindível e deram proteção [...]. O companheiro após ter visto a equipe da prevenção se sentiu amedrontado.

Fui várias vezes na promotoria e os policiais da PVD colaboraram para que eu fosse bem atendida. Os militares ficaram a minha disposição. Eles são muito humanos e me deram toda assistência. Passaram para mim uma segurança total.

Depois que o agressor vê que o PM está presente, eles ficam com medo e param com as agressões. Não foi preciso fazer o BO (dados da pesquisa).

Destaque-se que uma das vítimas, ao responder que não é necessário a Polícia Militar manter o serviço PVD o faz porque ela já havia se separado do agressor, ou nos dizeres dela, “o ex companheiro já me deixou em paz” (dados da pesquisa). Logo, atesta eficiência do serviço.

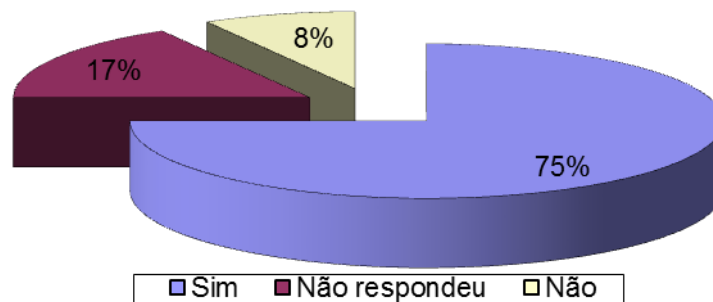


GRÁFICO 40 - Resposta das vítimas de violência doméstica (VD) à pergunta “a Polícia Militar deve manter o serviço de prevenção à violência doméstica (PVD)?” – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa

As respondentes, envolvidas pelo mesmo sentimento de aprovação, indicam sentirem-se mais seguras (83% delas) após atendimento feito pelos policiais do serviço PVD. Conseqüentemente, verifica-se ter havido confirmação da hipótese secundária de pesquisa, ou seja, que o serviço PVD provocou elevação na segurança subjetiva das vítimas (GRAF. 41).

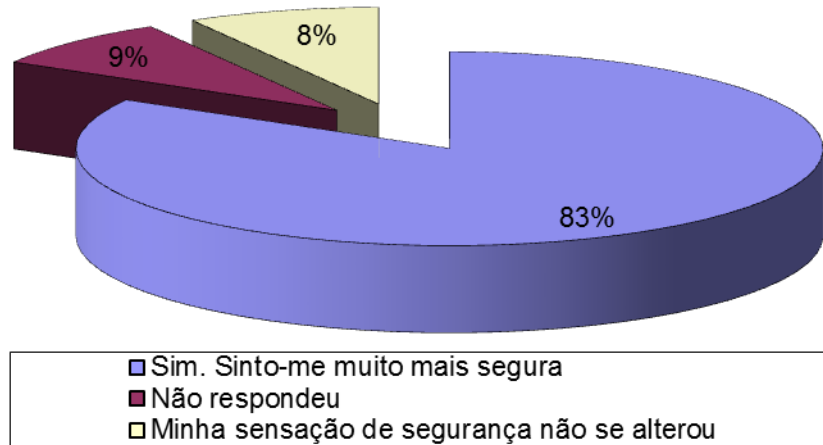


GRÁFICO 41 - Alteração da sensação de segurança subjetiva das vítimas de violência doméstica (VD) após atendimento pelo serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa

Essa sensação de segurança manifesta-se repetidas vezes na pesquisa, fortalecendo mais o atingimento da hipótese secundária de pesquisa. É o que se verifica, por exemplo, quando as pesquisadas afirmam não vislumbrar situação concreta em que o serviço possa ser melhor executado. Sobre o tema, elas manifestam:

- a) que o serviço está ótimo e a lei é que deve ser mudada;
- b) que os policiais integrantes do serviço PVD “[...] são perfeitos. Só precisam de mais colaboração das outras viaturas, que fazem o serviço de qualquer jeito” (dados da pesquisa);
- c) ainda sobre os integrantes do serviço PVD, que eles “vieram várias vezes ajudando [e] a forma que foi feita foi muito bom” (dados da pesquisa);

As únicas manifestações a favor de mudança são no sentido de “a polícia poderia ser mais dura com o agressor” ou apenas que o serviço pode “[...] ser cada vez mais aprimorado. Está muito bom, mas todo trabalho pode ser aprimorado” (dados da pesquisa)

No mesmo sentido, 67% das vítimas informam que, caso precisem ligar para o 190, preferem ser atendidas por policiais do serviço PVD e 59% assinalam que o contato com os policiais PVD fez com que elas confiassem mais na Polícia Militar. Novamente, verificam-se elementos que permitem admitir ter-se cumprido a hipótese secundária de pesquisa. Com efeito, além de confiarem mais em si mesmas, as vítimas estão a confiar mais na Polícia Militar, tudo como reflexo do serviço PVD (GRAF. 42 e 43).

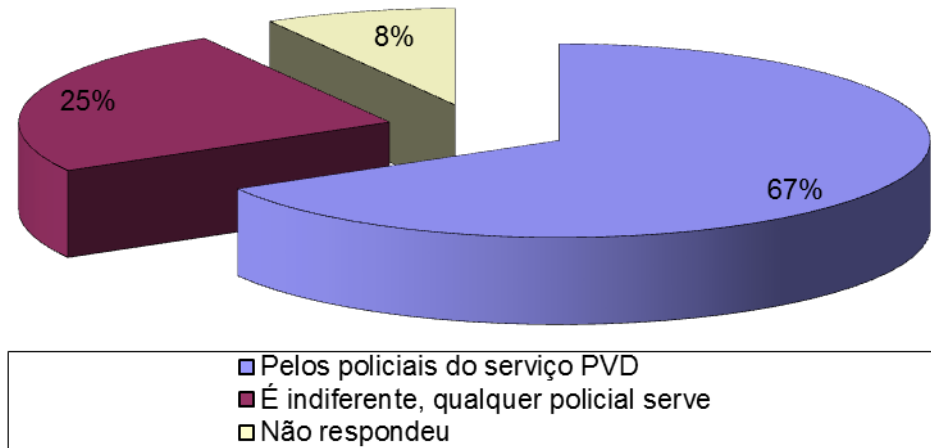


GRÁFICO 42 - Opinião das vítimas de violência doméstica (VD) sobre por quem gostariam de ser atendidas caso precisassem ligar para a Polícia Militar e solicitar ocorrência policial no 41º Batalhão de Polícia Militar – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa

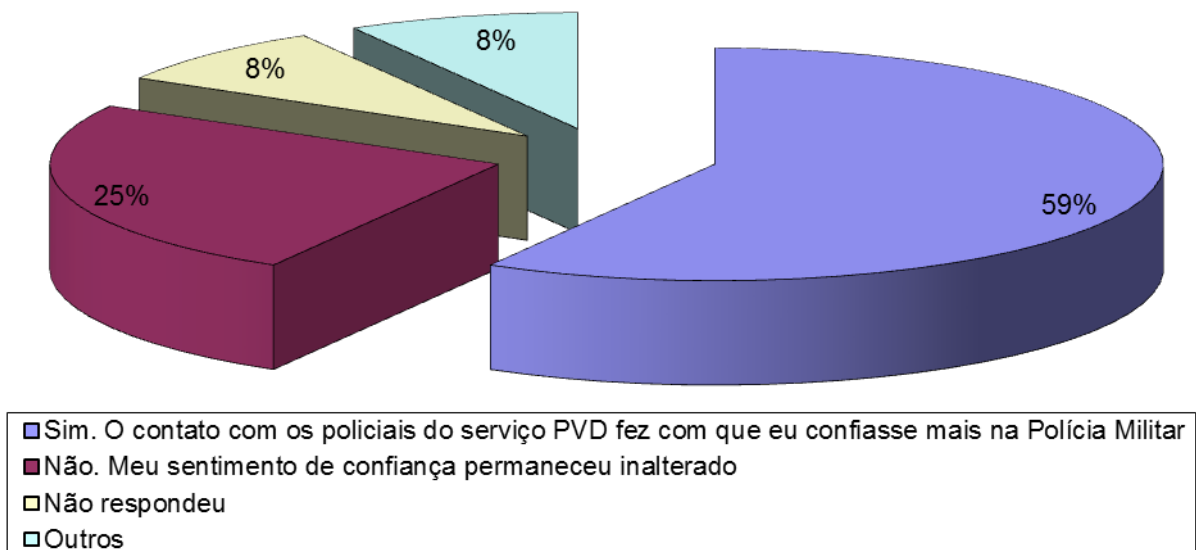


GRÁFICO 43 - Elevação da confiança na Polícia Militar como consequência do contato com os policiais do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar conforme as vítimas de violência doméstica (VD) – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa

As razões que levam as vítimas a essas manifestações estão ligadas a atendimento com qualidade superior, em diversos aspectos, por parte do serviço PVD. Elas se dizem melhor satisfeitas tanto com a postura individual dos policiais (principalmente no fator atenção), quanto pelos encaminhamentos das ocorrências ou orientações recebidas (QUADRO 5).

## QUADRO 5

Razões da preferência pelo atendimento dos policiais do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar e do aumento da sensação de segurança subjetiva conforme as vítimas de violência doméstica (VD) – Belo Horizonte – ago. 2011

Sentimento das vítimas		Sentimento das vítimas	
Razões da elevação		Razões da escolha	
	Melhor meio de defesa.		Devido ao mau tratamento das outras viaturas.
	O ex- companheiro respeita mais a PVD.		Melhor atendimento.
	Pelos conselhos dado pelos PM's.		Os outros PM levam para a delegacia, já a prevenção vem para conversar. Falam das leis e dos processos que podem ocorrer. Os outros PM tentam colocar panos frios e só levam na base da conversa.
	Eles dão segurança para que as vítimas saibam aonde recorrer.		Nunca precisei ligar para o 190 para chamar a PVD. Eles sempre fizeram visita e averiguaram a minha situação, desde a 1ª vez que fiz ocorrência.
<b>Segurança subjetiva</b>	Eles transmitem mais segurança.	<b>Preferência pelo serviço PVD</b>	O importante é que venham resolver o problema. Do jeito que tem sido feito, já esta bom.
	Por causa da autoridade que exerceu o papel dela quando eu precisei.		Apesar da policia militar ter me atendido bem, os policiais da prevenção já conhecem o meu caso.
	Eles me aconselharam sobre o que fazer.		-
	Sei que irão me atender sempre que eu precisar.		-
	Eles se empenham em me ajudar. Aconselham, dão apoio, orientam bastante, o que ameniza meu sofrimento.		-
	O serviço de prevenção vem mais para dialogar. Eles poderiam mostrar ou falar para o agressor das medidas drásticas que podem ocorrer.		-

Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se, mais uma vez, a adequabilidade da Instrução 01/2011 – 1 RPM (MINAS GERAIS, 2011) ao focar a atenção do serviço em quebrar o ciclo da violência e na análise de todas as causas que podem influir na eclosão da ocorrência. Com isso, retira-se o direcionamento único que antes se dava ao infrator, para fortalecer as vítimas e retirar do ambiente fatores que facilitam a perpetração do crime.

O resultado, conforme se demonstra nesta pesquisa, é a redução da quantidade de ocorrências, o aumento da sensação de segurança das vítimas e, igualmente, elevação da confiança na Polícia Militar. Tudo isso, reforça-se, provocado apenas por uma mudança na forma de interpretar o fenômeno do crime, com conseqüente alteração dos procedimentos policiais.

As pesquisadas conseguem diferenciar o serviço PVD da própria Polícia Militar. Um percentual de 75% delas pontua o serviço PVD com nota máxima (nota 10), ao passo que, para a Polícia Militar, apenas 34% atribui essa pontuação (GRAF. 44 e 45).

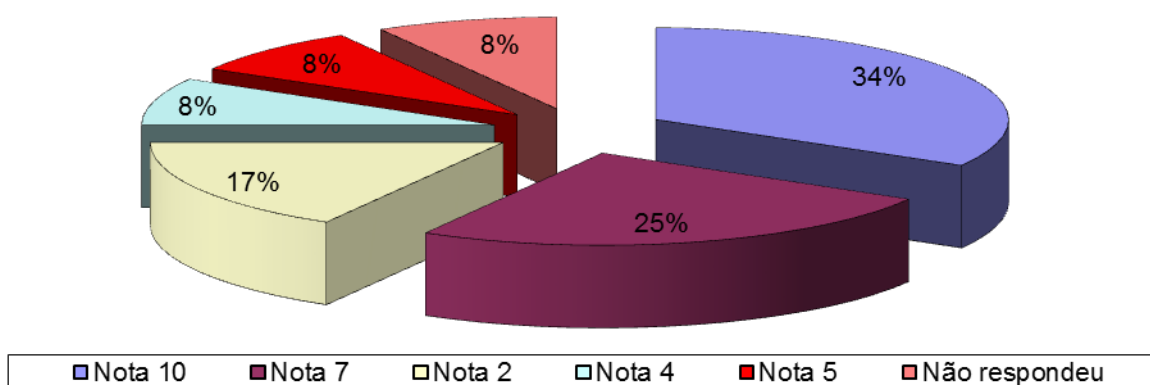


GRÁFICO 44 - Notas atribuídas à Polícia Militar na área do 41º Batalhão de Polícia Militar conforme vítimas de violência doméstica (VD) – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa

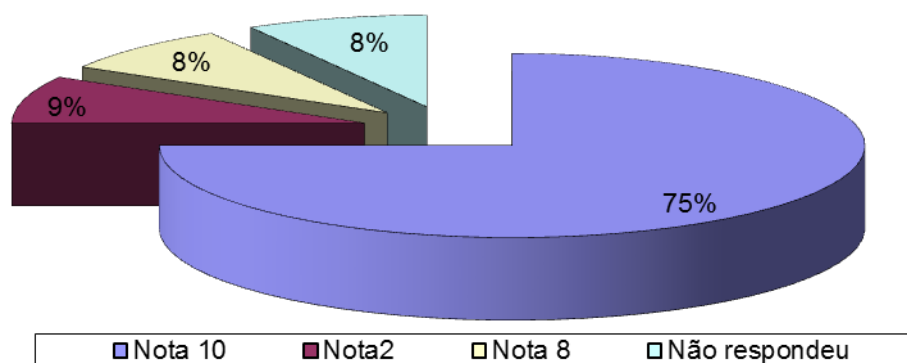


GRÁFICO 45 - Notas atribuídas ao serviço de prevenção à violência doméstica (PVD) do 41º Batalhão de Polícia Militar conforme as vítimas de violência doméstica (VD) – Belo Horizonte – ago. 2011  
Fonte: Dados da pesquisa

A atribuição de pontuação diferente está relacionada à atenção e soluções concretas que os policiais do serviço PVD proporcionaram às vítimas. Elas indicam agudas diferenças de tratamento entre os membros serviço PVD e o dos demais policiais. Veja-se as manifestações das respondentes:

a) o atendimento e a educação do serviço PVD foi bem melhor, pois os policiais não as tratam com descaso ou falta de educação, “como já ocorreu com as outras viaturas” (dados da pesquisa);

b) os policiais da prevenção dão apoio. Os outros policiais aconselham o casal a conversar e tentar resolver entre eles, pois “**não gostam de atender os casos de violência doméstica**”. Outros nem gostam de fazer o BO e muitos demoram em atender a ocorrência (dados da pesquisa, destaque nosso);

c) o tratamento dos outros policiais foi normal, mas com a prevenção foi (a vítima) muito bem assistida e aconselhada. “A policia no geral me orientou a procurar a delegacia de mulheres” (dados da pesquisa);

d) “Eu não posso reclamar, pois fui bem atendida e quando achei que não iria dar em nada, a **equipe apareceu como um anjo e eu vi que não estava sozinha**” (dados da pesquisa, destaque nosso).

Evidencia-se, portanto, além do reconhecimento ao bom trabalho da segunda reposta da violência doméstica, a necessidade de maior treinamento e instrução aos integrantes da primeira resposta (viaturas PAC). O incremento dessa medida, acredita-se, poderá implicar mais melhoria no trato com a questão (violência doméstica), com benefício a todos os envolvidos no processo (vítimas, agressores, policiais e a própria Polícia Militar).

Outro efeito que o serviço PVD provoca no comportamento das vítimas está relacionado ao encorajamento. Em verdade, o aumento da sensação de segurança e a confiança depositada no serviço fazem com que elas se disponham a não aceitar passivamente os atos de violência. A totalidade das pesquisadas afirma que, após atendimento pela primeira resposta, sente-se mais encorajada a denunciar agressões sofridas. Algumas das justificativas dessa confiança e encorajamento seguem transcritas abaixo, da exata maneira em que foram escritas nos questionários e, acredita-se, falam por si.

Quando é atendida pela PVD sim, mas quando chega na policia civil o serviço é lento e demora mais de um ano para tomarem providência.

Quando vi pela imprensa que as mulheres (vitimas) não daria em nada o caso delas, na hora em que eu acionei a PM, vi que eles não ignoraram e que funcionava. O que é triste são os inúmeros processos e poucas pessoas para trabalharem.

Depois das orientações do serviço de prevenção, quando acontece as brigas, corro e vou para a casa da minha irmã, para não ficar debatendo. Prefiro sair de casa do que ficar discutindo. Passa um tempo e depois volto para casa.

Sinto que melhorou pelo fato dos policiais terem me orientado a como proceder e a minha vida melhorou, pois conheci todos os meus direitos.

Tive mais coragem para agir. A sensação que se tem é de que tudo vai dar certo e acabará bem.

Agora sei que eles estão acompanhando o caso e dando mais atenção. (dados da pesquisa)

Por último, as respondentes fazem comentários livres sobre o serviço PVD e sobre a Polícia Militar. Novamente sobressai uma avaliação mais positiva do serviço em comparação com a Corporação, conforme já se verificou neste trabalho (GRAF. 40, 42, 44, 45). Vejam-se algumas manifestações:

PM: deveria ter mais viatura para atender, aumentar o número de efetivo e atenderem melhor as ocorrências. PVD: eles devem continuar o trabalho, porém devem ser mais rigorosos no poder de autoridade para agir com o agressor. Intimidar o agressor para que ele perceba que a vítima está amparada e ele (o agressor) está errado.

PVD: atende muito bem, são muitos humanos, educados e dão assistência às vítimas e à família. Ajudaram-me totalmente. Inclusive, obtenho o mandado de prisão em mão o que garantiu a prisão do ex-companheiro.  
PM: olhar quem é polícia de verdade. Às vezes eles humilham, xingam e são muito agressivos. Várias vezes me trataram mal e me xingaram. Não deram atenção para mim. Tem polícia que é muito complicado.

PVD: é muito bom o trabalho deles, é bem exercido e explicam direito, além de terem me tratado muito bem. PM: é muito competente.

Na hora que precisei da PVD e da PM, os dois vieram e tive notícia que eles foram na casa do agressor, este sentiu que iria ter justiça, foi muito bom (dados da pesquisa).

As informações colhidas com as vítimas e aqui tratadas explicitam um claro sentimento de aprovação do serviço PVD. Elas demonstram estarem mais confiantes em si mesmas e mais confiantes na Polícia Militar, mais encorajadas e menos vulneráveis, alcançando-se, portanto, a hipótese secundária de pesquisa.

O atingimento da hipótese secundária, por sua vez, permite afirmar-se que, no que tange às vítimas, cumpriu-se também a hipótese básica, ou seja, verificou-se melhoria geral no trato com a violência doméstica na área da Unidade.

A seção seguinte traz as conclusões da pesquisa e sugestões finais.

## 6 CONCLUSÃO

Nesta seção, pretende-se averiguar se os dados da pesquisa de campo são confirmados pela teoria, retomando-se o conteúdo das seções anteriores e apresentando-se as conclusões e sugestões finais.

Para compreensão deste objeto de estudo, o serviço de prevenção à violência doméstica na área do 41º Batalhão de Polícia Militar, busca-se, inicialmente, rever os modelos teóricos de conceituação da violência doméstica.

Saffioti (1997), Kronbauer e Meneghel (2005), Giffin (1994), Moreira (2006), entre outros, apresentam um modelo teórico da violência doméstica com base na abordagem feminista. Esse modelo conceitua essa violência no âmbito do gênero, em que a mulher é, sempre, a vítima e o homem, sempre, o agressor.

Soares (1999) apresenta um segundo modelo, o da violência intrafamiliar (não-feminista), que retira do homem a pecha de culpado absoluto pela violência doméstica e remete suas causas a todo o ambiente da família.

Quanto aos determinantes teóricos do embasamento teórico selecionado para a pesquisa, em Saffioti (1997), Kronbauer e Meneghel (2005), Giffin (1994), Moreira (2006) e Soares (1999), assinala-se entendimento, segundo o modelo feminista, de que a violência doméstica contra a mulher recebe amparo da cultura patriarcal.

Indica-se que o patriarcalismo impõe à mulher um papel social de subalternidade e obediência ao homem. Segundo o feminismo, reside aí uma das principais motivações da violência doméstica, que, para as feministas, é violência de gênero.

Compreende-se o gênero como produto final do papel social que a cultura patriarcal impõe a homens e mulheres. Nesse sentido, relaciona-se (o gênero) a um padrão de comportamento aprendido e endossado pela comunidade. Corresponde à conduta que se espera do homem e da mulher para que eles sejam aceitos socialmente, motivo pelo qual sua extensão ultrapassa a simples diferenciação genital entre os sexos masculino e feminino (SOARES, 1999).

De acordo com o modelo feminista, o homem aprende, desde criança, a exercer dominação e opressão sobre a mulher e esta, também por aprendizagem social, assume o papel de obediência, de menor importância e de submissão ao homem. Nesse sentido, entende-se que a própria cultura patriarcal, em si, já é uma forma de violência contra a mulher.

No ano de 2001, o Ministério da Saúde editou o “Caderno de Atenção Básica – nº 8”, que apresenta perspectiva, em certa medida, contraditória à teoria feminista, já que esta relaciona apenas as mulheres como vítimas possíveis. A obra cita a cultura patriarcal como fonte de adoecimento, também, para o homem, por impor a ele um papel social impossível de se cumprir (ser o provedor, ter autocontrole, ser sexualmente potente, ser competitivo, fazer-se respeitar pela mulher, entre outros). Assinala-se que a impossibilidade de se cumprir esse código de virilidade imposto ao gênero masculino leva ao adoecimento do homem e pode, inclusive, conduzir a atos de violência (BRASIL, 2001).

Soares (1999), ao apresentar o modelo não-feminista, oferece uma visão mais recente sobre o tema, em que o viés do gênero não é a única fonte de sua explicação. Para esse modelo (não-feminista), tanto o homem quanto a mulher podem ser agressores ou vítimas. De igual forma, um conjunto de outras variáveis no seio da família podem resultar na violência doméstica. Cita-se a violência da mulher contra o homem e vice-versa, a violência contra as crianças e entre as crianças, o estresse, a educação dos filhos com base em castigos corporais, entre outras.

A contribuição dos dois modelos foi pertinente no sentido de se procurar reconhecer erros e acertos em cada um e se partir, sem apego a nenhum deles, à busca de soluções ao problema (a violência doméstica em si).

A seção 3 caracteriza o objeto de pesquisa e busca apresentar o contexto macro e micro do ambiente que permeou a criação e execução do serviço PVD.

No contexto macro, mostra-se a vocação preventiva da PMMG, com destaque para as funções de garantia da liberdade, da cidadania e da proteção aos direitos humanos. Ainda no ambiente macro, fortalece-se a obrigação de prevenção ao crime por parte da Polícia Militar, com abandono do modelo tradicional de polícia, focado apenas na prisão do infrator. O novo marco, embasado na teoria das atividades rotineiras, é voltar-se as atenções para o ambiente, evitando circunstâncias que possam favorecer a atividade criminosa, e para o fortalecimento das vítimas, retirando delas a vulnerabilidade.

Nessa perspectiva, cria-se o serviço PVD, cujo foco é a quebra do ciclo da violência doméstica, na exata orientação de abandono do modelo tradicional de polícia. O serviço tem duas frentes de trabalho, que são denominadas primeira e segunda respostas.

A primeira resposta corresponde aos policiais militares que atuam diretamente no atendimento e registro das ocorrências de violência doméstica, as patrulhas de atendimento comunitário (PAC).

A segunda resposta corresponde ao serviço PVD propriamente dito e tem por objeto de trabalho fornecer orientação técnica e fortalecimento emocional às vítimas, mediante acompanhamento e visitas, de forma ininterrupta e de iniciativa. Atua também junto aos agressores, para conter o ímpeto violento deles, retirar-lhes a invisibilidade e orientar sobre as conseqüências jurídicas da violência. O objetivo final é quebrar o ciclo da violência e impedir sua reconstrução. Atua também com o público interno, especialmente com as PAC, na função de treinar e instruir sobre os procedimentos policiais recomendados à atuação em ocorrências de violência doméstica.

O contexto micro descreve o 41º Batalhão de Polícia Militar, Unidade na qual servem cerca de 500 policiais militares e cuja circunscrição territorial está situada na região do Barreiro, em Belo Horizonte (MG), local alvo da pesquisa.

A seção 5, análise e interpretação dos dados da pesquisa, mostra os reflexos que o serviço PVD provocou na área do 41º BPM.

A pergunta norteadora da pesquisa propõe-se a investigar se o serviço de prevenção à violência doméstica (PVD), na área do 41º Batalhão de Polícia Militar (BPM), tem cumprido os objetivos propostos nas normas que orientam sua execução.

Formulou-se como hipótese básica que o serviço PVD provocou melhoria geral no trato com a violência doméstica na área do 41º BPM. Como hipóteses secundárias, levantou-se: que o serviço PVD provocou queda na estatística de ocorrências típicas de violência doméstica, aumentou a motivação e conhecimento dos policiais da primeira resposta sobre o tema e influiu na sensação de segurança subjetiva e confiança das vítimas na Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG).

Os GRAF. 2, 3, 4, 5, 6 e 7, bem como as TAB. 5 e 6, mostram que, nos 12 primeiros meses de implantação e execução do serviço, houve queda na quantidade de ocorrências típicas de violência doméstica, com uma variação final negativa (queda) de 3,7%. Embora, pareça se tratar de variação pequena, ou mesmo de tendência à estabilidade, é preciso reforçar que, conforme TAB. 5, nos 12 meses antes da implantação do serviço PVD, a tendência era de crescimento (1,5%) dessas ocorrências. Portanto, os dados permitem concluir que a implantação do serviço, além interromper essa tendência (elevação), promoveu sua inversão, ou seja, assinalou o início de um período de queda. Conclui-se, portanto, que o mês de julho de 2010, data do início efetivo do serviço PVD, representa um marco divisório na evolução histórica das ocorrências típicas de violência doméstica na área do 41º BPM.

A mesma constatação (queda na quantidade de registro de ocorrências típicas) aparece nas revelações dos policiais da primeira resposta (comandantes de viaturas PAC), os quais manifestam sentimento de aprovação geral do serviço (GRAF. 15, 16, 18, 20 e 21). Os integrantes da segunda resposta apresentam idêntica percepção, conforme se depreende, por exemplo, do QUADRO 3 e do GRÁF. 7.

Comprova-se, portanto, a hipótese secundária de pesquisa segundo a qual a implementação do serviço PVD propiciou diminuição na quantidade de registros de ocorrências sobre violência doméstica na área do Batalhão. Igualmente, atinge-se, parcialmente, a hipótese básica (melhoria geral no trato com a violência doméstica). Com efeito, a diminuição dos registros é um indicativo de melhoria geral no trato com o tema.

Os policiais da primeira resposta reforçam sentimento de aprovação do serviço PVD (GRAF. 14 a 21) e da melhoria geral no trato com a violência doméstica após sua implantação. Especificamente, indicam ter percebido, em si mesmos, evolução de conhecimento sobre o tema, mudança na conduta operacional e elevação de motivação em lidar com a violência doméstica. Manifestam, ainda, ser necessário ampliar-se o serviço PVD, por esse representar boa prática no combate à violência doméstica.

Percebe-se, portanto, ter-se atingido a segunda hipótese secundária de pesquisa, que é o aumento da motivação e conhecimento dos policiais da primeira resposta sobre o tema (violência doméstica). Os dados da pesquisa não deixam dúvidas a esse respeito.

O QUADRO 3 demonstra que houve evolução na qualidade do atendimento feito pelas viaturas PAC à violência doméstica. Esse crescimento, qualitativo, manifesta-se pela melhor orientação às vítimas, pela confecção do histórico do boletim de ocorrência mais detalhado e pelo repasse dessas ocorrências à segunda resposta.

Igualmente, o GRAF 30 mostra que o serviço PVD cumpre os fins para os quais se destina, especialmente, como consequência do treinamento ministrado aos membros da segunda resposta. Essa compreensão já se manifestara antes, quando da constatação da diminuição na quantidade de registros de ocorrências típicas.

Conclui-se que os policiais da segunda resposta estão a conseguir promover a quebra do ciclo da violência doméstica, o que resulta na diminuição dos registros e influi em todo o trato com a questão.

O QUADRO 2 revela que, embora o serviço PVD tenha tido o foco inicial em atuar exclusivamente nos casos de violência contra a mulher, não se constata nos policiais, filiação exclusiva à teoria feminista ou a não-feminista. Eles conseguem vislumbrar as necessidades dos agressores (homens), principalmente no que diz respeito à orientação e

encaminhamento de usuários crônicos de bebidas alcoólicas e drogas. Igualmente, em relação às mulheres, eles as percebem como pessoas fragilizadas, amedrontadas, desamparadas e sem conhecimento dos próprios direitos.

Entretanto, eles não manifestam, rígida e inexoravelmente, que as mulheres são vítimas incondicionais e os homens, agressores em potencial. Vislumbram que ambos são pessoas humanas, cada qual carecendo de ajuda específica.

Revela-se, portanto, harmonia com a tese defendida por Soares (1999), no sentido de se encontrar erros e acertos nas teorias feminista e não-feminista da violência doméstica, buscando-se os pontos de convergência. Igualmente, assinala-se foco em impor fim à violência, em si, importando menos acusações recíprocas de gênero. Abstrai-se, portanto, tendência a equilíbrio e idoneidade dos integrantes do serviço PVD no que tange aos modelos conceituais de violência doméstica.

O GRÁF. 30 revela uma informação que, mesmo parecendo contraditória com os demais dados da pesquisa, não o é. Os policiais relatam esgotamento mental, físico e, até, perda de paciência e irritação com questões menores do dia a dia. Na sequência, 50% dos integrantes da segunda resposta se dizem insatisfeitos com o serviço PVD. Pode-se estar diante de sintomas de estresse específico do serviço, pois a segunda resposta lida com casos e não, com incidentes. Por isso, seus integrantes tendem a ter um envolvimento maior com os problemas e com as pessoas que estão acompanhando.

O QUADRO 4 revela também um sentimento de estar-se diante de uma carga de serviço superior à capacidade de resposta dos policiais. Então, os militares, mesmo devidamente treinados e com conhecimento específico das atividades a executar, não conseguem dar andamento a todos os casos.

O GRÁF. 20 sugere constatação semelhante (demanda superior à capacidade de resposta), uma vez que 82% dos comandantes de PAC entendem ser necessário expandir o serviço PVD, por ele representar uma boa prática de atuação frente à violência doméstica. Os integrantes da primeira resposta assinalam, inclusive, entendimento de que cada Companhia Especial deveria ter seu próprio serviço PVD. Dessa forma, diminuir-se-ia a carga de serviço sobre a segunda resposta, por reduzir a área de atuação, e se teria influência positiva geral na violência doméstica em toda a Companhia, conforme se tem demonstrado nesta pesquisa.

Trata-se, portanto, de situação que não se recomenda deixar “passar de largo”, conforme Moreira (2006), e que carece ação específica. Não se concebe que policiais que conseguem reduzir a incidência de ocorrências, elevar o conhecimento técnico e a motivação

dos membros da primeira resposta e, mesmo, fortalecer as vítimas, possam permanecer desmotivados e insatisfeitos com o trabalho.

As vítimas, por sua vez, também apresentam sentimento de aprovação massiva do serviço PVD. Os GRAF. 36 a 40 revelam que elas diferenciam esse serviço de outros executados pela Polícia Militar e, mesmo, da própria PMMG.

Revela-se que o tratamento dado pelos membros da segunda resposta é superior ao dos demais policiais e que a situação delas melhorou após serem atendidas pelo serviço. Indicam as vítimas que as agressões perpetradas pelos companheiros, quando não extintas, diminuíram após atuação da PVD, com o quadro de melhoria geral.

Os GRAF. 40, 43 e o QUADRO 5 mostram que essa situação influenciou na sensação de segurança e na confiança na Polícia Militar por parte das vítimas, pois 83% delas afirmam se sentir mais seguras. Igualmente, 59% revelam confiar mais na Polícia Militar após atendimento do serviço PVD.

De acordo com 75% das vítimas, o serviço PVD merece nota 10 (máxima), ao passo que, para a Polícia Militar, apenas 34% delas atribuem a mesma pontuação. A razão dessa diferenciação está na atenção, importância e acompanhamento que o serviço PVD faz de cada caso. As vítimas relatam ser tratadas com descaso e desdém pelos demais policiais militares.

Conclui-se ter-se cumprido a terceira hipótese secundária de pesquisa, pois os dados demonstram que o serviço PVD provocou aumento da sensação de segurança subjetiva e de confiança na Polícia Militar por parte das vítimas.

Destaca-se que a postura operacional prevista pela Instrução 01/2011 – 1 RPM (MINAS GERAIS, 2011) mostrou-se acertada e adequada. A busca de intervenção externa ao quadro de vitimização repetida, cuja necessidade foi identificada por Moreira (2006), redundou na criação do serviço PVD. Igualmente, o foco do serviço em fugir do modelo tradicional de polícia (focado apenas no agressor) para atuar em todo o ambiente do crime e no fortalecimento das vítimas (quebra do ciclo da violência) produziu os efeitos que dele se esperava.

A pesquisa demonstra que a quantidade de registros de ocorrências típicas de violência doméstica diminuiu, que as vítimas revelam-se mais confiantes em si mesmas e na Polícia Militar e que os policiais da primeira resposta apresentam elevação de motivação e conhecimento técnico sobre o tema. Conclui-se, portanto, ter havido melhoria geral no trato com a violência doméstica na área do 41º BPM, o que remete à confirmação da hipótese

básica de pesquisa. Logo, mais uma vez, percebe-se que o serviço PVD tem cumprido os fins para os quais se destina.

Ademais, a redução do medo do crime, a elevação da confiança na Polícia Militar, a aprovação e boa avaliação do serviço pelas vítimas e o efeito dissuasor verificado nos agressores, revelam-se um dos pontos de maior relevância do serviço. Ora, além da redução na estatística, verifica-se melhoria na imagem da Polícia Militar. Então, um serviço específico, voltado a um público também específico está a influenciar toda a Corporação.

Dessa forma, a pergunta de pesquisa elaborada para este estudo foi respondida e os objetivos propostos foram alcançados.

No entanto, a questão da insatisfação com o serviço de 50% dos integrantes da segunda resposta, especialmente pela demanda superior a capacidade de resposta deles, carece de estudo e atenção específica.

Assim, os achados e conclusões desta pesquisa permitem sugerir:

- a ampliação do treinamento para a primeira resposta (comandantes de viatura PAC), considerando tratar-se de tropa antiga (61% tem entre 40 e 50 anos) e com nível de escolaridade estacionado no ensino médio (cerca de 80%), completo ou não. Tal faixa etária sugere que os militares tenham recebido educação tradicional, nos moldes da cultura patriarcal, e que estejam, eles mesmos, impregnados pela compreensão da violência doméstica sob o viés do gênero. Fica claro, portanto, a necessidade de treinamento contínuo. Sugere-se, também, em razão da relevância do serviço, o estabelecimento, como objetivo estratégico da Polícia Militar, do treinamento de 100% da tropa encarregada da primeira resposta;

- a ampliação do efetivo a ser empregado na segunda resposta do serviço PVD. Os dados desta pesquisa demonstram que tem havido queda no registro de ocorrências típicas, elevação da compreensão e da motivação dos policiais da primeira resposta e, relativamente às vítimas, aumento da sensação de segurança subjetiva e da confiança na Polícia Militar. Portanto, aumentando-se a disponibilidade do serviço, as consequências dele também se intensificarão. Logo, ter-se-ia menos ocorrências e elevação geral da motivação e, como consequência, mais policiais em condições de atuação na prevenção de outros ilícitos, conforme recomenda a DEGEOP (MINAS GERAIS, 2010);

- a implementação de acompanhamento assíduo, preferencialmente por psicólogos, dos policiais militares integrantes da segunda resposta. O sentimento de esgotamento físico e mental, conjugado com a insatisfação de 50% deles com o serviço, demanda intervenção, sob pena de se perder os resultados até aqui alcançados.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 2011. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 11.340, de 22 de setembro de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 2006. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>. Acesso em: 9 de fevereiro de 2011.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2008. Disponível em <[http://200.130.7.5/spmu/docs/livreto\\_mulher.pdf](http://200.130.7.5/spmu/docs/livreto_mulher.pdf)>. Acesso em: 9 de fevereiro de 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço**. Brasília, 2001. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05\\_19.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf)>. Acesso em: 27 de abril de 2011.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Enfrentamento à violência contra a mulher: balanço de ações 2006-2007**. Brasília, 2007.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2004. Disponível em <<http://200.130.7.5/spmu/docs/Plano%20Nacional%20Políticas%20Mulheres.pdf>>. Acesso em: 9 de fevereiro de 2011.

GIFFIN, Karen. Gender Violence, Sexuality and Health. **Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde**. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.10, supplement.1, p. 146-155, 1994.

KRONBAUER, José Fernando Dresch; MENEGHEL, Stela Nazareth. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências da Saúde. Universidade Vale dos Sinos. **Revista de Saúde Pública**, São Leopoldo, RS, v. 39, n.j., p. 695-701, 2005.

MINAS GERAIS. Constituição (1989). **Constituição do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2011. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/downloads/constituicaoEstadual.pdf>>. Acesso em: 09 de julho de 2011.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando Geral. **Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Público 30.01.01/2010** [DGEOp]. Regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Primeira Região de Polícia Militar. **Instrução 01/2011 – 1ª RPM**. Serviço de Prevenção à Violência Doméstica. Polícia Militar: Belo Horizonte, 2011.

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. **Lei 6.624, de 19 de julho de 1975**. Dispõe sobre a organização básica da polícia militar do Estado de Minas Gerais e da outras providencias. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <[www.planejamento.mg.gov.br/governo/gestao\\_logistica/leg\\_mat/legislacao\\_tema.asp?op=view&txtOrigem=NaoTema&txtTipo=E&txtVerLegNum=6624&txtVerLegAno=1975&txtVerNtrCod=1&txtVerTipCod=5](http://www.planejamento.mg.gov.br/governo/gestao_logistica/leg_mat/legislacao_tema.asp?op=view&txtOrigem=NaoTema&txtTipo=E&txtVerLegNum=6624&txtVerLegAno=1975&txtVerNtrCod=1&txtVerTipCod=5)>. Acesso em: 9 de julho de 2011

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando Geral. **Resolução 3.848, de 13 de março de 2006**. Altera, provisoriamente, o Plano de Articulação e o Detalhamento e Desdobramento do Quadro de Organização e Distribuição da Polícia Militar de Minas Gerais – DD/QOD aprovados pela Resolução nº 3.827, de 31 de Agosto de 2005, e dá outras providências. Belo Horizonte, 2011. <Disponível em <https://intranet.policiamilitar.mg.gov.br/intranet/app/legislacao/resumoLegislacao.action>>. <Acesso em 09 de julho de 2011>

MOREIRA, Cícero Nunes. **A passar de largo: vitimização repetida e violência conjugal**. 2006. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública) – Academia de Polícia Militar, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2006. CD-ROOM

SAFFIOTI, Heleith. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, Márcia (org.) **Violência em debate**. São Paulo: Moderna, 1997. p. 39 – 57.

SOARES, Bárbara Msusumeci. **Mulheres Invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1999.

VALLON, Maria Helena Rossi. **Metodologia científica**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2011. Apostila para o Curso de Especialização em Segurança Pública.

## APÊNDICE – Questionários

a) Policiais militares integrantes da primeira resposta do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD):

Caro policial militar

Sou o Cap PM Adriano Nepomuceno de Carvalho, aluno do CESP/2011, e esse questionário é um dos instrumentos usados na pesquisa que estou a realizar sobre o tema “O Serviço de Prevenção à Violência Doméstica: avaliação de sua execução na área do 41º BPM”.

O objetivo é conhecer o reflexo da execução do serviço PVD junto aos policiais que atuam na primeira resposta (viaturas PAC), bem como verificar se a implantação do serviço propiciou elevação de conhecimento sobre o tema e/ou provocou alguma mudança na conduta operacional face às ocorrências de violência doméstica.

(continua)

---

### PERGUNTAS

Marque com um “x” a sua resposta

1) Idade:

2) Sexo:

Masculino.  Feminino.

3) Graduação:

Soldado.  Cabo.  Sargento.  Subtenente.

4) Tempo de serviço na PMMG

Menos de três anos.  Entre três e seis anos.  Entre sete e dez anos.  Mais de dez anos. Especificar:

5) Escolaridade:

Fundamental incompleto.  Fundamental.  Médio incompleto.  Médio.  
 Superior incompleto.  Superior.

6) Você já recebeu treinamento sobre atuação em ocorrências de violência doméstica?

Sim.  Não.

7) Caso tenha respondido SIM à questão anterior, indique quem ministrou o treinamento.

Policiais Militares do serviço PVD do 41º BPM.

Outros Policiais Militares do 41º BPM.

Policiais Militares do serviço PVD de outras Unidades.

Outros. Especificar:

8) Como você avalia o serviço de Prevenção à Violência Doméstica (PVD) – segunda resposta – do 41º BPM?

Excelente.  Bom.  Regular.  Ruim.

Outros. Especificar:

9) Como você avalia sua atividade de primeira resposta face às ocorrências de violência doméstica?

Excelente.  Bom.  Regular.  Ruim.

Outros. Especificar:

(continuação)

**PERGUNTAS****Marque com um "x" a sua resposta**

10) O serviço PVD, na área do 41º BPM, proporcionou melhoria geral no atendimento à violência doméstica. Sobre essa afirmativa, responda:

- Concordo totalmente.  
 Concordo parcialmente.  
 Discordo parcialmente.  
 Discordo totalmente.  
 Outros. Explicar:

11) Em sua opinião, o serviço PVD, na área da Unidade, teve algum reflexo na sua compreensão do significado e da extensão da violência doméstica?

- Sim. Minha compreensão aumentou consideravelmente.  
 Sim. Minha compreensão aumentou medianamente.  
 Não. Não houve alteração em minha compreensão.  
 Outros. Explicar:

12) Após a implantação e execução do serviço PVD na área do 41º BPM, você percebeu alguma mudança na sua rotina de atendimento às ocorrências de violência doméstica?

- Não. Minha rotina de atendimento não se alterou.  
 Sim. O advento do serviço PVD provocou mudança em minha forma de lidar com as ocorrências de violência doméstica.  
 Outros. Especificar:

13) Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior, cite as três principais mudanças percebidas.

Primeira:

Segunda:

Terceira:

14) Qual sua opinião sobre o serviço PVD – segunda resposta?

- Trata-se de serviço muito importante para atuar no combate à violência doméstica.  
 Trata-se de serviço medianamente importante para atuar no combate à violência doméstica.  
 Trata-se de serviço pouco importante para atuar no combate à violência doméstica.  
 Trata-se de serviço irrelevante para atuar no combate à violência doméstica.  
 Trata-se de serviço prejudicial ao combate à violência doméstica.

15) Tomando por base a resposta à pergunta anterior, qual sua opinião sobre a continuidade do serviço PVD?

- Acho que o serviço deve se expandir, porque representa uma boa prática de atuação em casos de violência doméstica.  
 Acho que o serviço deve continuar da forma como está, nem se expandindo nem encolhendo.  
 Acho que o serviço deve ser extinto, por não ter se revelado uma boa estratégia contra a violência doméstica.  
 Outros. Especificar:

14) Qual sua opinião sobre o serviço PVD – segunda resposta?

- Trata-se de serviço muito importante para atuar no combate à violência doméstica.  
 Trata-se de serviço medianamente importante para atuar no combate à violência doméstica.  
 Trata-se de serviço pouco importante para atuar no combate à violência doméstica.  
 Trata-se de serviço irrelevante para atuar no combate à violência doméstica.  
 Trata-se de serviço prejudicial ao combate à violência doméstica.

(conclusão)

---

**PERGUNTAS**

---

**Marque com um “x” a sua resposta**

---

15) Tomando por base a resposta à pergunta anterior, qual sua opinião sobre a continuidade do serviço PVD?

- Acho que o serviço deve se expandir, porque representa uma boa prática de atuação em casos de violência doméstica.
- Acho que o serviço deve continuar da forma como está, nem se expandindo nem encolhendo.
- Acho que o serviço deve ser extinto, por não ter se revelado uma boa estratégia contra a violência doméstica.
- Outros. Especificar:

---

16) Comparando-se o período anterior à criação do serviço PVD e o período atual (após a criação do serviço PVD), como você se sente ao atender uma ocorrência de violência doméstica?

- Muito mais motivado
- Medianamente mais motivado
- Minha motivação permaneceu inalterada
- Medianamente menos motivado
- Muito menos motivado

---

17) Como você enxerga o serviço PVD (segunda resposta)? Cite três aspectos que mais se destacam.

Primeiro aspecto:

Segundo aspecto:

Terceiro aspecto:

---

18) Caso queira, faça comentários livres sobre o serviço PVD e sobre a violência doméstica na área do 41º BPM.

---

b) Policiais militares integrantes da segunda resposta do serviço de prevenção à violência doméstica (PVD):

Caro policial militar,

Sou o Cap PM Adriano Nepomuceno de Carvalho, aluno do CESP/2011, e este questionário é um dos instrumentos utilizados na pesquisa que estou a realizar sobre o tema “O Serviço de Prevenção à Violência Doméstica: avaliação de sua execução na área do 41º BPM”.

O objetivo é conhecer os reflexos que execução do serviço PVD provocou na Unidade, seja pela compreensão dos policiais sobre o que é violência doméstica, seja pela motivação em atuar em ocorrências típicas, seja pelo reflexo na estatística criminal, seja pela sensação de seguranças das vítimas.

Este questionário é dirigido, exclusivamente, aos policiais da segunda resposta e solicita-se que as respostas sejam dadas com sinceridade e isenção, mesmo que desagradáveis.

(continua)

---

## **PERGUNTAS**

---

**Marque com um “x” a sua resposta**

---

1) Idade:

---

2) Sexo:

Masculino.

Feminino.

---

3) Graduação:

Soldado.  Cabo.  Sargento.  Subtenente.

---

4) Função:

Comandante de Guarnição  Motorista  Patrulheiro

---

5) Tempo de serviço na PMMG

Menos de três anos.  Entre três e seis anos.  Entre sete e dez anos.

Mais de dez anos. Especificar:

---

6) Escolaridade:

Fundamental incompleto.  Fundamental.  Médio incompleto.  Médio.

Superior incompleto.  Superior.

---

7) Você já recebeu treinamento sobre atuação em ocorrências de violência doméstica e sobre sua atividade de segunda resposta?

Sim.

Não.

---

8) Caso tenha respondido SIM à questão anterior, classifique o treinamento recebido.

Excelente.

Bom.

Regular.

Ruim.

Outros. Especificar:

(conclusão)

**PERGUNTAS****Marque com um “x” a sua resposta**

9) Há quanto tempo você atua no serviço PVD, em atividade de segunda resposta?

- ( ) Menos de três meses.  
 ( ) Mais de três e menos de seis meses.  
 ( ) Mais de seis e menos de nove meses.  
 ( ) Mais de nove e menos de doze meses.  
 ( ) Doze meses ou mais de serviço

10) Em seu entendimento, o serviço PVD possui características que o diferem de outras atividades executadas pela Unidade?

- ( ) Sim ( ) Não

Explique:

11) Em seu entendimento, qual é o aspecto mais fragilizado (o ponto fraco) e qual é o ponto mais forte do serviço PVD na área do 41º BPM?

Ponto fraco:

Ponto forte:

12) Você acha que o serviço PVD tem cumprido os objetivos para os quais foi proposto?

- ( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente

Explique por quê:

13) Com relação à atividade de primeira resposta, você percebeu alguma alteração na qualidade do atendimento às ocorrências relativas a violência doméstica desde que o serviço PVD foi implantado?

- ( ) Sim  
 ( ) Não

14) Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior, cite os três principais aspectos percebidos.

Primeiro:

Segundo:

Terceiro:

15) Como você avalia sua satisfação em trabalhar no serviço PVD?

- ( ) Muito satisfeito  
 ( ) Médio satisfeito  
 ( ) Satisfeito  
 ( ) Insatisfeito  
 ( ) Muito insatisfeito

16) Que reflexos você percebeu em si mesmo após trabalhar no serviço PVD? Cite os três principais.

Primeiro:

Segundo:

Terceiro:

17) Fale sobre como você enxerga os agressores e vítimas.

Agressor (quem é?):

Vítima (quem é?):

18) Comente, livremente, sobre a execução do serviço PVD na área do 41º BPM.

c) Vítimas de violência doméstica (VD):

Cara Senhora,

Sou o Capitão da Polícia Militar Adriano Nepomuceno de Carvalho, aluno do Curso de Especialização em Segurança Pública da Polícia Militar (CESP) do ano de 2011.

Estou desenvolvendo um trabalho de pesquisa sobre o Serviço de Prevenção à Violência Doméstica (PVD) que funciona na área do 41º Batalhão da Polícia Militar (41º BPM). Trata-se de uma monografia, cujo tema é “O Serviço de Prevenção à Violência Doméstica: avaliação de sua execução na área do 41º BPM”.

O questionário abaixo tem por objetivo conhecer os reflexos que a implantação do serviço provocou nas vítimas e nos casos de violência doméstica atendidos pelo Batalhão.

A intenção da pesquisa é identificar estratégias que possam melhorar e aperfeiçoar o serviço, motivo pelo qual solicita-se que as respostas sejam dadas com sinceridade e isenção, mesmo que desagradáveis.

(continua)

---

## PERGUNTAS

---

**Marque com um “x” a sua resposta**

---

1) Idade:

---

2) Escolaridade:

( ) Fundamental incompleto ( ) Fundamental ( ) Médio incompleto ( ) Médio  
( ) Superior incompleto ( ) Superior

---

Profissão:

---

3) Há quanto tempo vive com o companheiro?

( ) Menos de dois anos ( ) Entre dois e quatro anos  
( ) Mais de quatro e menos de seis anos ( ) Mais de seis anos.

Neste último caso (mais de seis anos), dizer quantos anos:

---

4) Caso tenha se separado de seu companheiro, há quanto tempo o fez?

( ) Menos de dois anos ( ) Entre dois e quatro anos  
( ) Mais de quatro e menos de seis anos ( ) Mais de seis anos.

Neste último caso (mais de seis anos), dizer quantos anos:

---

5) Quantas vezes você solicitou a Polícia Militar por ter sido vítima de violência doméstica?

( ) Uma ( ) Duas ( ) três ( ) Mais de três. Especificar:

---

6) Sobre a pergunta anterior, quando do atendimento feito pela Polícia Militar, você é capaz de identificar se já foi atendida pelo serviço de Prevenção à Violência Doméstica (PVD)?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não me lembro

---

7) Caso tenha respondido SIM, quantas visitas recebeu do serviço PVD?

( ) Uma ( ) Duas ( ) três ( ) Outros. Especificar:

---

8) Sobre a pergunta anterior, considerando a hipótese de já ter sido atendida pelo serviço PVD e também por outras viaturas da Polícia Militar, você é capaz de identificar quantas vezes já foi atendida por essas outras viaturas?

( ) Uma ( ) Duas ( ) três ( ) Outros. Especificar

---

(continuação)

**PERGUNTAS****Marque com um "x" a sua resposta**

9) Em sua opinião, o atendimento prestado pelos policiais do serviço PVD, em comparação com o trabalho de outros policiais que já a atenderam, é:

Muito superior  Superior  Igual  Inferior  Muito inferior

10) Como você avalia, independentemente de qualquer comparação, o trabalho dos policiais do serviço PVD que a atenderam?

Excelente  Bom  Regular  Ruim  Péssimo

11) Após o atendimento pelo serviço PVD, você foi novamente agredida?

Não. Nunca mais fui agredida.  Sim. Já fui novamente agredida.

Caso tenha respondido sim, quantas vezes foi agredida?

Uma vez  Mais de uma vez. Dizer quantas:

12) Em sua opinião, após ser atendida pelo serviço PVD, sua situação:

Melhorou, pois nunca mais fui agredida.

Melhorou, pois, apesar de ter sido novamente agredida, os episódios de violência diminuíram.

Permaneceu igual.

Piorou, pois ele se tornou mais agressivo em razão da atuação do serviço PVD.

Outros. Especificar:

13) Em sua opinião, a Polícia Militar deve manter o serviço PVD?

Sim  Não

Explique por quê:

14) Em sua opinião, o serviço (PVD) poderia ser melhor executado? Como?

15) Após ter sido atendida pelo serviço PVD, você se sente mais segura?

Sim. Sinto-me muito mais segura.

Sim. Sinto-me um pouco mais segura.

Minha sensação de segurança não se alterou.

Não. Sinto-me um pouco menos segura.

Não. Sinto-me muito menos segura.

16) Explique o porquê da resposta à pergunta anterior.

17) Caso você precise ligar para o 190 e solicitar a presença de uma viatura da Polícia Militar por ter sido vítima de violência doméstica, por quem você gostaria de ser atendida?

Pelos policiais do serviço PVD.

Por outros policiais. Citar qual (ou quais):

É indiferente. Qualquer policial serve.

Explique por quê:

18) Após ser atendida pelo serviço PVD, houve alguma alteração no sentimento de confiança na Polícia Militar?

Não. Meu sentimento de confiança permaneceu inalterado.

Não. O serviço PVD fez com que eu confiasse menos na Polícia Militar.

Sim. O contato com os policiais do serviço PVD fez com que eu confiasse mais na Polícia Militar.

Outros. Especificar:

19) Em uma escala de zero a dez, em que dez corresponda ao valor máximo e zero, ao mínimo, qual nota você daria à Polícia Militar (geral) e qual daria ao serviço PVD?

Polícia Militar.  Serviço PVD.

Explique por quê:

(conclusão)

---

**PERGUNTAS**

---

**Marque com um “x” a sua resposta**

---

20) Após ser atendida pelo serviço PVD, você se sentiu mais encorajada a denunciar agressões que, acaso, tenha sofrido?

( ) Sim

( ) Não

Explique por quê:

---

21) Caso queira, faça outros comentários sobre o serviço PVD e sobre a Polícia Militar.

---